

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

MARYA EDWARDA SOUZA LAPENDA

**Manifestações antidemocráticas durante a pandemia:
Uma análise crítica dos discursos do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record***

Recife
2023

MARYA EDWARDA SOUZA LAPENDA

**Manifestações antidemocráticas durante a pandemia:
Uma análise crítica dos discursos do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

LAPENDA, Marya Edwarda Souza.

Manifestações antidemocráticas durante a pandemia: Uma análise crítica dos discursos do Jornal Nacional e do Jornal da Record / Marya Edwarda Souza
LAPENDA. - Recife, 2023.

150 : il., tab.

Orientador(a): Heitor Costa Lima da Rocha

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Telejornalismo. 2. Objetividade jornalística. 3. Manifestações antidemocráticas. 4. Análise Crítica do Discurso. 5. Discurso midiático. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

MARYA EDWARDA SOUZA LAPENDA

**Manifestações antidemocráticas durante a pandemia:
Uma análise crítica dos discursos do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Aprovada em: 22/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Examinadora interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Karl Heinz Efken (Examinador externo)

Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família, especialmente minha mãe Carla Lapenda;

Ao meu filho Noah Robbert, que me incentivou a não desistir;

Ao meu irmão Luiz Carlos, que eu tanto amo;

À minha avó Marta Lapenda, por toda paciência e apoio nos momentos mais difíceis;

Aos meus amigos, especialmente Duda Vön Sohsten, Júlia Miranda, Maria Eduarda Lima,

Larissa Evelyn, Matheus Rocha, Ana Carollina Faria, Tamiris Karoline, Gabriel Capelli,

Katharina Cruz, Marcelo Queiroga e Ana Beatriz Almeida, por sempre acreditarem na minha capacidade e me incentivarem a não desistir;

Agradeço à professora Isaltina Gomes e ao professor Karl Heinz pelas valiosas contribuições a minha pesquisa;

Por fim, agradeço ao meu orientador Heitor Rocha por todo o apoio na trajetória acadêmica, me ajudando a expandir meu conhecimento científico, e me incentivando a ser uma aluna melhor.

RESUMO

Esta pesquisa analisou os enquadramentos dados pelos dois principais telejornais brasileiros, *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*, em relação ao fenômeno das manifestações antidemocráticas, durante o período mais crítico da pandemia, que levantaram questões controversas para o governo por causa das reivindicações de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. A expectativa de que as reportagens analisadas permitissem a avaliação sobre a forma em que o discurso do *JN* e do *JR* enquadraram as manifestações foi atingida, com a constatação dos discursos como ‘manifestações antidemocráticas’, no caso da Globo, ou ao contrário, como manifestações de apoio ao governo, ao considerar os posicionamentos antidemocráticos um exercício da liberdade de expressão, no caso da Record, incorrendo em silenciamento e naturalização da problematização sobre o Estado de Direito Democrático. Esta discussão pretende questionar a necessidade do jornalismo se posicionar diante de situações de crise da democracia e risco para as instituições do Estado de Direito. Por isso, utilizamos a Teoria Social do Discurso ou Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, especialmente os conceitos intertextualidade e modalização, e também as contribuições de Jacqueline Authier-Revuz, através das ferramentas metodológicas que a autora fornece sobre a representação do discurso do outro.

Palavras-chave: análise crítica do discurso; telejornalismo; manifestações bolsonaristas; atos antidemocráticos

ABSTRACT

This research analyzed the framing given by the two main Brazilian news programs, Jornal Nacional and Jornal da Record, in relation to the phenomenon of anti-democratic demonstrations, during the most critical period of the pandemic, which raised controversial issues for the government because of the claims of closing Congress. National and the Federal Supreme Court. The expectation that the analyzed reports would allow an assessment of the way in which the JN and JR speech framed the demonstrations was achieved, with the finding of the speeches as 'anti-democratic manifestations', in the case of Globo, or on the contrary, as manifestations of support for the government, by considering anti-democratic positions an exercise of freedom of expression, in the case of Record, incurring in silencing and naturalization of the problematization of the Democratic State of Law. This discussion intends to question the need for journalism to take a stand in situations of democracy crisis and risk to the rule of law institutions. Therefore, we use Norman Fairclough's Social Theory of Discourse or Critical Discourse Analysis, especially the concepts of intertextuality and modalization, as well as the contributions of Jacqueline Authier-Revuz, through the methodological tools that the author provides on the representation of the other's discourse.

Keywords: critical discourse analysis; telejournalism; Bolsonarist demonstrations; undemocratic acts

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Reportagem no “Independent” criticando a fala de Eduardo Bolsonaro

Imagem 2 - Print de reportagem do 7 de setembro de 2021 do Jornal Nacional

Imagem 3 - Print de reportagem contendo nota no JN

Imagem 4 - Print de reportagem do JN contendo “ilhota textual”

Imagem 5 - Edição do dia 20 de abril de 2020 do JR

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Repasses de verba publicitária do Governo Federal para emissoras entre 1 de janeiro e 21 de junho dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022

Quadro 2 - Violência cometidas contra jornalistas em 2020, por tipo e quantidade de casos (Fonte: FENAJ)

Quadro 3 - Violência cometida contra jornalistas em 2021 por tipo e quantidade

Quadro 4 - Lista de reportagens analisadas

Quadro 5 - Esquema do grau de modalização por Halliday (1994) apud Fairclough (2003, p. 94)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA.....	20
2.1 QUE DEMOCRACIA QUEREMOS? SOBRE A DEMOCRACIA DELIBERATIVA.....	20
2.2 DILEMA PÚBLICO X PRIVADO NO JORNALISMO.....	24
2.3 A PERSPECTIVA POSITIVISTA DA OBJETIVIDADE VS. O CONSTRUTIVISMO	29
3. O SISTEMA DE MÍDIA NO BRASIL.....	37
3.1 ORIGENS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	37
3.2 A APROPRIAÇÃO POLÍTICO-PRIVADA DA MÍDIA BRASILEIRA.....	40
3.3 A INFLUÊNCIA DA REDE GLOBO	46
3.4 TV RECORD E NEOPENTECOSTALISMO NO BRASIL	51
3.4.1 Record e alinhamento a Bolsonaro	54
3.5 BOLSONARISMO E DESLEGITIMAÇÃO DA REDE GLOBO	56
3.5.1 As agressões contra a Rede Globo em 2020	60
3.5.2 Agressões e censuras contra jornalistas da Record, SBT e Band em 2020	61
3.5.3 Os ataques à imprensa em 2021 e no 7 de setembro.....	64
4. JORNALISMO, INTERSUBJETIVIDADE E DEFESA DA DEMOCRACIA	67
4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES: INTERSUBJETIVIDADE E CONSENSOS POLÍTICOS.....	67
4.2 OS ATAQUES AO STF E AO CONGRESSO NACIONAL E O PAPEL DA MÍDIA.....	71
4.3 CONHECIMENTO, ETHOS E CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA À FAVOR DA DEMOCRACIA	78
5. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	84
5.1 ACD DE NORMAN FAIRCLOUGH E O PAPEL DO ANALISTA.....	84
5.2 SOBRE O CONCEITO DE INTERTEXTUALIDADE.....	89
5.2.1 A influência de Mikhail Bakhtin.....	89
5.2.2 A intertextualidade em Norman Fairclough	91
5.2.3 A contribuição de Jacqueline Authier-Revuz	93
5.4 CORPUS DA PESQUISA	96
6. DIFERENÇAS NA COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES NO JN E NO JR	99
6.1 REPRESENTAÇÕES DAS MANIFESTAÇÕES E DO PRESIDENTE NO JN.....	99
6.1.1 Discurso indireto e intertextualidade	99
6.1.2 O fenômeno da ilhota textual	108
6.2 DD E O EFEITO DA MODALIZAÇÃO DISCURSIVA	115
6.3 A ABORDAGEM DAS MANIFESTAÇÕES NO JORNAL DA RECORD.....	122
6.3.1 Jornalismo objetivista e acrítico: considerações.....	122
6.3.1 DI e DD: silenciamento das críticas no JR	124

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	145

1. INTRODUÇÃO

As manifestações ocorridas em 2020 aconteceram em um contexto de agravamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. O primeiro caso de covid registrado e confirmado foi no dia 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo. Menos de um mês após esse momento, teve início uma quarentena em todo o país, tornando obrigatório o isolamento social a fim de controlar a proliferação da doença. Uma série de manifestações começaram a tomar conta das ruas - a favor e contra o governo do presidente Jair Bolsonaro, que se mostrou contrário às medidas de isolamento social, ensejando uma onda contrária ao movimento “Fique em Casa”¹. No dia 27 de fevereiro, um dia após a confirmação do primeiro caso, as primeiras manifestações de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro já começaram a tomar as ruas de Salvador, Rio de Janeiro e Distrito Federal².

As manifestações daquele ano começaram a aparecer na cobertura dos telejornais no dia 16 de março, um dia após os atos que aconteceram no dia 15 de março, convocado pelo próprio presidente, que compareceu aos eventos. De acordo com matéria do Portal IG³, aquela data é o grande marco das manifestações pró-governo daquele ano. Essas manifestações ocorreram aos domingos entre março e junho daquele ano e tinham como reivindicações a intervenção militar, o fechamento do Congresso Nacional e o fechamento do Supremo Tribunal Federal. Também estavam em pauta as críticas às medidas de isolamento social, as quais colocavam em embate os governadores e o Presidente da República, e, portanto, os atos faziam parte de um contexto de acirramento da disputa entre os três poderes no Brasil.

Neste período, o presidente já vinha sendo alvo de diversas investigações, entre as quais o Caso Queiroz das chamadas “rachadinhas”, envolvendo o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, o Inquérito das Fake News, aberto pelo Supremo Tribunal Federal para

¹ <https://atarde.com.br/saude/usuarios-de-mobilizam-e-movimento-fique-em-casa-ganha-forca-na-web-1113367>

² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/entenda-quem-sao-os-movimentos-que-organizam-ato-endossado-por-bolsonaro.shtml>

³

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-12-22/brasileiros-furam-isolamento-social-na-pandemia-para-manifestar-nas-ruas-em-2020.html>

investigar ameaças e ataques aos membros da Suprema Corte, além do Caso Moro, que envolveu a acusação do ex-ministro Sérgio Moro de que Bolsonaro estaria intervindo politicamente na Polícia Federal para obstruir investigações e que levou a abertura de um inquérito.

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo⁴, as manifestações do dia 15 de março foram convocadas por movimentos de rua nascidos nos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) e que posteriormente vieram a aderir ao bolsonarismo. Esses grupos se engajaram em torno das pautas das manifestações, como o 'Nas Ruas', que surge em julho de 2011, e teceram críticas à Câmara dos Deputados, por não votar o pedido de impeachment contra ministros do STF. O grupo 'Movimento Avança Brasil' fundado em 2015 é contrário ao que chama de "parlamentarismo branco", que significa a transferência de competências do legislativo para o executivo de forma extraoficial, além de pedir respeito ao resultado das eleições, à separação de Poderes e à Constituição Federal. O 'Movimento Brasil Conservador' tem como principal defesa a pauta cristã e a defesa de Jair Bolsonaro, além de ser contrário ao "parlamentarismo branco". Os integrantes do 'Movimento São Paulo Conservador' se colocam, nas redes sociais, como contrários à corrupção e negam que as manifestações reivindiquem o fechamento do Congresso ou STF, refutando o que dizem a imprensa e a esquerda. O 'Movimento Conservador', fundado em 2016, defende a revogação do Estatuto do Desarmamento e o projeto de lei Escola Sem Partido, se posicionando também contra as imposições do STF e do Congresso ao presidente Bolsonaro.

O episódio da Medida Provisória 926/2020, no início da pandemia, exemplifica bastante a relação conturbada entre os poderes Executivo e Judiciário. No dia 20 de março de 2020, o presidente havia baixado a Medida Provisória que impunha limites à ação dos governos estaduais e municipais quanto à paralisação das atividades e ao isolamento social, reservando ao Executivo federal o poder de decidir sobre o isolamento. Tal medida começa a ser discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de março de 2020, quando o ministro Marco Aurélio acolhe uma ação do PDT contra a MP.

No dia 15 de abril de 2020, o STF decide que os governos estaduais e municipais têm poder para estabelecer suas regras de isolamento e quarentena. Quatro dias depois da decisão, em 19 de abril, manifestantes tomam novamente as ruas e Bolsonaro comparece às

4

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/entenda-quem-sao-os-movimentos-que-organizam-ato-endossado-por-bolsonaro.shtml>

manifestações, que além de pedirem o fim do isolamento social também continham pedidos de intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF.

Dois dias após o episódio, no dia 21 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes determinou a abertura de um inquérito para apurar a organização dos atos antidemocráticos no país. No dia 16 de junho, a Polícia Federal cumpriu 26 mandados de busca e apreensão em 5 estados e no Distrito Federal. O inquérito nº 4828 atendeu ao pedido do Procurador Geral da República de apurar os atos ocorridos no dia 19 de abril de 2020 e os anteriores devido aos pedidos de fechamento do Congresso, do STF e a volta do AI5. No pedido, de acordo com o procurador, os participantes estariam transgredindo a Lei de Segurança Nacional (nº 7.710/83), especificamente o art. 23, II. Entre as medidas que foram tomadas por Alexandre de Moraes estão o levantamento dos dados de administradores de canais no YouTube, páginas de Facebook, Instagram e Twitter que proferiram pedidos e incentivaram manifestações tidas como antidemocráticas, além dos mandados de busca e apreensão em domicílios residenciais e profissionais dos suspeitos.

Sendo assim, conforme detalhado em matéria da Gazeta do Povo⁵, a Operação Lume, como foi denominada, cumpriu diligências em cinco estados e no Distrito Federal. Os alvos da operação são todos, declaradamente, apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro e se identificam com o espectro de ideias da extrema-direita, entre políticos, blogueiros e marqueteiros ligados a grupos que faziam campanha digital para o governo.

Na manifestação ocorrida no dia 13 de junho de 2020, os manifestantes lançaram fogos de artifício contra a sede do Supremo Tribunal Federal para simular bombardeios, sendo a autoria das ações apontadas como sendo do grupo "300 do Brasil"⁶. A ação aconteceu após o governo do Distrito Federal desmontar o acampamento dos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Um vídeo divulgado em redes sociais, como mostra reportagem da Folha de S. Paulo, mostra um manifestante proferindo insultos aos ministros da suprema corte. O então governador do DF, Ibaneis Rocha, criticou publicamente as aglomerações pelos riscos sanitários durante a pandemia e condenou o conteúdo antidemocrático das manifestações.

2020 também foi o ano de abertura do inquérito no STF para investigar uma suposta interferência do presidente na Polícia Federal, no dia 27 de abril, pelo ministro Celso de Mello, após o pedido de demissão de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança

⁵ <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/alvos-operacao-lume-atos-antidemocraticos-policia-federal>> - Acesso em: 01/12/2022

⁶

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaristas-jogam-fogos-de-artificio-contr-o-stf-para-simular-bombardeio/>

Pública e a acusação de que Jair Bolsonaro teria tentado interferir na corporação por meio da troca do então diretor-geral. A investigação motivou as manifestações do dia 3 de maio daquele ano e levaram a declarações do presidente durante o ato em relação à “interferência” de outros poderes e a exaltação das Forças Armadas. No discurso, Jair Bolsonaro, que estava sem máscara de proteção, chegou a afirmar aos manifestantes que iria nomear o diretor da Polícia Federal naquela semana, após o nome de Alexandre Ramagem, que estava cotado para o cargo, ser derrubado em decisão do STF no dia 29 de abril. Também nos protestos do dia 3 de maio, foram registradas agressões a profissionais de imprensa. Um fotógrafo do jornal O Estado de S. Paulo e outros dois profissionais de imprensa foram agredidos com chutes e murros pelos manifestantes, tendo que ser escoltados pela polícia⁷.

Nas manifestações do dia 31 de maio, o presidente sobrevoou o local das manifestações em Brasília de helicóptero, transmitindo tudo em *live* pelas redes sociais. Sem máscara, Bolsonaro contrariou as orientações das autoridades sanitárias sobre o distanciamento social e se aproximou dos manifestantes, que se reuniram após convocação pelas redes sociais. Nesse período, o uso de máscara no Distrito Federal era obrigatório para evitar a proliferação da Covid-19, prevendo multa para quem for pego sem máscaras em espaços públicos. O governador Ibaneis Rocha (MDB) havia pedido à população para respeitar as recomendações que pretendiam evitar a disseminação da doença⁸.

Outro fato que merece ser destacado foi a criação do consórcio dos veículos de comunicação em resposta à decisão do governo Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19. Esse episódio ilustra a tensão que se acirrou entre a grande mídia brasileira e o então presidente e seus apoiadores, que engataram forte oposição ao jornalismo praticado pelos veículos mais tradicionais do país, incluindo aqueles pertencentes ao grupo Globo. No dia 8 de junho de 2020, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL se uniram para coletar, de forma colaborativa, informações sobre a pandemia nos 26 estados e no Distrito Federal⁹.

Os diretores dos jornais saíram em defesa da missão jornalística de informar, fazendo duras críticas à postura do presidente e reforçando a mobilização da imprensa na divulgação dos dados como uma forma de valorização do trabalho do jornalismo profissional. "Neste

7

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasilia.ghtml>

⁸ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/protestos-brasilia-31-de-maio.htm>

9

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>

momento crucial, deixamos nossa concorrência de lado por um bem comum: levar à sociedade o dado mais preciso possível sobre a pandemia", afirmou o diretor de redação de *O Globo* Alan Gripp, enquanto que o diretor-geral de jornalismo da *Globo* Ali Kamel afirmou: "A missão do jornalismo é informar. Em que pese a disputa natural entre os veículos, o momento de pandemia exige um esforço para que os brasileiros tenham o número mais correto de infectados e óbitos"¹⁰.

Conforme bem descreve Borges (2021), os meios de comunicação foram protagonistas em um momento no qual pouco se sabia sobre a nova doença e era necessária a busca por informações credíveis sobre o que estava acontecendo no mundo. Em países como Estados Unidos e Brasil, onde os presidentes Donald Trump e Bolsonaro endossaram discursos negacionistas, a atuação do jornalismo foi obstruída por movimentos de deslegitimação da imprensa. No Brasil, a pandemia acirrou a disputa simbólica entre o presidente Bolsonaro e a TV Globo, através do seu principal telejornal, o *Jornal Nacional*, que chega a atingir mais de 54 milhões de espectadores a cada edição. O *JN* realizou uma extensa cobertura sobre a pandemia, tecendo duras críticas à gestão bolsonarista, o que lhe permitiu chegar a se situar entre os assuntos mais comentados nas redes sociais (BORGES, 2021).

Distribuição de verbas publicitárias que privilegiaram emissoras concorrentes da Rede Globo, contestações a políticas ambientais, de educação e de direitos humanos do governo, ampla cobertura de investigações que poderiam comprometer membros da família do presidente foram alguns dos pontos de atrito entre a Globo e o Palácio do Planalto no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro. Além disso, o presidente foi pródigo na agressão a jornalistas desde que tomou posse. Focos de tensão que azedaram essas relações e criaram hostilidades mútuas (BORGES, 2021, p. 305)

As tensões passaram a ser percebidas na postura editorial que o *JN* assume durante a pandemia em relação ao governo, o que gerou diversas críticas dos apoiadores do presidente, acusando a emissora de não ser imparcial e, principalmente, levantando a discussão sobre a objetividade jornalística. Uma das reflexões que nossa pesquisa se propõe a fazer é sobre a permissão ou não do jornalismo assumir posturas críticas e parciais diante de situações de crise, que exigem uma tomada de posição por parte das instituições democráticas.

Tendo em vista esse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre o papel que o jornalismo desempenha numa sociedade democrática em um contexto de

10

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>

desestabilização das bases da democracia. Especificamente, queremos identificar a postura que os dois principais telejornais brasileiros, *Jornal Nacional*, da Rede Globo, *Jornal da Record*, da Rede Record, adotaram em relação ao fenômeno das manifestações bolsonaristas, consideradas antidemocráticas. Essas manifestações levantaram questões controversas para o governo por causa das reivindicações de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. As reportagens analisadas, de 2020 e 2021, permitiram identificar os enquadramentos utilizados pelas duas emissoras e entender de que forma o discurso do *JN* contribui com a criminalização das manifestações, taxadas como ‘antidemocráticas’, e de que maneira o silenciamento e atenuamento da problematização democrática no *JR* contribui com uma naturalização das manifestações como exercício democrático e sua inserção nas pautas da agenda presidencial.

Portanto, a nossa pesquisa se debruçou sobre a discussão do papel que o jornalismo deve assumir no contexto de uma sociedade democrática e como, ao cumprir esta função, pode entrar em conflito com a pretensa, e também “insidiosa” (SCHUDSON, 2010), objetividade que os veículos de mídia defendem de forma intransigível. O fenômeno das manifestações bolsonaristas colocaram em questão o dilema entre o exercício da liberdade de expressão e a reivindicação de atos inconstitucionais, ilegais e, portanto, criminosos, como podem ser definidos os pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e a volta da ditadura militar. Assumir uma postura crítica, deixando de lado a falsa pretensão de objetividade, pode significar a reafirmação da postura que o jornalismo deve assumir numa sociedade idealmente democrática.

Para iniciar a discussão, refletimos no capítulo 1 sobre a democracia deliberativa habermasiana, tendo como fio condutor o seguinte questionamento: “Que democracia queremos?”. Com isso, trazemos o conceito de democracia e a perspectiva do alemão Jürgen Habermas, que vislumbrou uma democracia com base na Teoria do Discurso, livre e horizontal, que se reconstrói cotidianamente através da comunidade de comunicação. No segundo tópico do capítulo, tratamos do dilema público e privado na comunicação midiática, que é o retrato da realidade com a qual se depara uma comunicação apropriada por grandes grupos empresariais. E, por fim, abordamos a problemática da objetividade jornalística, a partir da perspectiva construtivista do jornalismo, que não admite uma pretensa neutralidade ou imparcialidade profissional, levando em consideração as intencionalidades humanas de qualquer processo cognitivo e linguístico. Utilizaremos autores como Bakhtin (2006), Gradim (2011), Rocha (2020, 2021), Tuchman (2016), Breed (2016), Hall et al (2016), Park (2008), Porto (2004) e Miguel (2017).

No capítulo 2, traçamos um panorama sobre o sistema de mídia brasileiro - dominado pelos grandes grupos poderosos, através da contribuição de Rezende (2000), Lima (2009), Porto (2003) e Mattos (2002), e trazemos o histórico de influência política da Rede Globo, por meio de Heiz (1987), Porto (2003), Miguel (2005), Miguel (1999) e Souza (2016), e as origens da TV Record e seu neopentecostalismo, através de Propmark (2008), Lemos e Tavolaro (2007), Cunha (2002) e Fonseca (2008).

No capítulo 3, discutimos sobre a noção da intersubjetividade e dos consensos políticos na sociedade democrática. Utilizamos, para isso, Luis Felipe Miguel (2017), que denomina o jornalismo um gestor de consensos, instrumento de estabilização das expectativas no campo da política e mantenedor da ordem vigente e daquilo que é intersubjetivamente aceito. Também trazemos Luiz Gonzaga Motta (2017), que aborda o conflito como meta categoria estruturante da narrativa jornalística, além de Habermas (2002) com sua discussão em *A Inclusão do Outro* sobre as disputas pelo estabelecimento da verdade consensual. Nesse mesmo capítulo, trazemos um panorama sobre os ataques ao STF e Congresso Nacional e o papel que a mídia deve assumir nesse contexto de instabilidade democrática - um papel diretamente relacionado à sua função numa comunidade intersubjetiva de comunicação. E, por fim, trazemos reflexões de Lisboa e Benetti (2015), Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1992) sobre o conhecimento do jornalismo e sua capacidade de ser uma fonte autorizada para defender a democracia.

No capítulo 4, faremos os apontamentos metodológicos, justificando nossa escolha pela Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2001; 2003). Utilizamos também autores que nos ajudam na reflexão, como Orlandi (2020), Pechêux (2001), Bakhtin (2006) e Teun Van Dijk (2010). Utilizamos bastante também as ferramentas metodológicas fornecidas por Jacqueline Authier-Revuz, citada nos estudos de Fairclough. Optamos por trabalhar com o conceito de intertextualidade, buscando identificar, nos dois telejornais, a presença do discurso do outro e de que forma o discurso do outro é representado nas reportagens que compõem o *corpus*.

Por fim, no capítulo 5, nos debruçamos sobre a análise da intertextualidade manifesta na cobertura feita pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Record das manifestações antidemocráticas. Identificamos o uso do discurso direto, indireto, indireto livre e das aspas, que compõem as diversas vozes que constituem o discurso de cada telejornal. Concluímos que a abordagem da TV Globo contribui para a criminalização da manifestação, através da utilização de fontes com discursos críticos aos atos, dando maior espaço a vozes do legislativo, do judiciário e da sociedade civil que contribuem com uma perspectiva negativa

desses protestos, classificados como “manifestações antidemocráticas”. Por outro lado, concluímos que o Jornal da Record adota uma postura pretensamente neutra, que, na verdade, contribui com o silenciamento das críticas e naturalizam as manifestações como exercício da liberdade de expressão.

2. O PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA

2.1 QUE DEMOCRACIA QUEREMOS? SOBRE A DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Para iniciarmos a discussão sobre o papel do jornalismo na democracia, precisamos antes refletir sobre qual democracia queremos. Existem diversos modelos de democracia, os quais não teríamos como descrever minuciosamente devido à extensão bibliográfica existente sobre o assunto. No entanto, a noção comum de democracia remete à etimologia da palavra, que significa “governo do povo”, cujas origens remetem à Grécia Antiga. Naquele momento, já se discutia a questão sobre a melhor forma de governo e a maneira ideal de conduzir as questões coletivas na política ateniense. O sentido de "maioria", para os que defendiam a democracia naquele período, ainda era restrito aos cidadãos reconhecidos politicamente como tais, prerrogativa exclusiva dos dedicados às tarefas de reprodução intelectual, que não precisavam trabalhar, o que excluía os que se dedicavam às atividades de reprodução física e material, como as mulheres e os escravos.

Portanto, foram os gregos que estabeleceram as noções basilares de democracia que conhecemos hoje, definida como o “governo dos muitos” ou “dos pobres”, em contraposição ao “governo de uns poucos”. A noção de "espaço público" surge com a "Ágora" ateniense, a praça pública na qual se davam os encontros, reuniões, discussões e ações políticas, onde as decisões coletivas eram tomadas e as opiniões confrontadas para a deliberação pública (ROSENFELD, 2003). Esses conceitos evoluem e ganham novos contornos com o advento da sociedade moderna.

Apesar do significado de democracia não ter se alterado substancialmente no decorrer do tempo, é possível observar algumas diferenciações com a passagem da democracia dos antigos à democracia moderna. Na antiguidade, por exemplo, a noção prevalente era de democracia direta, enquanto na modernidade ganha força a noção de democracia representativa, única configuração possível num Estado de grandes proporções territoriais e populacionais. Na modernidade, a noção de liberdade se expande e ganha maior força, levando Bobbio (2000) a afirmar que o desenvolvimento da democracia moderna é um "prosseguimento natural" do Estado liberal instaurado após as revoluções do século XVIII.

Com o advento do Estado liberal, algumas pautas começam a ganhar força, como o exercício da soberania popular, a defesa dos direitos de participação dos cidadãos nas tomadas de decisões coletivas, além da própria defesa da liberdade de imprensa. É nesta

tradição liberal que a deontologia jornalística é formada, estipulando a missão do jornalismo de fornecer ao público informações numerosas e variadas para que o esclarecimento o permita decidir sobre as questões da sociedade e reivindicar seus direitos frente ao poder do Estado. Portanto, em tese, o liberalismo se volta contra o Estado absoluto, através do resguardo de direitos essenciais dos cidadãos frente ao Estado, e contra o Estado máximo, em contraposição à sua interferência.

Embora muitos escritores liberais tenham contestado a oportunidade da extensão do sufrágio e no momento da formação do Estado liberal a participação no voto fosse consentida apenas aos proprietários, a verdade é que o sufrágio universal não é em linha de princípio contrário nem ao Estado de direito nem ao Estado mínimo. Ao contrário, deve-se dizer que se foi formando uma tal interdependência entre um e outro que, enquanto no início puderam se formar Estados liberais que não eram democráticos (a não ser nas declarações de princípio), hoje Estados liberais não-democráticos não seriam mais concebíveis, nem Estados democráticos que não fossem também liberais. Existem, em suma, boas razões para crer: a) que hoje o método democrático seja necessário para a salvaguarda dos direitos fundamentais da pessoa, que estão na base do Estado liberal; b) que a salvaguarda desses direitos seja necessária para o correto funcionamento do método democrático (BOBBIO, 2000, p. 43).

Se a noção de liberdade ganha mais importância após as revoluções modernas, a existência atual de regimes denominados liberal-democráticos ou de democracia liberal leva a crer que liberalismo e democracia são interdependentes. Mas a relação entre eles não é linear. Liberalismo é o entendimento como uma concepção de Estado, na qual o Estado possui poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social (estado de bem-estar social, que regulamenta toda a vida social, inclusive a economia). O pressuposto filosófico Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou *jusnaturalismo*). Nesta concepção, todos os homens têm, por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança e à felicidade (BOBBIO, 2000).

Nesse rol de direitos está o direito à liberdade de expressão, de imprensa, liberdade de informação e comunicação, que passam a ser defendidos com o advento da sociedade moderna baseada na opinião pública idealmente livre e autônoma. A democracia exige, portanto, segundo Robert Dahl (2001), que as eleições sejam livres, justas e frequentes, que haja liberdade de expressão, fontes de informações diversificadas, autonomia para as associações, além de uma cidadania inclusiva. Os cidadãos têm, assim, direito de tecer

críticas ao governo, devendo ter meios de comunicação livres como fontes de informação. A liberdade de expressão é, portanto, um requisito para que os cidadãos participem da vida política.

Para adquirir a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas, candidatos políticos e pessoas em cujas opiniões confiem - e aprender de outras maneiras que dependem da liberdade de expressão. Por fim, sem a liberdade de expressão, os cidadãos logo perderiam sua capacidade de influenciar o programa de planejamento das decisões do governo. Cidadãos silenciosos podem ser perfeitos para um governante autoritário, mas seriam desastrosos para uma democracia (DAHL, 2001, p. 110)

Mas será que defender a liberdade é suficiente para garantir que a democracia funcione de forma justa, permitindo a participação de todos e corrigindo desigualdades? Para Jürgen Habermas (1997), o *modelo liberal* de democracia possui diversas limitações. O autor o descreve como um modelo baseado na defesa das liberdades individuais frente ao poder do Estado. Neste modelo, o Estado funciona como um aparato da administração pública, cujo poder é exercido por pessoas eleitas. A sociedade é um sistema à parte, em que pessoas privadas circulam e trabalham segundo leis de mercado. O Estado exerce seu poder por meio da representatividade do voto, que confere legitimidade à ação dos governantes. A política tem a função de impor interesses privados e particulares por meio do Estado. Nessa concepção, as pessoas privadas possuem direitos fundamentais que a protegem da intervenção do Estado e asseguram suas liberdades individuais.

Outro modelo descrito por Habermas (1997) é o *modelo republicano*, no qual Estado e sociedade se fundem a tal ponto que se tornam uma coisa só e o Estado desaparece como entidade autônoma de administração. Idealmente, deve existir uma tomada de decisão coletiva, por meio de cidadãos engajados, interdependentes mutuamente. Há, portanto, um consenso por via comunicativa. Enquanto no modelo liberal, a política é uma disputa pelo poder administrativo que se dá como numa concorrência de mercado, no modelo republicano as vontades políticas são tomadas por meio de um processo de comunicação pública com o objetivo de entendimento mútuo para satisfação da soberania popular.

Habermas vê o modelo liberal como um modelo apolítico de sociedade, que não preza pela coletividade e que valoriza uma visão mercadológica das pessoas e dos processos. E vê o modelo republicano como idealista porque depende da virtude/inclinação de cidadãos membros da sociedade e ignora que numa sociedade plural sempre haverá conflitos e interesses privados, não bastando assim o discurso ético.

O modelo republicano tem vantagens e desvantagens. Vejo como vantagem o fato de ele se firmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão somente a um *deal* (uma negociação) entre interesses particulares opostos. Como desvantagem, entendo o fato de ele ser bastante idealista e tornar o processo democrático dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum. Pois a política não se constitui apenas - e nem sequer em primeira linha - de questões relativas ao acordo mútuo de caráter ético. O erro reside em uma condução estritamente ética dos discursos políticos (HABERMAS, 1997, p. 276)

Como alternativa, o *modelo deliberativo* proposto por Habermas tem aspectos dos dois primeiros modelos. Do modelo liberal, pega emprestado o aparelho de Estado e a normatividade jurídica e constitucional que é essencial para a institucionalização dos consensos e criação de regras e organizações sociais. E do modelo republicano pega emprestado o caráter democrático por via comunicativa e a ideia de uma sociedade politizada.

Tal modelo se baseia na teoria do discurso. É por meio dos processos comunicativos que se dá a deliberação sobre as questões coletivas. Nas formas comunicativas se busca uma vontade comum, um auto-entendimento mútuo de caráter ético, a busca pelo equilíbrio entre interesses divergentes e o estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, da escolha de instrumentos racionais. O estabelecimento de uma fundamentação moral. Tudo isso depende das condições de comunicação e dos procedimentos que dão legitimidade institucional à opinião e à vontade públicas. O modelo deliberativo se desloca da noção de direitos universais abstratos do homem para a construção dos direitos por meio de uma estrutura de comunicação linguística que normatiza regras argumentativas e discursivas.

Em face disso, a teoria do discurso conta com a intersubjetividade mais avançada presente em processos de entendimento mútuo que se cumprem, por um lado, na forma institucionalizada de aconselhamentos em corporações parlamentares, bem como, por outro lado, na rede de comunicação formada pela opinião pública de cunho político (HABERMAS, 1997, p. 280)

A essência do modelo deliberativo é, portanto, uma comunidade jurídica estabelecida formalmente e o processo de coletivização social. A teoria do discurso reserva posição central para o processo político de formação da opinião e da vontade, mas não entende a constituição jurídico estatal como algo secundário. A lei, a constituição, os direitos garantidos pelo Estado são a institucionalização dos procedimentos democráticos. A formação de opinião que se dá de maneira informal desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e resoluções legislativas.

Dito isto, é pertinente lembrar a potencialidade que o jornalismo possui enquanto instrumento de empoderamento no processo democrático, tema sobre o qual Rocha e Marroquim (2011) trazem grande contribuição ao refletirem sobre o “idioma público da mídia”. Os autores defendem o modelo deliberativo, afirmando que o modelo liberal transforma a natureza do processo político em uma luta estratégica pelo poder e o sistema partidário-representativo torna-se um coordenador de interesses e controvérsias sociais. O fazer político se esvazia e fica restrito aos oligarcas, excluindo a população das decisões do espaço público. Portanto, eles concluem, que o modelo liberal nega aos seres humanos a possibilidade de racionalidade para um entendimento sobre seu próprio destino coletivo, ficando essa tarefa reservada aos donos/controladores do mercado. O modelo republicano, por outro lado, é muito “idealista” na visão dos atores, já que torna o processo democrático dependente de virtudes dos cidadãos. Portanto, “o erro reside em uma condução estritamente ética dos discursos políticos” (ROCHA; MARROQUIM, 2011, p. 155).

Os autores continuam explicando que a democracia “carece de cidadãos informados e linguisticamente competentes por meio de uma racionalidade comunicativa” (ROCHA; MARROQUIM, 2011, p. 157) e não somente no período das eleições - momento decisivo na deliberação pública - mas também nos demais períodos que requerem participação política do público. O jornalismo, segundo eles, é uma ferramenta essencial nesse processo de inclusão dos cidadãos na participação política. Podemos dizer, portanto, que:

O papel do campo do jornalismo nessas condições é o de diminuir as desigualdades sociais entre interlocutores na esfera discursiva, ponto central da organização do discurso público não como retroalimentação do poder político, mas como aporte de influência sobre o poder administrativo, pondo em causa a possibilidade de deliberação dos assuntos. As assimetrias no plano comunicacional, exclusão de debates do idioma público da mídia, reiteram a não-pauta, a ausência de vozes ou ruídos da opinião (ROCHA e MARROQUIM, 2011, p. 157).

2.2 DILEMA PÚBLICO X PRIVADO NO JORNALISMO

Um dos obstáculos à eficácia do jornalismo como ferramenta de emancipação numa sociedade democrática ideal é o dilema público *versus* privado. A indevida apropriação privada do jornalismo é responsável por diversos eventos nos quais ele serviu de instrumento a favor dos poderosos e de perpetuação de injustiças, realidade contrária ao propósito que deveria servir desde as suas origens. Sabemos que o surgimento dos meios de comunicação

de massa, e do jornalismo está diretamente ligado às transformações ocorridas na modernidade com o advento das revoluções liberais e o estabelecimento do Estado de direito burguês. A intrínseca relação entre o desenrolar da história da mídia moderna e o nascer de uma esfera pública política nos confirma que jornalismo e política são campos inseparáveis.

Porém, antes de ser consequência, o jornalismo, em grande medida, é causa das transformações ocorridas na modernidade, do surgimento de ideias libertárias e do estado de direito democrático com seu critério de legitimação das leis fundado única e exclusivamente na opinião pública. Enquanto instrumento de divulgação de ideias, a imprensa fez parte da consolidação de instituições modernas, como o Estado-Nação, o parlamento, a democracia representativa, os partidos políticos, entre outras. Conforme enfatiza Antônio Rubim (2000), a legitimidade do poder político na modernidade passaria a vir da opinião pública, à qual os representantes iriam prestar contas das suas ações.

O jornalismo moderno vivenciou momentos importantes de lutas pelo alargamento da participação política na democracia moderna, sendo instrumento ativo nas lutas pelo sufrágio universal, nos movimentos trabalhistas e sindicais na Europa e nos Estados Unidos no século XIX e nos movimentos de emancipação feminina. Foi essencial, também, nas divulgações das ideias revolucionárias no século XVIII, quando a imprensa mais politizada, na fase do “jornalismo literário”, ganhou força em países como França e Inglaterra. Nessa época, ter um jornal político significava reivindicar liberdade de expressão, o alargamento do espaço da opinião pública e a derrocada do absolutismo. Jürgen Habermas (2003) explica que:

Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial. Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, uma tal evolução da imprensa politizante para uma imprensa comercializada ocorre mais ou menos à mesma época durante os anos 30 do século XIX (HABERMAS, 2003, p. 216).

A imprensa e o jornalismo, portanto, contribuíram com as transformações vivenciadas na esfera pública, que, conforme define Habermas (1997, p. 92), pode, atualmente na sociedade midiaticizada, ser descrita como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, onde os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensar em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. A esfera pública não se especializa em nenhuma direção, mas promove o diálogo entre

campos de saber especializados e o público leigo, se desenvolvendo no campo de tensões entre o Estado e a sociedade.

Na perspectiva da teoria democrática, essa esfera deve perceber os problemas da vida social, dramatizá-los e exercer pressão sobre o complexo parlamentar para que eles sejam resolvidos. Esse processo só é possível através da formação de uma opinião pública organizada, que não é simplesmente um agregado de opiniões individuais, mas um agregado de propostas, informações e argumentos elaborados de forma racional por um grupo de indivíduos que exercem uma prática comunicacional. A existência de uma opinião pública forte e qualificada é a premissa necessária para o sucesso da comunicação pública, que consiste na defesa dos interesses da sociedade frente ao Estado.

O sucesso dessa comunicação depende, também, do nível de comprometimento dos meios de comunicação com o interesse público. Mesmo com as controvérsias inerentes à apropriação privada dos veículos de informação, que desvia o jornalismo do seu dever de servir aos interesses da sociedade, a autoridade do público é uma pressuposição latente em um sistema democrático. No entanto, Habermas (1997) afirma que a comunicação dominada pelos donos do poder deixa a sociologia da comunicação de massas cética quanto às possibilidades oferecidas pelas esferas públicas das democracias ocidentais. A noção de que os meios de comunicação de massa estão submetidos à dominação e que não há espaço para a contradição e as reivindicações de grupos da sociedade civil fortalece a desmobilização e a descrença sobre as possibilidades de luta numa sociedade desigual.

A partir do momento em que o espaço público se estende para além do contexto das interações simples, entra em cena uma diferenciação que distingue entre organizadores, oradores e ouvintes, entre arena e galeria, entre palco e espaço reservado ao público espectador. Os papéis de ator, que se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional, e o alcance da mídia, têm diferentes chances de influência. Porém, a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública, tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos. O público dos sujeitos privados tem que ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual atores podem aparecer (HABERMAS, 1997, p. 96).

Sendo assim, o autor alemão acredita que, quanto mais o público estiver unido e fortalecido e esclarecido pelos meios de comunicação de massa, mais nítida será essa diferenciação entre os papéis de atores e espectadores e, portanto, será mais eficaz a

influência daqueles que estão nas galerias. Para garantir que as estruturas da esfera pública política livre sejam mantidas, os sujeitos não devem utilizar os foros públicos para defender interesses privados, esquecendo o caráter auto-referencial da prática comunicativa. Ou seja, Habermas (1997) defende uma esfera pública crítica, onde os indivíduos assumam uma postura tanto ofensiva quanto defensiva, evitando a ação daqueles que se aproveitam da liberdade de expressão para defender ideias autoritárias e, com isso, contraditórias ao exercício democrático.

Através de uma ofensiva', eles tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins, a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas. Ao passo que, 'defensivamente', eles tentam preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas subculturais e contra-instituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas" (HABERMAS, 1997, p. 103).

Para que a esfera pública crítica possa se expandir cada vez mais, garantindo a comunicação pública horizontal ideal para a garantia dos direitos coletivos, é necessário, portanto, que o jornalista trabalhe com certa autonomia e compromisso com o serviço público. No entanto, o caráter público do jornalismo enquanto instituição que nasce para defender os direitos e interesses da sociedade em geral passa a entrar em conflito com o caráter comercial que a imprensa assume na terceira fase de sua evolução, quando a notícia assume o caráter de mercadoria.

Mas não só os interesses econômicos privados passaram a ter maior peso: o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida em que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas - ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública. (HABERMAS, 2003, p. 217)

Enquanto em alguns países o controle estatal sob a imprensa incipiente resguardava o jornalismo de ameaças da esfera privada, por outro lado, o modelo liberal de esfera pública previa que, por estarem nas mãos de pessoas privadas, as instituições do público

intelectualizado estariam protegidas de ataques do poder público. Mas, conforme enfatiza Habermas (2003), na medida em que elas passam a se comercializar e a se concentrar no aspecto econômico, técnico e organizatório, elas se transformam em complexos com grande poder social, de tal modo que exatamente a sua permanência em mãos privadas é que ameaçou por várias vezes as funções críticas do jornalismo.

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, também foram cada vez mais desalojados dessa esfera e reinseridos na esfera, outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou a sua eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulneráveis se tornaram à pressão de determinados interesses privados, seja individuais, seja coletivos (HABERMAS, 2003, p. 221)

O dilema público *versus* privado no jornalismo também é evidenciado por Herbert Gans (2003) quando reforça que o jornalismo é um instrumento de apoio e fortalecimento do papel dos cidadãos na democracia, mas ao mesmo tempo funciona dentro da lógica da empresa comercial. Os jornalistas, portanto, agem tendo em vista uma dupla função: atender aos interesses da sociedade democrática e aos interesses do público consumidor e dos anunciantes (GANS, 2003). Atrelados a isso, estão os interesses privados de grupos políticos e econômicos que controlam o poder no país e disputam a conquista da opinião pública através do jornalismo. A mídia atua, portanto, em um ambiente indefinido, conforme afirma Fonseca (2011), constituído por interesses e opinião privados que se apresentam como sendo públicos e coletivos.

A falta de controle sob a apropriação dos meios de comunicação por grupos privados hegemônicos pode ser contextualizada a partir de uma tradição liberal de pensamento político, segundo a qual deve ampliar-se a liberdade midiática na medida em que são constrangidos qualquer tipo de fiscalização ou controle. A mídia tem sua existência, portanto, reconhecida como pressuposto da democracia, já que uma sociedade democrática significa uma sociedade com garantias de livre manifestação da opinião, o que leva à defesa de sua apropriação privada (FONSECA, 2011). No entanto, a falta de controle tem resultado em episódios de manipulação midiática arbitrária, tornando o processo democrático, no caso brasileiro, frágil e instável, comprometendo os interesses coletivos e o bem-comum. A veiculação de notícias de forma irresponsável causa danos a toda uma sociedade, suas instituições e seus grupos sociais.

Apesar disso, não consideramos a possibilidade da objetividade no jornalismo, como faz crer o paradigma positivista do conhecimento neutro e perfeito. O princípio da objetividade é mantido, por muitos, como um dos princípios jornalísticos inquestionáveis, que leva alguns estudiosos da área a adotar uma postura de resistência em relação a seu abandono, sob justificativa de que sua crítica deixa um vazio epistemológico e deslegitima o jornalismo. No entanto, a perspectiva construtivista/pragmática nos ajuda a compreender a impossibilidade de separação entre sujeito e objeto, permitindo afirmar que o que se concebe como o “fato”, que é seu objeto de trabalho, não pode ser dissociado da interpretação do sujeito jornalista, como faz crer a perspectiva positivista da objetividade.

2.3 A PERSPECTIVA POSITIVISTA DA OBJETIVIDADE VS. O CONSTRUTIVISMO

Podemos iniciar a reflexão sobre o significado da objetividade jornalística trazendo a contribuição de Mikhail Bakhtin e sua filosofia da linguagem. A sua teoria marxista da criação ideológica postula que qualquer produção simbólica reflete uma realidade que é exterior a ela. O significado das palavras, dos pensamentos, dos símbolos e dos signos não estão neles mesmos, mas na realidade social, que é construída por todos. Com isso, o jornalista sempre participa do processo de construção dos fatos, por meio da linguagem, que é, ela própria, fruto de uma construção social/ideológica, conforme aponta o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2006). É por meio da linguagem e dos signos que o jornalista constrói a realidade, e a linguagem e os signos são ideológicos por natureza. A palavra é, para Bakhtin, o indicador das transformações sociais, registrando fases transitórias, mudanças sociais, sendo a manifestação material da ideologia.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), o autor russo explica que o signo pode distorcer a realidade, ser fiel a ela ou aprendê-la de um ponto de vista específico. Também todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica e podem ser tidos como verdadeiro, falso, justificado, injustificado, bom ou mau. Essa ideia leva-nos a concluir que, portanto, os signos e, assim, os significados das coisas do mundo e as interpretações que damos a elas, são estabelecidos numa base consensual. Se todos (digo a maioria, tendo em vista que o consenso implica sempre uma margem de dissenso minoritária) de uma determinada comunidade, que vive em determinado período histórico e em determinadas condições culturais, materiais e sociais, concordam com determinados valores e ideias, essas serão aquelas consideradas consensualmente verdadeiras.

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (BAKHTIN, 2006, p. 44)

O pensamento de Bakhtin também nos ajuda a perceber a impossibilidade de o jornalista separar aquilo que é ideológico daquilo considerado a verdade pura e transcendental. Isso porque não existe compreensão que não esteja contaminada pelo material ideológico, não havendo uma consciência anterior à criação ideológica. Tanto o idealismo como o psicologismo, conforme ele aponta, resultam no erro de transformar o estudo das ideologias no estudo das consciências. No idealismo, a consciência é tudo, e está acima da existência orientando a criação ideológica. No positivismo, ela não é nada além de reações psicofisiológicas que, miraculosamente, resultam na criação ideológica. Nessas perspectivas, existe uma consciência anterior à ideologia e, portanto, a objetividade é uma possibilidade e depende da vontade do indivíduo.

O pragmatismo de Charles Sanders Peirce também nos ajuda na reflexão sobre a objetividade. Peirce, de acordo com Gradim (2011), afirma que a realidade - aquilo que é considerado real e verdadeiro no mundo externo - pode ser independente do pensamento de um indivíduo particular, mas não do pensamento em geral. Com isso, o linguista afirma a perspectiva segundo a qual não existe uma realidade independente do sujeito discursivo, se contrapondo à perspectiva do positivismo, que pressupõe o “fato” como a própria realidade. Peirce acredita que a verdade é coincidente com a “opinião final” da comunidade de comunicação e, portanto, toda verdade nada mais é que um consenso estabelecido intersubjetivamente. Sendo assim, a verdade absoluta, pura, definitiva e exterior ao sujeito não existe, mas apenas acordos sobre uma verdade negociada intersubjetivamente, sempre de forma instável e provisória, pelas pessoas que compõem a comunidade de comunicação, de acordo com a teoria consensual da verdade do paradigma construtivista.

Consequência imediata desta visão do real é que este não é causa, mas produto, da atividade mental humana. Peirce conclui que o que se conhece é, e o que é é tudo aquilo que há. Sendo o real o cognoscível, e nada existindo para além disso, então é possível conhecer as coisas tal como são e firmar esse conhecimento na opinião final que expressa o acordo da comunidade, afastando desde logo o “nominalismo” kantiano e a “má metafísica” de que Peirce o acusa (GRADIM, 2011, p. 89)

A pragmática de Peirce, ao se debruçar sobre a noção de signo, postulou que o signo é uma representação de um objeto, mas que o apreende não sob todos os aspectos, mas sob

algumas de suas características, não se constituindo como uma imagem ou cópia da realidade. Todo conhecimento é mediado por signos e, portanto, não existe conhecimento que não seja uma interpretação. Gradim (2011) reforça como o trabalho de Peirce serve à concepção de que a comunicação e a comunicabilidade são dimensões constitutivas do próprio signo e, portanto, de toda realidade semiótica.

Todo o universo discursivo, que estabelece as representações da realidade, aquilo que é tido como verdadeiro e falso, como moralmente aceitável ou reprovável, como bom ou ruim, é resultado de um processo dialógico de comunicação. Através de inferências, por meio da atividade racional de observação e confrontação com a experiência, se chega a uma “opinião final”, ou à fixação de uma crença que mereça ser reconhecida como verdadeira.

O jornalismo parte dessa realidade já produzida e construída discursivamente e ajuda, também, a sedimentar as interpretações dominantes na sociedade. A objetividade é uma falácia que desautoriza o jornalista e pretende firmar uma pretensa “credibilidade” à atividade jornalística vinculada ao falso pressuposto de que se posicionar é algo negativo. A objetividade seria, assim, uma prioridade aos objetos externos ao pensamento do sujeito, conforme enfatizou Gaye Tuchman (2016).

O jornalismo, que se manifesta essencialmente por meio da linguagem, especificamente da palavra, não pode ser alheio aos interesses do sujeito humano, já que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2006, p. 34). Bakhtin ainda afirma que a palavra é a forma mais pura e sensível da relação social, indicando que toda narrativa carrega consigo uma visão de mundo socialmente estabelecida, intersubjetivamente. Portanto, o enquadramento dos acontecimentos ocorre por meio de um conjunto de categorias socialmente construídas, como enfatizam Stuart Hall e outros (2016). Os meios de comunicação tornam os acontecimentos dotados de significado, relacionando-os a “mapas de significado” que fazem parte do nosso conhecimento socialmente compartilhado.

Se por um lado a objetividade idealizada, como conhecimento perfeito sobre a realidade que se impõe a toda mediação cognitiva, não é possível, por outro lado, a sua reivindicação pode esconder a interferência dos interesses empresariais na produção noticiosa, e disfarça, conforme denuncia Warren Breed (2016), a onipresença de uma orientação política na empresa jornalística, que transgride, muitas vezes, normas éticas do jornalismo. Portanto, enquanto um valor que integra a ideologia do profissionalismo jornalístico, muitas vezes a reivindicação da objetividade impede o jornalismo de se posicionar criticamente, levantando conflitos entre os jornalistas e o público, por um lado, e os dirigentes das organizações, por outro. Isso porque o ideal de serviço público cujo objetivo

é fornecer ferramentas (informações qualificadas) e opiniões para o público melhor conhecer e decidir sobre questões da sociedade entra em choque com os intuítos corporativos ideológicos e mercadológicos da empresa e, assim, com sua política editorial.

A teoria organizacional aponta que as possíveis tensões entre os ideais jornalísticos e linha editorial de uma organização serão ofuscadas dentro da própria empresa por meio destes mesmos ideais – “as normas éticas”, segundo Breed (2016) - e também do fazer jornalísticos – as “normas técnicas”. Breed explica que as edições, omissões, escolhas do que vai ser publicado e/ou serão instrumentos essenciais para a consolidação da política da empresa e, para o publisher, elas funcionam perfeitamente para mascarar a política de sua empresa que não pode ser revelada. Segundo Breed, a política de uma empresa pode ser definida como a orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não apenas no seu editorial, mas também nas suas crônicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos selecionados, envolvendo um processo de omissão, seleção diferenciada ou colocação preferencial, tal como destaque de um item favorável à orientação política do jornal ou mesmo exclusão de um item desfavorável.

Dessa forma, a linha editorial é consolidada de maneira sutil dentro das redações jornalísticas. Warren Breed explica que não existe um “programa de formação” para os que entram nas redações, não existe a distribuição de manual explicando a linha editorial, mas ao mesmo tempo é aconselhado um manual de estilo. No entanto, mesmo assim, todos conhecem bem a política editorial, seja porque lêem o jornal no qual trabalham seja por meio de conversas informais no bar. Sendo assim, podemos afirmar que a aprendizagem da linha editorial é um processo por meio do qual o “foca” (o noviço) da redação descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprendendo, assim, a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades.

Segundo Breed, alguns fatores essenciais dentro da redação moldam o jornalista no seu exercício profissional: 1) autoridade institucional cristalizadas pelas sanções; 2) obrigação e estima para com os seus superiores; 3) aspiração de mobilidade; 4) ausência de um grupo de lealdade e conflito; 5) prazer na atividade; 6) notícia como valor. O medo da demissão ou de rejeição da matéria também acentuam esta “autoridade institucional” citada por Breed. Esses desejos de mobilidade escondem uma verdade importante dentro da teoria organizacional: a de que ir contra a política editorial pode impossibilitar a ascensão na carreira. E esse medo de ir contra para não comprometer as possibilidades de ascensão vai orientar o desejo de quase todo jornalista, que quer arranjar grandes histórias na primeira

página. O prazer na atividade e a notícia como valor maquiavam o fato de que a notícia é o agente dissipador de conflitos dentro da redação.

A ideologia epistêmica positivista da objetividade (PIAGET; GARCIA, 2011), portanto, contribui para um enquadramento noticioso monológico, estabelecendo a interpretação de mundo dos grupos dominantes como sendo a própria realidade, censurando a autonomia dos jornalistas de contemplar a diversidade de versões significativas existente na sociedade e, inclusive, o seu direito de opinar para oferecer à avaliação do público informações qualificadas, o que resulta no desempoderamento não só do jornalista, mas também dos cidadãos de uma maneira geral (ROCHA, 2021).

Na perspectiva positivista da objetividade, como observa Robert Park (2008), o jornalismo é reprimido no seu papel de apurar, investigar, interpretar e questionar os valores morais e éticos vigentes na sociedade. Não cumpre, portanto, sua função de instrumento a favor da discussão pública e prejudica o funcionamento da sociedade em moldes democráticos, na qual o debate de ideias divergentes deve prevalecer.

Em contraposição à teoria da correspondência entre representação e realidade do paradigma positivista, a teoria consensual da verdade concebida pela filosofia pragmática e caracterizadora do paradigma construtivista pressupõe uma negociação das interpretações de mundo para um estabelecimento de um consenso coletivo (não mais aferido metafisicamente pela consciência do sujeito transcendental, mas exclusivamente pela autoridade epistêmica de legitimação dos significados pelo consenso da comunidade de comunicação). Isso se torna especialmente importante quando pensamos no campo político em contextos democráticos, em que as decisões não podem ser impostas de forma vertical, mas tomadas após uma deliberação horizontal e coletiva (idealmente):

No caso do paradigma construtivista, a teoria consensual da verdade pressupõe a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social. Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições

democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 99).

Enquanto mediador da discussão pública, o jornalista não nega sua própria subjetividade e expande as possibilidades de enquadramentos interpretativos. A noção de enquadramentos também é contrária à defesa da objetividade, já que pressupõe que os jornalistas participam do processo de construção social da realidade. Muitas vezes, esses enquadramentos são definidos com certa independência em relação aos relatos dos jornalistas, se constituindo em padrões de interpretação estabelecidos pelas fontes noticiosas. As fontes opinam sobre temas, eventos políticos, definem problemas, causas e responsabilidades sobre os assuntos. No entanto, os jornalistas também contribuem com seus próprios enquadramentos interpretativos, quando assumem explicitamente uma posição crítica diante da realidade, emitindo juízos de valor de forma evidente, contrariando a premissa da objetividade que pretende retratar o jornalismo como uma atividade neutra e que deve omitir ou disfarçar qualquer julgamento particular.

É comum, no entanto, que as interpretações de atores sociais diversos (como representantes do governo, de partidos, movimentos sociais, sindicatos e entidades profissionais) sejam adotadas pela mídia. Mauro Porto (2004) questiona a tendência pela incorporação de quadros interpretativos externos, devido à ideologia da objetividade que insiste em tirar a autoridade do jornalista se posicionar.

Uma diferença entre os dois tipos de enquadramento se refere, portanto, à sua fonte. Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais. Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico. Entretanto, as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas. Isto não significa, todavia, que os jornalistas não tenham um papel ativo na apresentação de enquadramentos interpretativos, mas sim que este papel tem um caráter mais sutil e indireto. Jornalistas frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política (PORTO, 2004, p. 92-93).

O autor, em sua tese de doutorado sobre a produção e a recepção de enquadramentos do Jornal Nacional, intitulada “*Media framing and citizen competence: television and audiences: interpretations of politics in Brazil*”, explicou que fatores como as rotinas profissionais, as características da audiência e as posições políticas da empresa e dos jornalistas levam os editores e produtores do telejornal a adotar um enquadramento oficialista

(PORTO, 2004). Outra pesquisa, realizada em 2007 por Wilson Gomes, intitulada “*Mapeando a audioesfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional*”, revela como o noticiário político do telejornal se concentra em atores com cargos e mandatos eletivos no âmbito federal, reproduzindo a hierarquia da política institucional. Conforme enfatiza Luis Felipe Miguel (2017), a escolha das fontes é resultado de uma compreensão compartilhada pelos jornalistas e das rotinas naturalizadas do trabalho jornalístico.

A ocupação de cargos e a posição das fontes nas instituições e organizações, sobretudo governamentais, funcionam, assim como recurso de autoridade para o próprio jornalismo. Das hierarquias da política, o jornalismo extrai a autoridade de empréstimo, de um lado, e de outro o distanciamento que garantiria sua imparcialidade, uma vez que as razões para ouvir essas fontes seriam óbvias, isto é, seriam sua posição já consagrada - vista como um dado de realidade e não como produto da seleção feita pelos jornalistas (MIGUEL, 2017, p. 104).

A escolha das fontes reforça o poder de influência dos chamados *primary definers*, como descreve Stuart Hall (2016), ao afirmar que a mídia tende a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Os atores que possuem posições institucionalizadas privilegiadas possuem um acesso amplo aos meios de comunicação e, portanto, são os “definidores primários” das notícias. São porta-vozes do poder estabelecido e considerados mais autorizados e especializados em determinados assuntos do que a maioria da população. As fontes oficiais, portanto, possuem poder de definir a interpretação primária do tópico tratado, comandando a ação subsequente ao tratamento do tema e norteando os futuros debates sobre o assunto.

Michael Schudson (2010) acredita que a concepção da objetividade sem autocritica faz o jornalista recair na armadilha de uma certa parcialidade, exatamente, “parcialidade mais insidiosa”. A mídia privilegia as fontes oficiais, ao adotarem uma postura pretensamente “imparcial”, aceitando a interpretação da classe hegemônica como se fosse o “fato” em si mesmo e a própria realidade. A escolha de fontes de “credibilidade” atestada, com “autoridade” para falar, também reforça o privilégio das elites através dessas versões oficiais. Portanto, as regras de neutralidade impostas ao trabalho jornalístico funcionam também para orientar poderosamente os *media* nas “definições da realidade social”, que as suas “fontes acreditadas” - os “porta-vozes” institucionais - produzem:

Os *media*, então, não se limitam a “criar” as notícias nem se limitam a transmitir a ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos, mas a sua

relação estruturada com o poder tem o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como “fontes acreditadas”. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos primary definers (HALL; CHRITCHER; JEFFESON; CLARKE; ROBERTS, 2016, p. 317).

A escolha dos definidores pode ser contextualizada na ideologia do profissionalismo jornalístico, detalhada por John Soloski (2016), como um método econômico através do qual as organizações controlam o comportamento dos repórteres e editores. Para isso, são desenvolvidas regras, as chamadas políticas editoriais, que limitam a tomada de posição dos jornalistas e, portanto, a possibilidade de atuação de um jornalismo crítico.

Por isso, a ideologia do profissionalismo tenta encaixar a atividade jornalística num rol de profissões, assim como o direito e a medicina, estabelecendo diretrizes gerais para classificar o que é considerado certo ou errado na prática jornalística, separando um “bom jornalismo” do “mau jornalismo”. A ideologia do profissionalismo pressupõe, portanto, que um conjunto de conhecimentos seja compartilhado por todos os profissionais e que o público aceite a autoridade daqueles profissionais em fornecer aqueles serviços.

A objetividade, nesse sentido, é uma estratégia para lidar com a complexidade do trabalho nas organizações e tenta eximir a responsabilidade do jornalista de dar explicações sobre o significado político dos acontecimentos. As fontes se tornam, portanto, as responsáveis pela interpretação do mundo, pela explicação dos fatos, assumindo a tarefa de definir a realidade. Não existe necessariamente, para Soloski (2016), uma perspectiva ideológica conscientemente compartilhada entre os jornalistas, que o fazem agir de forma intencional ao privilegiar determinada perspectiva.

Não se pretende negar, contudo, as intenções políticas que orientam a produção noticiosa, muitas vezes condicionadas a acordos e desacordos políticos dos donos da organização e da classe dos detentores do grande capital à qual pertencem. Contudo, é necessário reconhecer que muitas vezes a defesa do *status quo* é feita indiretamente, através da seleção de fontes consideradas “capacitadas”, escolhidas de acordo com “critérios jornalísticos”, vinculados à ideologia do profissionalismo.

3. O SISTEMA DE MÍDIA NO BRASIL

3.1 ORIGENS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL

A televisão, enquanto meio de comunicação que combina imagem e palavra na construção discursiva, desbancou (superou a audiência dos) os outros veículos quando surgiu no Brasil, se tornando um dos mais populares por suas peculiaridades discursivas. Guilherme Jorge de Rezende (2000), refletindo sobre o papel da palavra no telejornalismo, relembra o manual da Rede Globo de Televisão de 1984 que afirmava a interligação inevitável entre imagem e texto no telejornal, que constitui o discurso a partir de uma interação contínua e diversa entre signos de natureza diversa. É, portanto, através dessa dupla potencialidade simbólica que o telejornalismo continua desempenhando um papel primordial na construção da opinião pública brasileira, influenciando decisivamente os processos políticos do país.

Os anos da década de 1950 marcam a chegada da televisão no Brasil. A história do jornalismo brasileiro se confunde com a da televisão, que começou suas transmissões em 18 de setembro de 1950. Naquele período, o jornalista Assis Chateaubriand marca a história do país com a inauguração da PRF-3/TV Tupi, Canal 3 de São Paulo, que transmitia para pouco mais de 100 televisores na cidade de São Paulo. No dia seguinte, 19 de setembro de 1950, a TV Tupi transmite o primeiro telejornal do Brasil “Imagens do Dia” que mostrava imagens brutas (sem edição) dos acontecimentos daquele dia. Dados de 1999 registram que o Brasil contava com 53 milhões de aparelhos televisivos, ou seja, um aparelho para cada três pessoas.

Como exemplo, temos o telejornal “Telenotícias Panair”, criado em janeiro de 1952, na emissora Tupi de São Paulo. O jornal ia ao ar todos os dias, às 21 horas. Mas o “Repórter Esso” foi considerado o marco do telejornalismo na história da televisão brasileira. O telejornal entraria no ar mais tarde, primeiramente, com transmissão da Tupi do Rio de Janeiro, apresentado por Gontijo Teodoro, e depois, em 1953, passou a ser transmitido pela Tupi de São Paulo. Durante 18 anos, ‘O Repórter Esso’ foi referência para os telejornais implementados em outras emissoras. Inicialmente, as notícias do telejornal eram apresentadas no formato do programa de rádio que originou a sua criação. Já que os profissionais não estavam acostumados com a televisão e os equipamentos para gravar e transmitir imagens boas eram raros, o telejornal não era interessante em seu começo. Isso porque era feito basicamente com textos, em um formato monótono e engessado, e com poucas imagens para

ilustrar. As imagens chegavam com até 12 horas de atraso. As emissoras brasileiras intensificaram a presença dos telejornais em sua grade de programação somente na década de 1960 (REZENDE, 2000).

Nesse período, as emissoras investem em tecnologia e o Brasil inaugurou a sua nova capital, Brasília. No meio desse processo, é criado o “Jornal de Vanguarda” pela TV Excelsior. Do jornal, destacam-se os cronistas que vieram do jornal impresso e passaram a fazer parte da televisão (Newton Carlos, Villas Boas Correia, Millôr, entre outros), com enfoques irônicos sobre a realidade brasileira. Outras vozes marcantes são a de Luis Jatobá e Cid Moreira. O “Jornal de Vanguarda” foi um grande sucesso de audiência na década de 1960. Com o Ato Institucional nº 5, o jornal saiu do ar por decisão de seus produtores por bater de frente com questões políticas e militares. Na década de 1970, a TV Bandeirantes criou o telejornal “Titulares da Notícia”, apresentado por Tônico e Tinoco, no interior de São Paulo. E o “Repórter Esso” chegava ao fim, dando início à criação da Rede Nacional de Notícias da TV Tupi, programa que era transmitido diariamente para várias capitais do país (REZENDE, 2000).

O avanço da tecnologia permitiu a criação, em setembro de 1969, do Jornal Nacional, que passou a ser transmitido pela Rede Globo, ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Existia um rigor no planejamento do telejornal, em contraposição às improvisações, para que se mantivesse o nível. Através dele, ficou ainda mais explícita a influência norte-americana sobre o telejornalismo brasileiro. Uma importante contribuição vinda de fora foram as normas de redação, adaptadas do livro *Television News* (Fang, 1972) e que serviram como referência principal para as poucas obras que normatizam a prática do telejornalismo brasileiro. Na estreia do telejornal, o locutor Hilton Gomes anunciou que três ministros militares assumiam o governo, por causa da doença do Presidente Costa e Silva. Tudo isso apontava para um processo de integração nacional através da notícia (REZENDE, 1999).

Na TV Cultura, surgiu o telejornal A Hora da Notícia, sem grande preocupação com a técnica, mas priorizando o depoimento popular. O telejornal foi líder de audiência na TV Cultura e chocava com os interesses políticos dominantes no país. O conflito levou ao assassinato do diretor de jornalismo da emissora, Wladimir Herzog, vítima de intolerância política. No entanto, Rezende (1999) afirma que o que caracterizou a tv brasileira nos anos 70 foi o “padrão global de qualidade”. O padrão já começava na seleção de locutores competentes e com boa aparência para atrair o público feminino das novelas. Cid Moreira, por exemplo, foi símbolo de isenção e credibilidade do JN, e possuía a aparência de galã do

telejornal. O autor cita, ainda, uma outra característica: a busca por notícias de primeira página, que limitava a produção de um jornalismo crítico. A superficialidade decorria de um ritmo "manchetado", que oferecia uma síntese do que acontecia no dia e que passasse a ilusão de estar bem-informado ao telespectador que voltava do trabalho cansado (REZENDE, 1999).

A censura que limitava a imprensa começou a ser retirada no fim dos anos setenta, período de anistia política e força do sindicalismo. No entanto, nada disso virava notícia no JN que, em 1979, chegou a alcançar a marca de 79,9% de audiência nacional, o equivalente a 59,9 milhões de telespectadores. Apesar do fim da censura oficial, a Globo continuou com o estigma de sua vinculação com o governo, mesmo após o advento da Nova República, que se estabelecia com a promessa de assegurar a liberdade de imprensa. No entanto, novos meios de controle foram utilizados como moeda política, como a distribuição de concessões, que chegou a bater recordes no governo Sarney. Armando Nogueira admitiu, conforme relata Rezende (1999), que chegou a sofrer mais pressão na época da Nova República do que no período do regime militar. Ele afirmou que o Planalto exerceu uma pressão sobre a TV Globo para haver cumplicidade da alta direção da empresa com o governo (REZENDE, 1999).

Em 1989, havia um embate ideológico no segundo turno da campanha presidencial entre Collor e Lula. O JN, na cobertura do último debate, fez uma montagem prejudicial ao candidato Lula, o que levou ao afastamento de Armando Nogueira da direção de jornalismo da emissora. Depois, Nogueira afirmou que começou a sentir constrangimento quando partidários de Collor foram até a Globo ameaçados pela possível vitória de Lula. A edição do JN foi alterada à revelia de Nogueira, que pediu que a mesma edição do debate que foi divulgada pelo Jornal Hoje (que veiculou uma edição equilibrada do debate) fosse também transmitida no JN. Nessa época começou a ganhar peso o papel do apresentador, que passava a ser instrumento importante de credibilidade do telejornal. Em março de 1996 os apresentadores do JN Cid Moreira e Sérgio Chapelin foram substituídos pelos jornalistas William Bonner e Lillian Witte Fibe. Eugênio Bucci declarou que as mudanças no JN deram mais dinamismo ao telejornal, no entanto, ressaltou que o "governismo", além do estilo melodramático, não tinha mudado (REZENDE, 1999).

Apesar da grande penetração do telejornalismo em todo o país, pesquisa da revista Imprensa e do Instituto Gallup, feita em maio de 1995, mostrou que mais da metade da população não acreditava muito no que os jornais de televisão mostravam. Por outro lado, nas tvs por assinatura, o jornalismo vivia um período alentador. Em outubro de 1996, a Globo News iniciou suas transmissões, como canal exclusivo de notícias da Rede Globo de

Televisão, passando 24 horas no ar. O crescimento das tvs por assinatura contribuiu, portanto, para a queda de audiência do telejornalismo nas tevês abertas. Rezende (1999) cita um boletim do Ibope que verificou a perda de audiência no JN de 1989 até 1994 em 23 pontos, caindo de 60 para 37. Segundo o site Notícias da TV, a emissora de Roberto Marinho acumulou perda de 35% de audiência média entre 2004 e 2022¹¹.

3.2 A APROPRIAÇÃO POLÍTICO-PRIVADA DA MÍDIA BRASILEIRA

O poder de penetração do telejornalismo já podia ser visto, portanto, poucos anos depois da instalação da primeira emissora de televisão no país. Tendo em vista esse poder, é necessário enfatizar que não há, portanto, uma existência independente entre televisão e política, tendo sido criada uma ligação promíscua entre as duas esferas. Conforme aponta Venício de Lima (2009), em suas *Sete teses sobre mídia e política no Brasil*, essa relação é objeto de reflexão teórica de estudiosos das áreas de Ciência Política, Ciências Humanas e Sociais e Comunicação. O autor elenca sete pontos essenciais para compreender o papel que a mídia desempenha em sociedades democráticas.

1) A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando a esfera da política, principalmente.

2) Não há política nacional sem mídia, já que os regimes democráticos são constituídos de atividades eminentemente públicas e visíveis e a mídia tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo.

3) A mídia exerce, atualmente, muitas funções tradicionalmente atribuídas aos partidos políticos, como construção da agenda pública (agendamento), transmissão de informações políticas, fiscalização das ações do governo e publicização das demandas do povo.

4) A mídia alterou as campanhas eleitorais, principalmente com o surgimento do Horário de Propaganda Eleitoral nas emissoras de televisão e nos debates promovidos entre os candidatos nas rádios e TVs.

5) A mídia se tornou, ela própria, um ator político, tendo em vista que as empresas de mídia são grandes atores econômicos à nível global e, no Brasil, atores que interferem no jogo político.

¹¹ Disponível em:

<<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/daniel-castro/audiencia-da-globo-envelhece-e-fica-mais-pobre-jovens-fo-gem-para-o-streaming>> Último acesso: 30/06/2023

6) As características do sistema de mídia brasileiro aumentam seu poder no processo político, já que a legislação permitiu a livre exploração comercial e privada dos meios.

7) O perfil socioeconômico da população brasileira (o autor cita os baixos índices de escolaridade) facilitam o poder e influência da mídia na opinião pública, principalmente no processo eleitoral (LIMA, 2009).

A sexta tese é particularmente importante. Ao optar, ainda na década de 30, pelo modelo chamado “trusteeship model”, que entrega o setor de radiodifusão à exploração comercial da empresa privada, o Brasil reafirmava a comunicação como moeda de troca e o jornalismo como instrumento de negociações políticas e econômicas de grupos de interesses do país. Apesar de a constituição de 1988 prever no artigo 223 a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, a norma nunca foi regulamentada e até hoje a comunicação midiática está concentrada na mão de grupos empresariais e familiares. Se consolidou no Brasil um sistema de mídia cujo principal protagonista é a iniciativa privada comercial, caracterizando uma propriedade cruzada (quando um mesmo grupo é proprietário de diversos veículos de comunicação) e a concentração (poucos grupos controlam o sistema midiático no país), à exemplo dos Diários e Emissoras Associados e das Organizações Globo (LIMA, 2009).

Do ponto de vista político, o papel central da mídia, sobretudo da mídia eletrônica, em particular a televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado militar durante o regime autoritário. Foram os militares e seus aliados civis que – por razões, em primeiro lugar, de segurança nacional, e de mercado, em segundo – criaram as condições de infraestrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia nacional. E foram também eles que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso à censura, mas sobretudo com o apoio “conquistado” – explícito em muitos casos – das principais redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio período militar (LIMA, 2009, p. 51)

Portanto, Lima (2009) explica que a maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada como “centrada na mídia”, já que a construção do conhecimento público, que permite a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas, não seria possível sem a mídia. Por isso, a mídia é importante instrumento de socialização política, considerando a socialização “um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais” (LIMA, 2009, p. 55). A mídia brasileira se consolidou oligopolisticamente, sendo que o rádio e a televisão continuam basicamente regidos por um código do início da década de 60 (Lei 4.117 de 27/

8/1962), desatualizado, e formam um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal. A legislação do setor também não é uniformizada. Desde 1988, a Constituição Brasileira diz que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio (parágrafo 5º do artigo 220), mas normas mais recentes, como a Lei da TV a Cabo, não incluíram dispositivos diretos que limitassem ou controlassem a concentração da propriedade (LIMA, 2009).

Ademais, outros fatores têm contribuído para a concentração da propriedade das comunicações no Brasil. Cito três: a) a ineficácia da norma legal (artigo 12 do Decreto 236/67) que limita a participação societária de “entidades” de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e a duas em UHF, em nível regional (estadual). Por razões inexplicáveis o Ministério das Comunicações, que deve fiscalizar o cumprimento da lei, interpreta “entidade” como significando “pessoa física” e considera, portanto, a óbvia situação de propriedade cruzada que predomina em vários grupos de mídia do país como observando as limitações legais. Só a Rede Globo de Televisão (RGTV) tem participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo 10 próprias; b) o período de carência legal para venda das concessões de radiodifusão, isto é, para a troca legal de proprietários, é de apenas cinco anos e, mesmo assim, é sabido que existem vendas antecipadas através da conhecida prática dos chamados “contratos de gaveta”. Isso faz com que os eventuais concessionários independentes se sintam atraídos pela possibilidade de negociar suas concessões com os grandes proprietários e/ou vice-versa; c) não há normas ou restrições legais para a “afiliação” de emissoras de radiodifusão, isto é, para a formação de redes nacionais e/ou regionais (LIMA, 2009, p. 55)

Antes de tudo, para compreender o papel que o telejornalismo brasileiro desempenhou e continua desempenhando na política nacional, é necessário adotar uma abordagem não-instrumentalista do papel dos meios de comunicação na sociedade. Mauro Porto (2003) reforça que a percepção da mídia como mero instrumento manipulador a favor das classes dominantes não é suficiente para explicar como os principais telejornais do Brasil contribuíram com a ascensão e a queda de diversos governantes.

O autor elenca cinco principais tendências nas pesquisas em comunicação.

1) A mídia como ferramenta de manipulação a favor das classes dominantes para atingir objetivos políticos particulares, como uma “teoria da conspiração”.

2) A perspectiva construtivista, que atribui à mídia a construção social da realidade e, portanto, o estabelecimento de valores e opiniões a curto e longo prazo na sociedade.

3) A abordagem organizacional, que tende a focar no processo de produção de conteúdo midiático como dependente somente de valores e normas profissionais e da autonomia jornalística.

4) A abordagem comercial, na qual a mídia é considerada um negócio para captar audiência.

5) A mídia como espelho da realidade, perspectiva mais obsoleta, mas que ainda possui respaldo através da defesa do princípio da “objetividade”.

Há muitas outras formas possíveis de conceber o papel da mídia no processo político. As diferentes abordagens também não são mutuamente exclusivas. A maioria dos estudos considera uma variedade de fatores e não se limita a uma única estrutura. No entanto, essas categorias podem ser muito úteis para entender o papel da mídia na política democrática e para identificar limitações nas agendas e estruturas de pesquisa. Por exemplo, a maioria dos estudos sobre mídia e política no Brasil tende a enfatizar as manipulações instrumentais, mesmo quando consideram outros aspectos do papel da mídia (PORTO, 2003, P. 289/290 – tradução livre da autora)¹²

Desde que chegou ao país, a televisão teve suas programações voltadas às populações urbanas, orientadas para o lucro (exceto as estações estatais) e com controle acionário concentrado na mão de uns poucos grupos familiares, funcionando sob o frágil controle da legislação existente para o setor. Fortemente dependente das verbas publicitárias desde o início, a televisão teve seu modelo de radiodifusão, tradicionalmente privado, gradativamente transformado em um sistema misto, onde o Estado passou a operar canais destinados a programas educativos (MATTOS, 2002). De acordo com Mattos (2002), o crescimento da televisão no Brasil sempre esteve ligado ao favoritismo político, tendo sua proliferação iniciado antes de 1964, durante a administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). A partir de 1967, o processo de concessão de licenças passou a levar em conta os objetivos do Conselho de Segurança Nacional. Nesse período, durante o regime ditatorial, a televisão serviu ao principal objetivo do regime de promover uma unificação nacional e a construção de um sistema de crenças, culturas e valores compartilhados. Beneficiada pelo investimento em tecnologia e infraestrutura criada para as telecomunicações, a televisão teve todo seu potencial de mobilização aproveitado pelo regime militar.

Baseando suas ações na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, o regime militar foi responsável pelo estabelecimento de instituições como o Ministério das Comunicações, o Departamento Nacional de

¹² There are many other possible ways to conceive of the role of the media in the political process. The different approaches are also not mutually exclusive. Most studies consider a variety of factors and are not limited to a single framework. Nevertheless, these categories can be very useful in understanding the role of the media in democratic politics and in identifying limitations in research agendas and frameworks. For example, most studies on media and politics in Brazil tend to emphasise instrumental manipulations, even when they consider other aspects of the role of the media. (PORTO, 2003, P. 289/290)

Telecomunicações (Embratel), o Conselho Nacional de Comunicação, e inúmeras leis e decretos que contribuíram para o desenvolvimento da estrutura técnica necessária para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do país em termos gerais, e das telecomunicações em particular (MATTOS, 2002, p. 35).

Portanto, a televisão contribuiu fortemente para a disseminação das ideias do regime autoritário. O conteúdo dos programas sofreu censura desde 1964, se intensificando em 1968, ano em que foi instaurado o Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro, que, além de cassar mandatos, suspender o *habeas corpus* e decretar intervenções federais extra-constitucionais, foi responsável pelo forte controle sobre as emissoras de televisão e rádio, além dos jornais. No entanto, nos interessa particularmente o papel que a televisão, e especialmente o telejornalismo, passa a cumprir após a redemocratização em 1985, com o fim da censura oficial.

Durante o período de transição democrática, de acordo com os apontamentos de Mauro Porto (2003), o telejornalismo da TV Globo, por meio do Jornal Nacional, contribuiu fortemente com um silenciamento das manifestações a favor das Diretas Já, ignorando as reivindicações de rua até sucumbir à pressão popular, apenas duas semanas antes da votação da PEC Dante de Oliveira¹³. A pressão veio da própria sociedade civil e de anunciantes que ameaçaram retirar propagandas da emissora caso a postura editorial se mantivesse. Rezende (1999) afirma:

O legendário comício da Praça da Sé, em São Paulo, espelhou esse boicote. Enquanto a TV Cultura era a única a cobrir o comício, pressionada pelo vigor popular e pela insatisfação de seus funcionários, a Globo noticiou o fato pelo JN, como se fizesse parte das comemorações do 432 aniversário de São Paulo e não tivesse qualquer conotação política. A partir daquela data, as emissoras mudaram de postura e passaram a divulgar o movimento pelo receio de perder audiência e faturamento. O Congresso não aprovou a emenda, mas a própria imprensa ajudou a incutir na consciência popular uma forma de sublimar o desgosto. O povo ocupou de novo as praças para apoiar a candidatura de Tancredo Neves na eleição indireta para presidente. A festa da vitória celebrada pelas câmeras de televisão durou pouco. Um dia antes da posse, Tancredo adoeceu e, nos 37 dias de sua agonia e morte, a tevê brasileira realizou a mais intensa e extensa cobertura jornalística de sua história. A democracia voltava ao vídeo como espetáculo de festa, dor e esperança (REZENDE, 1999, p. 40/41)

O episódio das Diretas Já dá respaldo à defesa das limitações da visão instrumental da mídia. Porto (2003) afirma que, quando a sociedade está organizada e quando a cobertura

¹³ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, mais conhecida como Emenda Dante de Oliveira, apresentada pelo então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil

tendenciosa pode resultar em perda de audiência e patrocinadores, a mídia não tem outra alternativa a não ser mudar sua postura editorial e cumprir com a função pública do jornalismo.

Durante a Era Sarney (1985-1990), a história do sistema midiático brasileiro ganha novos capítulos com a formação da assembleia constituinte para elaboração da nova Constituição Brasileira de 1988. Grupos em defesa da democratização da comunicação se mobilizaram na esperança de minar práticas autoritárias e monopolísticas. No entanto, nesse período houve a expansão do coronelismo eletrônico, termo cunhado por Victor Nunes Leal (1978) citado por Porto (2003) para definir a prática de controle dos meios de comunicação pelos grupos políticos locais. A fim de conseguir apoio para manter o presidencialismo e permitir que seu mandato durasse cinco anos, José Sarney distribuiu diversas concessões a parlamentares. Porto (2003) afirma que 92% dos congressistas que receberam concessões votaram a favor do presidencialismo e 90% a favor da extensão do tempo de mandato. O próprio Sarney já comandava 3 rádios, uma TV e um jornal no Maranhão.

Essa realidade, chamada "coronelismo eletrônico" por Lima (2011), vai de encontro ao que diz o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, lei nº 4.117/1962) que determina que aquele que estiver no gozo de imunidade parlamentar não pode exercer função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão. Uma matéria publicada no Jornal do Brasil em 7 de dezembro de 1980, com o título "No ar, a voz do dono", listava o nome e a filiação partidária de 103 políticos de 16 estados que controlava, de forma direta ou indireta, emissoras de rádio e televisão no país. Sendo assim, existe um vínculo forte entre radiodifusão e política arraigado na cultura e na prática política brasileira, que perpassa os tempos ditatoriais e os tempos democráticos. Um dado importante citado por Lima (2011): até novembro de 2003, o cadastro das concessionárias de radiodifusão do Ministério das Comunicações não estava disponível para consultas, ou seja, não se conhecia a relação de beneficiários das concessões desse serviço público. Outro dado igualmente importante: pesquisa realizada por Santos e Capparelli (2005) citada por Lima (2011) revela que 39,6% ou 40 das emissoras geradoras afiliadas à Rede Globo, 33,6% ou 128 de todas as emissoras de TV e 18,03% ou 1.765 de todas as retransmissoras de televisão do país estavam controladas diretamente ou indiretamente por políticos em 2005.

A realidade atualmente não mudou. Levantamento realizado pelo grupo Intervozes¹⁴ revela que, em 2022, 45 candidatos eram políticos proprietários ou envolvidos com

¹⁴ Disponível em:

<<https://diplomatie.org.br/politicos-donos-da-midia-violam-a-constituicao-e-fragilizam-a-democracia/>>

propriedades familiares de mídia: 18 candidatos a deputado federal, 13 a deputado estadual, 6 ao senado e 1 a suplência de senado, 5 ao cargo de governador e 2 de vice-governador. Das candidaturas analisadas, mais da metade são homens (38), brancos (33) e milionários (33). A maioria dos políticos são do União Brasil, seguidos do MDB, PSD, Republicanos, PSDB, PL, AGIR, Cidadania, NOVO, PDT, PSB, PSC, PT, PTB e Solidariedade.

Segundo o artigo, publicado em parceria com o *Le Monde Diplomatique Brasil*, na Bahia, por exemplo, desde 1970 existe um forte esquema de concentração de mídia nas mãos da família Magalhães, proprietária da Rede Bahia, conglomerado que inclui a TV Bahia, afiliada à Rede Globo, além de jornais, rádios e uma construtora. Na Paraíba, a família Feliciano comanda diversas concessões de rádio e em Pernambuco a família Coelho é proprietária da rádio Grande Rio FM (Petrolina), rádio Boa Vista FM e Grande Rio FM (Cabrobó). O artigo também revela a condição econômica dos donos da mídia: mais da metade dos políticos são milionários (33), empresários, herdeiros e agentes públicos que declararam ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) patrimônios que chegam a mais de R\$600 milhões. Deles, 19 são acusados de corrupção, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, entre outros crimes.

3.3 A INFLUÊNCIA DA REDE GLOBO

A radiodifusão e imprensa no Brasil, desde 1964, passaram a ser oligopolizadas, devido à dinâmica imposta pela Rede Globo. Conforme aponta Daniel Heiz (1987), não é possível falar do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil da década de 60 sem falar da Rede Globo. A partir da década de 70, a emissora começou a absorver mais de 40% do total das verbas disponíveis no país. Mas sua história começa em 1961, quando passou a ser implantada com capital estrangeiro - na época, não era permitido, mas burlando a lei e apoiando o regime militar, a Globo conseguiu esse apoio financeiro dos Estados Unidos para implementar uma tecnologia de ponta. A emissora de Roberto Marinho abriu uma fase de modernização e revolução dos sistemas de comunicação de massa, além de ter sido responsável por inaugurar práticas empresariais modernas (HEIZ, 1987).

De acordo com Heiz (1987), a Globo possuía uma receita anual estimada em US\$ 500 milhões e um valor patrimonial estimado em US\$ 1 bilhão, ficando atrás somente das três gigantes norte-americanas (CBS, NCB e ABC). As Organizações Globo envolvem ainda emissoras de rádio AM e FM, editoras de revistas e livros, produtora de vídeo, gravadoras,

produtoras de serviços para publicidade, além de empresas envolvidas em ramos como indústria eletrônica, telecomunicações, imobiliárias, agricultura e pecuária. A audiência potencial da Globo é de 80 milhões de telespectadores, abrangendo 98% do território nacional. Somente o Jornal Nacional - principal telejornal da emissora - tem uma audiência de mais de 50 milhões de telespectadores.

Boa parte da força política e econômica da Rede Globo vem do contato que tem, diariamente, com mais de 50 milhões de brasileiros, através do Jornal Nacional, cuja produção é fiscalizada diariamente por Roberto Marinho, como conta o jornalista Alain Riding, do 'New York Times': "Todos os dias da semana", às 19h55min, pelo menos 50 milhões de brasileiros espalhados por este imenso território, incluindo um homem de 82 anos de idade - elegantemente vestido, com um telefone ao seu lado - assistem às notícias diárias escolhidas, interpretadas e transmitidas pela TV Globo, a maior rede de televisão do País." Como único proprietário da Rede, o homem ao telefone, Roberto Marinho, assiste ao noticiário com especial atenção. Após os 30 minutos de transmissão, o Senhor Marinho, invariavelmente, telefona para a redação e faz comentários, sugestões e críticas (HEIZ, 1987, s/p).

Roberto Marinho já chegou a afirmar que fornece todas as informações necessárias no Jornal Nacional, mas as opiniões dependem das suas convicções e patriotismo. Ao jornal norte-americano, ele confessou "Eu uso esse poder", se referindo ao poder que a TV Globo possui sobre sua audiência, no entanto, "sempre de maneira patriótica, tentando corrigir as coisas, procurando caminhos para o país e seus estados". Portanto, é inegável a influência política que a Globo desempenhou - e continua desempenhando - durante todo esse tempo.

Vamos citar alguns exemplos envolvendo o Jornal Nacional, o telejornal mais assistido pelos brasileiros (SECOM, 2014), que se tornou peça-chave e fundamental na política brasileira. No ar desde 1 de setembro de 1969, o Jornal Nacional já influenciou diretamente diversos episódios importantes na política do nosso país. Por exemplo, a TV Globo foi especialmente importante na ascensão de Fernando Collor (1990-1992), conhecido como 'Caçador de Marajás' na imprensa, tendo sua retórica política bastante aproveitada pelos grandes veículos. Na interpretação de Porto (2003), Collor se aproveitou de uma situação política favorável para a construção de uma retórica que agradava o eleitorado e parecia ter conhecimento de normas e valores noticiosos que o permitissem alcançar o noticiário com facilidade, através de estratégias de noticiabilidade. A razão da vitória de Collor está relacionada, portanto, ao cenário construído pela TV Globo, principalmente por meio das telenovelas (PORTO, 2003). O telejornalismo também contribuiu fortemente com a

ideia de que ele seria um candidato “fora da curva” e o único capaz de salvar o país da crise ética, política e moral.

A interferência do JN também pode ser percebida durante a campanha para as eleições de 1994, quando o telejornal assumiu um enquadramento favorável à eleição de Fernando Henrique Cardoso. Luís Felipe Miguel (2005) explica que a cobertura consolidou a ideia de que diversas forças e lideranças políticas estavam unidas em torno da candidatura de FHC e existia um consenso sobre os problemas e soluções para o país. Criou-se, por outro lado, uma percepção distorcida da candidatura de Lula, relacionada ao movimento sindical e ao grevismo, associando-a ao conflito e ao dissenso.

Um episódio serve de exemplo. Em meio à campanha, numa conversa informal com um repórter de televisão, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, confessou a adequação das decisões da política econômica ao calendário eleitoral e revelou a participação da Rede Globo na promoção da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. A conversa, porém, foi transmitida por acidente e captada por antenas parabólicas em todo o país. Não obstante seu impacto potencial intrínseco e o esforço dos partidos de oposição, o incidente obteve pequena repercussão eleitoral. As limitações ao HPEG [Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita] impediram que o caso fosse explorado de forma a sensibilizar o público; e, por outro lado, a grande mídia, Rede Globo de Televisão à frente, deram a ele pouco destaque e trataram de enterrá-lo com a maior brevidade possível. (MIGUEL, 2005, p. 146)

Em contraposição ao apoio unânime que a mídia deu à candidatura de FHC, o Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados adotaram o formato da "Rede Povo", parodiando a Rede Globo, com slogans como "Aqui você vê a verdade na tevê" (MIGUEL, 2005). Naquele momento, a maior emissora do país começava uma disputa simbólica contra os partidos e movimentos de esquerda que se estenderia até a derrocada de Dilma Rousseff do poder.

Em 1998, momento em que o então presidente FHC iria disputar a reeleição, o Jornal Nacional adotou a estratégia de invisibilidade do processo eleitoral. A recomendação de "ignorar" as eleições, como registra Miguel (1999), foi repassada às emissoras afiliadas, com a justificativa de preservar a credibilidade da emissora, devido ao "desgaste" que sofreu sua imagem após o nítido envolvimento e interferência do veículo na chegada de FHC ao poder.

A eliminação da campanha eleitoral do noticiário também emudeceu os candidatos à Presidência. Nas doze semanas pesquisadas, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores - PT, apareceu em oito reportagens no Jornal Nacional, com seis sound bites (trechos de declarações ou de entrevistas) que variaram entre 11 e 50 segundos, totalizando 2 minutos e 40 segundos de fala. O candidato do Partido Popular Socialista - PPS, Ciro Gomes, foi ignorado nas 11 primeiras semanas; na

última, teve direito a três sound bites, entre 9 e 56 segundos cada, totalizando 1 minuto e 54 segundos de discurso no noticiário. E Fernando Henrique Cardoso, como candidato ou como presidente, apareceu em quatorze reportagens, com sete sound bites de 7 a 47 segundos, somando 3 minutos e 3 segundos em falas. Os outros candidatos eram citados, quando muito, na divulgação dos resultados das sondagens de intenção de votos (MIGUEL, 1999, p. 256)

Apesar de parecer indicar um equilíbrio no tempo destinado a cada candidato, Miguel (1999) acredita que a invisibilidade na cobertura eleitoral coincidiu com a estratégia de FHC para transformar o processo de reeleição como um processo de "recondução do presidente ao cargo", já que ele se mantinha com índices razoáveis de aprovação popular e a ampliação da discussão que os opositores poderiam levantar como alternativa à sua gestão não seria interessante. Portanto, o JN não incorporou nas suas pautas os temas apresentados pelos principais candidatos da oposição, Lula e Ciro Gomes (desemprego, seca, fome dos sertanejos e crise financeira).

Em referência ao silenciamento das eleições nesse período, Luis Felipe Miguel diz que a Rede Globo "descobre a política" em 2002, quando a cobertura eleitoral foi a "maior da história", segundo a própria emissora. Em pesquisa realizada em 2003, o autor aponta que o Jornal Nacional dedicou 31,2% do tempo total do noticiário à cobertura do processo eleitoral, sendo 29,4% do tempo dedicado às eleições presidenciais, durante o período compreendido entre o fim da Copa e o primeiro turno. A cobertura foi realizada não só no JN, mas em outros noticiários da emissora, com entrevistas extensas com os candidatos. Além disso, enquanto em 1998 somente na última quinzena a cobertura se volta para as eleições (mesmo que ainda muito pequena), em 2002 há uma constância permanente na cobertura do processo eleitoral, alcançando um crescimento de 60% do noticiário na última quinzena.

Também podemos citar a influência que a Rede Globo - além de toda a imprensa brasileira - teve no impeachment de Dilma Rousseff e na ascensão da extrema-direita. O sociólogo Jessé de Souza explica como o Jornal Nacional foi "porta-voz da reação conservadora" que se formou nas ruas do país. As jornadas de junho, como foi denominadas as manifestações de 2013, começaram tendo referências negativas no telejornal, que enfatizou o "tumulto", o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população causado pelos protestos, com o uso recorrente da palavra "vandalismo" (SOUZA, 2016). Tudo muda exatamente no dia 17 de junho de 2013.

A cobertura do dia 17 de junho mudou o panorama completamente. O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se

tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como "expressão democrática" e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento (SOUZA, 2016, p. 90).

Essa foi a oportunidade de consolidar a federalização dos protestos, antes voltados para uma pauta municipal - o aumento na passagem dos ônibus. Agora, o JN dizia que o vandalismo era prática de uma minoria e que as manifestações eram pacíficas. Os protestos começam a tomar contornos patriotas, com manifestantes carregando bandeiras do Brasil e rostos pintados como nas "Diretas Já", desenhando a estética do movimento contra o governo federal encabeçado pela grande imprensa. Cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, pintar o rosto e usar a bandeira se tornam características desses atos. No dia 19 de junho, o JN pela primeira vez mostra queda da popularidade de Dilma Rousseff, de 79% de contentamento em março de 2013, cai para 71% em junho. Surgem bandeiras como antipolítica e antipartidos, além do tema da corrupção, e a classe média conservadora começa a conduzir midiaticamente o palco da política até o impeachment em abril de 2016.

Era o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorrera queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der com o mês de março de 2013, quando a presidenta gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe (SOUZA, 2016, p. 95).

O discurso anticorrupção foi fortemente estimulado pela imprensa, encabeçada pela TV Globo, criando uma personalização da corrupção na figura do PT e da então presidente Dilma Rousseff. Com isso, desenhou-se um cenário de mocinhos e vilões - comum à lógica midiática de polarizar e dualizar a vida social em dois opostos extremos, criando o ambiente ideal para um impeachment, através do insuflamento do ódio a um partido. Conforme já vínhamos considerando e Souza (2016) corrobora, isso aconteceu facilmente porque nossa democracia é frágil, já que os meios de comunicação estão apropriados pela lógica privada. O que o autor chama de "ditadura do pensamento único" acomete a imprensa dominante no Brasil e a TV Globo sempre foi protagonista no bombardeio de visões parciais - ou mesmo falsas - aos telespectadores brasileiros (interpretações e opiniões transvestidas de verdade absoluta).

Foi assim que, a partir do escândalo do mensalão, a Rede Globo passou a retratar, não só o PT, mas quase todos os partidos políticos como corruptos. Após as eleições de 2014, o candidato derrotado Aécio Neves passou a colocar em questão os resultados das urnas, debate que também foi estimulado pela Rede Globo. Não podemos esquecer, também, da Operação Lava-Jato, que ganhou diversas manchetes e chamadas na televisão. De acordo com o Manchetômetro, site desenvolvido com base em estudos do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mostram que na cobertura da operação, o Jornal Nacional exibiu uma semana de matérias negativas referentes a Lula (MIORANDO, 2023).

Tendo em vista esse cenário de estímulo ao antipetismo e legitimação do impeachment de Dilma Rousseff, pela Rede Globo e seu Jornal Nacional, a ascensão da extrema-direita insuflada pela classe média conservadora pode ser percebida já em meados de 2013, como mostramos acima. No governo Bolsonaro, portanto, a situação se reverte: a Globo e o Jornal Nacional passam a defender ferrenhamente a democracia e se volta contra o governo que passa a deslegitimar seu poder. “Globo lixo!” se torna um jargão comum ao presidente e seus seguidores e, através das redes sociais, é mobilizada uma massa de brasileiros que espalham *fake news* e desacreditam o jornalismo tradicional. No entanto, uma emissora passa a ser defendida como a única capaz de mostrar a verdade de forma “imparcial”: a TV Record, que conquistou o segundo lugar da audiência brasileira, com muito esforço do bispo Edir Macedo.

3.4 TV RECORD E O NEOPENTECOSTALISMO NO BRASIL

Fundada em 1953, a TV Record foi inaugurada apenas três anos após a chegada da televisão no Brasil, pertencendo na época ao empresário Paulo Machado de Carvalho, fundador da Rádio Record, em 1931. A estrutura tecnológica da emissora veio toda dos Estados Unidos e contribuiu com a inovação na forma de se transmitir programas televisivos. Sediada em São Paulo, antes dela havia no estado a TV Tupi e a TV Paulista. A primeira transmissão foi ao ar no dia 27 de setembro de 1953, com um programa musical apresentado por Sandra Amaral e Hélio Ansaldo. Além de apostar em espetáculos musicais, principalmente na década de 60 - quando nomes da MPB resistiam à ditadura militar e divulgavam seus sucessos nos programas televisivos - o gênero esportivo foi muito explorado, exemplificado pelo programa Mesa Redonda - criado em 1954.

Os programas jornalísticos também eram destaque na programação da emissora, como o clássico Repórter Esso, inaugurado em 1964, que foi sucesso de audiência no rádio e na TV. Na década de 70, a emissora passa a se firmar como uma TV que transmitia também notícias, não somente entretenimento. São lançados assim o Jornal “REI”, com transmissão para Rio de Janeiro e São Paulo, e o Jornal da Record, que nessa década foi renomeado posteriormente Jornal da Noite. Nesse período também é criado o Tempo de Notícias, que, além de informar, contava com a participação de diversos especialistas em diferentes áreas. É nesse período que alguns nomes bastante conhecidos começam a fazer parte do quadro da emissora: Raul Gil, Flávio Cavalcanti, Chacrinha e Silvio Santos (RECORD, 2008).

Em 1977, Silvio Santos tornou-se sócio da família Machado de Carvalho e passou a comandar a Record, embora já planejando ter uma rede nacional de televisão (o que viria a acontecer posteriormente quando conseguiu concessão para o SBT). Mesmo quando já estava prestes a fundar sua própria TV, seguiu transmitindo o Programa Silvio Santos na Rede Record, até o final da década de 80. Programas de humor também faziam sucesso na emissora, como o humorístico Dercy aos Domingos, apresentado por Dercy Gonçalves, além de Perdidos da Noite, que antes pertencia à TV Gazeta, apresentado por Fausto Silva.

Em 1985, há o relançamento do Jornal da Record, com direção de Dante Matiusi, dando força ao jornalismo na emissora. O telejornal passa a ser comandado por Paulo Markun e Silvia Poppovic, e posteriormente por Carlos Nascimento e Osmar Santos. Em 1989, começa a jornada para a emissora passar ao comando do bispo Edir Macedo Bezerra, juntamente com o empresário Odenir Laprovita. Edir Macedo queria um canal de comunicação para fortalecer seu trabalho religioso e aproveitou que a emissora estava em grave crise financeira e à venda.

O rombo da emissora chegava a 2,5 milhões de dólares por ano e ainda havia 20 milhões de dólares em contas a pagar. No entanto, outros grandes empresários estavam interessados em comprar a emissora, como a mexicana Televisa, o Grupo Abril e o Jornal do Brasil. O líder da Igreja Universal estava envolvido em alguns escândalos e, no primeiro momento, não se apresentou como interessado, travando longas batalhas até conseguir adquirir a emissora definitivamente em 1991 (LEMOS; TAVOLARO, 2007). É justamente na década de 90 que alguns nomes foram lançados na emissora, como o de Ana Maria Braga, em 1993, Boris Casoy para dar credibilidade ao telejornalismo da Record em 1997 e, depois, no século XXI, chegam nomes como Paulo Henrique Amorim, para o jornalismo.

Após comprar a emissora nesse período, Edir Macedo a utilizou para aumentar o número de fiéis e posicionar a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que possui um

alcance internacional, chegando a mais de 80 países graças à estratégia midiática. Desde o fim dos anos 70, o bispo utilizava horários alugados em rádios para aumentar seus seguidores, expandindo a quantidade de templos pelo Rio de Janeiro. Após os anos 80, os pentecostais passaram a ter mais visibilidade na mídia, através das rádios, comprando horários nas programações, ou mesmo estações inteiras e, posteriormente, nas emissoras de TV. As primeiras rádios religiosas foram a Rádio Copacabana (desde os anos de 1950), Rádio Boas Novas e Rádio Relógio, no Rio de Janeiro, além de outras que tinham uma programação evangelística extensa como a Rádio Tupi e Rádio Mulher, Rádio Clube de Santo André, ABC e Gazeta, em São Paulo.

O crescimento da IURD não está só ancorado na compra de canais de televisão, imprensa e rádios, mas também na expansão da bancada evangélica do Congresso Nacional, o que determina sua, cada vez maior, influência política. Atualmente, a Record se mantém na segunda posição do Ibope, deixando para trás o SBT. Essa supremacia começou a se desenhar em 2004, quando o bispo Macedo já havia comprado a emissora e passava a apostar em um conteúdo direcionado ao público evangélico. Nesta época teve grande repercussão na concorrência a cena de um pastor chutando a imagem de uma santa ao vivo, mas sem maiores consequências. Paralela a programação evangélica, a emissora apostava também no conteúdo mais popularesco e sensacionalista, dando origem a programas como Cidade Alerta e Programa do Ratinho (LEMONS; TAVORALO, 2007).

Enquanto a Record possuía forte vínculo religioso, as produções da Globo envolviam pastores de forma crítica, através, por exemplo, de um personagem de Chico Anysio nos anos 80, ou mesmo nos noticiários, em que apareciam notícias mostrando alguma prisão ou acusação de desvio de dinheiro envolvendo líderes religiosos evangélicos. Até os grandes eventos evangélicos que reuniam centenas de milhares de pessoas não ganhavam destaque na mídia liderada pela Globo. Por outro lado, a emissora tratava diferente os assuntos ligados à Igreja Católica e às religiões afro-brasileiras, possuindo maior espaço na emissora global. Portanto, podemos dizer que a Record ajudou a dar voz a esse movimento que vinha crescendo e assustando as demais religiões clássicas e, com isso, a presença pentecostal na mídia tem causado preocupações para os concorrentes - não só do campo religioso, mas do campo midiático. Sendo assim:

A presença pentecostal na mídia tem causado preocupações tanto a concorrentes do campo religioso quanto aos de fora dele, especialmente entre os veículos seculares. Entre outros, podem ser citados os pertencentes a família Marinho, Rede Globo; ao senhor Abravanel (Silvio Santos) com a

sua TVS, sem contar o grupo Civita (da Abril), o Grupo Mesquita (Estado de S. Paulo), a família Frias (Folha de S. Paulo) e tantos outros que possuem uma grande presença no controle da mídia no país. No Brasil, desde a proclamação da República (1889), triunfou o ideal de se separar a esfera pública da privada. À religião foi atribuída uma participação fora da esfera pública. Na esfera pública foi colocada a política e, mais tarde, os meios de comunicação de massa. Por isso, religião, política e mídia são entendidas como coisas à parte, que não devem se misturar. (FONSECA, 2008, p. 13)

3.4.1 Record e alinhamento a Bolsonaro

Apesar de, idealmente, mídia, política e religião serem campos que não devem se misturar, no Brasil eles estão mais do que correlacionados. No dia 4 de outubro de 2018, o *Jornal da Record* exibiu uma entrevista de 26 minutos com o candidato à presidência Jair Bolsonaro. Enquanto era veiculada essa entrevista na emissora de Edir Macedo, a TV Globo promoveu no mesmo horário um debate com sete presidentiáveis. Essa cena ilustra bem a relação de apoio que viria a acontecer entre o grupo Record e o então candidato do PSL, que liderava as pesquisas. Segundo uma matéria publicada¹⁵ no dia 25 de outubro daquele ano pelo portal Jornalistas Livres, o material foi preparado "a portas fechadas" pelo vice-presidente de jornalismo Douglas Tavolaro, homem de confiança de Macedo e criador da neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus. De acordo com a reportagem, nem mesmo a chefe de redação Luciana Barcellos, responsável pelo principal telejornal da emissora, estava sabendo daquela entrevista.

A entrevista foi exibida na íntegra, tendo quase nenhum corte do conteúdo bruto. Partidos como PT, PSOL e MDB tentaram recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para impedir a exibição do material, mas o ministro Carlos Horbach autorizou a "livre manifestação" da Record, embora não seja permitido que uma empresa que possua concessão pública de rádio e TV favoreça qualquer candidatura em detrimento de outras. No mês anterior, em 30 de setembro de 2018, o bispo Edir Macedo já havia declarado publicamente seu apoio a Bolsonaro, através da poderosa estrutura de comunicação do partido PRB, ligado à Universal. Segundo matéria do UOL¹⁶, o religioso usou seu perfil oficial no Facebook para responder um questionamento de um fiel, que perguntou quem ele apoiaria na eleição para

¹⁵ Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/apoio-imoral-da-tv-record-de-edir-macedo-a-bolsonaro/>> último acesso: 11/06/2023

¹⁶ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/09/30/edir-macedo-declara-apoi-o-a-bolsonaro>> Último acesso: 11/06/2023

presidente da República. A Igreja Universal havia antes apoiado a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

O PRB, partido criado durante o governo Lula, apoiou as duas últimas gestões petistas, mas posteriormente mudou de posição e apoiou o impeachment. Em 2018, a Universal disse ao UOL que “incentiva a todos os cristãos, de todas as denominações, a escolherem candidatos comprometidos com os valores da família e da fé”. Portanto, era natural o apoio ao candidato da extrema-direita, devido à compatibilidade de ideias e interesses políticos comuns. Uma reportagem da Folha¹⁷ relatou que o apoio do bispo à Bolsonaro colocou a IURD “de volta aos trilhos antipetistas que foram sua rota preferencial nos anos 1980/90”.

Em 1989, a IURD apoiou Fernando Collor, na sua disputa com o candidato da esquerda Luiz Inácio Lula da Silva. O grupo temia que o petista fechasse igrejas e o bispo chegou a afirmar que Deus o havia convencido que Collor era o escolhido. O mesmo aconteceu em 1994, quando a igreja usou o jornal Folha Universal para atacar Lula e apoiar Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que foi protagonista mais de uma vez das capas do jornal. Nas manchetes, se apelava para associar a imagem de Lula ao candomblé, dentro de um contexto de rivalidade entre o segmento evangélico e as religiões afro-brasileiras, que disputavam os fiéis. O apoio ao candidato do PT só veio em 2002, na tentativa bem-sucedida de Lula à presidência. Posteriormente, Dilma também recebeu apoio dos líderes religiosos, tendo ganhado até uma capa na Folha Universal com o título “Boato do Mal”, que defendia Dilma das acusações por uma declaração favorável ao aborto que havia dado três anos antes¹⁸.

No primeiro semestre de 2019, o apoio ao governo já começava a refletir nas verbas publicitárias. Uma reportagem do UOL¹⁹ aponta que os pagamentos com publicidade dos primeiros três meses de governo haviam crescido 63% em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a R\$ 75,5 milhões, sendo a Record o grupo que mais recebeu pagamentos, superando a Globo. Os dados foram obtidos da Secretaria de Comunicação do governo, que

¹⁷ Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ao-apoiar-bolsonaro-edir-macedo-volta-as-origens-antipetistas-e-a-satanizacao-de-lula.shtml>> Último acesso: 11/06/2023

¹⁸ Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ao-apoiar-bolsonaro-edir-macedo-volta-as-origens-antipetistas-e-a-satanizacao-de-lula.shtml>> Último acesso: 11/06/2023

¹⁹ Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/15/gastos-publicidade-governo-bolsonaro-crescem-r-755-mi-record-lidera.htm>> Último acesso: 11/06/2023

apontou que a Record recebeu R\$ 10,3 milhões, enquanto o SBT R\$ 7,3 milhões e a Globo R\$ 7,07 milhões. Vamos comentar essas verbas com mais detalhes em outro tópico.

Outra prática que reflete essa relação de apoio foi a série de entrevistas exclusivas que Bolsonaro deu à Record. Segundo a coluna do jornalista Mauricio Stycer²⁰, somente em 2019 foram 13 entrevistas exclusivas à emissora, além de uma para a filial da Record em Santa Catarina, em comparação a nenhuma entrevista concedida à Globo naquele ano. Outras emissoras também foram privilegiadas com exclusivas, como o SBT, com oito naquele ano, e a Band, também com oito entrevistas. No entanto, a matéria revela que Bolsonaro concedeu duas entrevistas exclusivas para o Grupo Globo - uma para o jornal *O Globo* e outra para o site G1. Para a TV, o presidente não concedeu.

3.5 BOLSONARISMO E DESLEGITIMAÇÃO DA REDE GLOBO

A relação de apoio político entre veículos de comunicação e determinados partidos ou grupos políticos pode ser definida como “paralelismo político”, conceito criado por Hallin e Mancini (2010) que representa o grau e a natureza da ligação entre mídia e políticos num país. Mauro Porto (2020) retoma o conceito para apontar como o comportamento da mídia televisiva brasileira nas eleições presidenciais de 2018 foi reflexo da crise de hegemonia vivida pela TV Globo, principalmente com a ascensão da TV Record e com a consolidação de uma aliança entre a classe média urbana, o candidato *outsider* Jair Bolsonaro e a extrema direita, igrejas evangélicas e instituições militares e judiciárias. Se constituiu, a partir desse período, um novo paralelismo político entre Rede Record e esses grupos, que se voltam contra o *establishment*: os partidos de centro-direita, cuja hegemonia tinha sido consolidada com o apoio da Rede Globo.

Portanto, o posicionamento editorial da Rede Globo em relação ao governo Bolsonaro deve ser analisado à luz de fatores contextuais sociais, culturais e políticos mais amplos que a simples percepção dos meios de comunicação como aliados dos poderosos. O presidente Jair Bolsonaro faz fortes críticas nas suas redes sociais à Rede Globo, além de já ter ameaçado

²⁰ Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/splash/colunas/mauricio-stycer/2019/12/03/bolsonaro-deu-13-entrevistas-exclusivas-a-record-e-nenhuma-a-globo-em-2019.htm>

> Último acesso: 12/06/2023

publicamente não renovar a concessão da emissora, a qual se referia com frequência com o adjetivo “lixo”, conforme matéria publicada no dia 30 de abril de 2020 no portal Poder 360²¹.

Bolsonaro: “É a mesma coisa quando eu falei o ‘e daí?’ e a deturpação por parte da Globo. **Essa imprensa lixo chamada Globo.** Ou melhor, **lixo dá para ser reciclado.** Globo nem lixo é, porque não pode ser reciclada. Entrou no ‘e daí’ e insistiram em fazer perguntas idiotas, e eu caí na deles”, disse. (Poder 360, 30/04/2020, grifos nossos)

O cenário de instabilidade política entre o chefe do poder executivo e uma das maiores emissoras do país é pauta de diversas matérias divulgadas diariamente nos jornais brasileiros. Entre as declarações proferidas pelo presidente, está a acusação da Globo de depender dos recursos da propaganda oficial do governo²². De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)²³, divulgados em matéria do portal *Poder 360*, o presidente Jair Bolsonaro destinou maiores verbas publicitárias para a Record e o SBT, em comparação à TV Globo. Em 2017, a TV Globo recebia 48,5% dos recursos, valor relativo à sua participação na audiência. Em 2018, ficou com 39,1% e em 2019 com 16,3%. Os percentuais da TV Record cresceram de 26,6% em 2017, para 31,3% em 2018 e 42,6% em 2019. Já os números indicam que o SBT recebia 24,8% em 2017, 29,6% em 2018 e 41% em 2019.

No entanto, os valores destinados à TV Globo têm aumentado, após a decisão do TCU, em 2020, que determina que o governo adote critérios técnicos para a distribuição de verbas publicitárias, levando em consideração a audiência da emissora²⁴. A tabela abaixo mostra os valores que cada emissora recebeu referente à publicidade do Governo Federal, entre 1 de janeiro e 21 de junho dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022. Os dados são da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência (Secom) e foram divulgados em matéria do Portal UOL²⁵:

²¹ Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao-em-2022/>> Último acesso: 16/02/2023

²² <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-globo-jn-162521198.html>

²³ <https://www.poder360.com.br/midia/governo-bolsonaro-reduz-publicidade-na-globo-e-prioriza-sbt-e-record/>

²⁴

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/13/tcu-quer-que-governo-explique-distribuicao-de-verbas-publicitarias.ghtml>

²⁵

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/04/por-reeleicao-planalto-volta-a-globo-e-dobra-gasto-com-publicidade-na-tv.htm>

ANO	TV GLOBO	TV Record	SBT
2019	R\$ 7.141.532,10	R\$ 10.592.111,97	R\$ 8.940.015,47
2020	R\$ 2.482.038,15	R\$ 4.087.159,57	R\$ 3.394.216,54
2021	R\$ 6.498.485,42	R\$ 9.095.397,84	R\$ 7.734.442,12
2022	R\$ 11.456.991,10	R\$ 9.853.922,27	R\$ 8.428.474,93

Quadro 1 – Repasses de verba publicitária do Governo Federal para emissoras entre 1 de janeiro e 21 de junho dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022

A crise de legitimidade que atinge uma das maiores emissoras do país coincide com a crise vivenciada pelo jornalismo enquanto instituição. Segundo o relatório ‘*Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*’, lançado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o país teve recorde de casos de violência contra jornalistas em 2021, sendo registrados 430 episódios, 2 a mais do que os 428 episódios em 2020. Em 2020, foram 480 casos de violência, 105,77% a mais do que o número registrado em 2019 (208 ocorrências). O relatório atribui a grande quantidade de casos ao estímulo do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus apoiadores, para desacreditar a imprensa. Segundo o documento, as ações começaram ainda em 2019 e se tornaram mais graves em 2020, durante a cobertura jornalística da pandemia, que é parte do nosso objeto de estudo. Na tabela abaixo, feita com base no relatório da Fenaj, listamos a quantidade de casos registrados em 2020, de acordo com o tipo de violência:

Tipo de violência	Quantidade de casos
Descredibilização da imprensa	152
Censura	85
Agressões verbais/ataques virtuais	76
Ameaças/intimidações	34
Agressões físicas	32

Cerceamento da liberdade de imprensa por ações judiciais	16
Impedimento ao exercício profissional	14
Violência sindical	6
Ataques cibernéticos a portais jornalísticos	6
Injúrias raciais/racismo	2
Sequestro/Cárcere privado	2
Assassinatos	2
Atentado	1
Total de casos	428 casos

Quadro 2 – Violência cometidas contra jornalistas em 2020, por tipo e quantidade de casos (Fonte: FENAJ)

De acordo com o documento, Bolsonaro foi responsável por 142 casos de descredibilização da imprensa, através de afirmações de que a mídia mente, de que o jornalismo profissional compartilha *fake news*, de xingamentos utilizando termos como “lixo” para se referir às emissoras, entre outras agressões. Outro ponto importante a ser destacado se relaciona com o dado das censuras, cujos casos registrados foram 750% a mais do que em 2019, ano em que apenas foram registrados 10 casos. Segundo a Fenaj, o aumento da censura se deve ao cerceamento da liberdade que o governo Bolsonaro impôs dentro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa de caráter público, na qual passou a ter influência uma orientação governamental, que foge dos princípios da comunicação pública cidadã.

No documento de 2020, que detalha quem foram os responsáveis pelas agressões de acordo com porcentagens, o presidente da República Jair Bolsonaro aparece em primeiro lugar, tendo sido o autor de 175 casos de violência contra a imprensa (40,89%), seguido de servidores públicos/dirigentes da EBC, responsáveis por 86 casos (20,09%), políticos, com 39 casos registrados (9,11%), internautas foram responsáveis por 21 casos (4,91%), enquanto populares por 18 casos (4,21%). Além disso, juízes, procuradores e promotores aparecem na lista com 17 casos (3,97%) e manifestantes com 14 casos (3,27%). Aparecem também, no

relatório, policiais militares/civis (14 casos/3,27%), empresários de comunicação (7 casos/1,64%), hackers (6 casos/1,40%) e outros.

Quanto às vítimas das agressões, queríamos saber de quais veículos fazia parte a maioria. Para isso, buscamos as palavras-chaves “Globo”, “SBT”, “Band” e “Record” no relatório, que são os principais veículos do país e optamos por não selecionar apenas os casos referentes aos repórteres de televisão, mas também aos de rádio e jornais, já que fazem parte do mesmo grupo. Na busca, constatamos que a maior parte da violência foi cometida contra jornalistas e repórteres do Grupo Globo, com 60 casos registrados, incluindo agressões verbais e virtuais, agressões físicas, injúria racial/racismo, impedimentos ao exercício profissional, detenções e prisões, além de um caso de sequestro/cárcere privado. No entanto, optamos por selecionar, nas tabelas abaixo, apenas aqueles casos que envolvem diretamente o então presidente da república Jair Bolsonaro, e explicitamente os seus apoiadores e manifestantes. Outros casos em que não existe uma clareza quanto ao apoio político do agressor com o governo Bolsonaro não foram listados na tabela, mas podem ser acessados no relatório da FENAJ.

3.5.1 As agressões contra a Rede Globo em 2020

Na tabela abaixo, listamos 38 casos de agressões verbais e virtuais feitas pelo presidente da República à imprensa em geral e à Rede Globo em particular. Algumas agressões foram direcionadas a alguns jornalistas, que tiveram seus nomes citados, como Thaís Oyama, Eliane Cantanhêde, Ancelmo Góis, William Bonner e Maju Coutinho, em contrapartida sai em defesa do jornalista Alexandre Garcia, alinhado ao governo. Nas falas de Bolsonaro, são frequentes as acusações de que a imprensa é uma fábrica de *fake news*, de que a Rede Globo persegue o governo e sua família, estimulando panelaços contra o presidente.

Além disso, são constantes as ameaças de corte de verba publicitária e de não renovação do contrato da emissora em 2022, com a utilização de termos como “Perdeu a boquinha” e “Acabou a mamata”. Outros termos como “Globo Lixo”, “TV Funerária”, “Chorume” também são citados pelo presidente se referindo à emissora. Ele ainda se defende das acusações de menosprezar as vítimas da pandemia e afirma que a imprensa desestimulou o uso da hidroxicloroquina que, segundo ele, salvou sua vida. Além disso, acusa a mídia de superdimensionar os dados e a gravidade da pandemia e de atribuir a culpa das mortes ao seu governo.

A maioria das declarações foram dadas no chamado “Cercadinho” da imprensa, que começou em 2019, montado no Palácio da Alvorada, onde o presidente costumava realizar as entrevistas coletivas. Outras foram proferidas em *lives* semanais que eram realizadas por Bolsonaro nas redes sociais e em publicações na sua conta do Twitter. O “Cercadinho” se tornou um lugar reservado para Bolsonaro dar declarações, entrevistas e tirar *selfies* com apoiadores. O local de “proteção”, conforme define reportagem da revista ISTOÉ²⁶, é onde ele costuma mandar jornalistas “calarem a boca”. No dia 25 de maio, os grupos da Band, Folha e Globo retiraram as equipes da cobertura no local, por afirmarem que não havia segurança para seu exercício profissional.

3.5.2 Agressões e censuras contra jornalistas da Record, SBT e Band em 2020

Ao pesquisar a palavra-chave “Record”, encontramos 10 casos, entre os quais alguns interessam a nossa pesquisa, por motivações políticas explícitas, e outros não. Podemos citar o caso de agressão física sofrida pelo jornalista Marcos Guedes, no dia 13 de novembro, quando fazia uma reportagem sobre disseminação de notícias falsas no município de Valinhos, em São Paulo. O profissional sofreu chutes e socos por um integrante da campanha da candidata à prefeita pelo PSD, Capitã Lucimara. Apesar de ser nitidamente um caso motivado por questões políticas, não existe nenhum indício de relação com o presidente Jair Bolsonaro.

Outro caso importante foi o do jornalista, escritor e professor Juremir Machado da Silva, destituído do programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba (Grupo Record/RS), em 28 de agosto de 2020. O motivo seria uma censura aos conteúdos que veiculava. Em uma crônica publicada sobre a demissão²⁷, dois anos depois do acontecimento, o profissional cita explicitamente a censura praticada pelo presidente Jair Bolsonaro no veículo, como explica no trecho abaixo:

Não menti e não criei problemas para a empresa. Ah, não votei em Jair Bolsonaro! A chegada dele ao poder mudou tudo no Grupo Record-RS, proprietário da Rádio Guaíba e do Correio do Povo. Antes disso, eles permitiam fartamente que se fizesse jornalismo, com respeito ao contraditório e sem misturar religião e política com as lides diárias da rotina jornalística. Nem tudo era perfeito. Nunca é. Mas era bom. Meu salário havia melhorado bastante. As oportunidades eram muitas. (Matinal Jornalismo, 08/02/2022)

²⁶ Disponível em: <istoe.com.br/cercadinhodebolsonaro> Último acesso: 23/02/2023

²⁷ Disponível em: <www.matinaljornalismo.com.br/parentese/cronica/cronica-de-uma-demissao-anunciada> Último acesso: 25/02/2023

Ainda segundo o relato do jornalista, com a chegada de Bolsonaro ao poder, nas suas palavras, os pastores que comandavam a rádio "radicalizaram" e o pluralismo perdeu força, não podendo ser feitas críticas ao presidente. Outro acontecimento encontrado no relatório na categoria “Descredibilização da imprensa”, relacionado à TV Record, não tem como alvo os próprios jornalistas da emissora. No dia 8 de março de 2020, o programa Domingo Espetacular foi utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro para atacar o jornal Folha de S. Paulo e a imprensa em geral. Na entrevista ao personagem Bolsonaro (do humorista Márvio Lúcio), ele diz:

Eu não leio jornais para não me envenenar. Outro dia eu peguei uma Folha aqui, e tinha nove matérias na capa dando pancada em mim. Nove! Nenhuma favorável. Com todo o respeito, a imprensa é importante, mas as fake news e as mentiras acabaram desacreditando grande parte da mídia de papel (Domingo Espetacular, 08/03/2020).

Em outra entrevista, concedida ao mesmo programa no dia 22 de março, o presidente afirmou estar sendo atacado pela imprensa que está incentivando os panelaços contra o seu governo. Na sua fala, ele cita, inclusive, a TV Globo.

Desde o início do ano passado que eles me atacam, assim como a grande mídia, com raras exceções, me ataca constantemente. E digo mais: brevemente o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus. [...] Esses panelaços foram incentivados, antes de acontecer, pela **Globo, a TV Globo** botou várias vezes no ar dizendo, que naquele dia, no dia seguinte, teve uma manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro, endossado pela revista Veja, que fez campanha também, entre outros órgãos de imprensa. É uma campanha deslavada, descomunal, absurda, contra um chefe de Estado, que simplesmente, teve a coragem de cortar propaganda dessas empresas. Acabou a mamata pra eles. Querem me tirar de qualquer maneira (Domingo Espetacular, 22/03/2020, **grifos nossos**).

Ainda foi registrado um caso de sequestro contra o jornalista Romano dos Anjos, apresentador da TV Imperial (aliada da Rede Record), na noite do dia 26 de outubro, mas por motivações políticas locais. Com base na reportagem publicada no G1²⁸, todos os agressores eram militares, mas em nenhum momento foi citada motivação política relacionada ao governo de Jair Bolsonaro. Sobre a Band, encontramos no relatório cinco casos, dos quais iremos citar dois que têm relação com a nossa pesquisa.

²⁸ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2022/10/11/justica-da-liberdade-a-acusados-de-sequestrar-e-torturar-jornalista-um-dia-apos-ele-voltar-ao-trabalho.ghtml>> (Último acesso: 23/02/2023)

O primeiro acontecimento foi durante uma manifestação pró-Bolsonaro, ocorrida no dia 17 de maio. A repórter Clarissa Oliveira, da BandNews, foi agredida por uma manifestante, identificada como Ângela Berger, em frente ao Palácio do Planalto. A agressora, apoiadora do presidente Bolsonaro, circulava com uma bandeira nacional, proferindo palavras de agressão aos profissionais da imprensa, e chamando jornalistas de “lixo”. Ela acertou a repórter com o mastro da bandeira, que atingiu sua cabeça. No segundo acontecimento, do dia 16 de março, caracterizado como “Descrédibilização da imprensa”, a Band foi, na verdade, palco para ataques do presidente Jair Bolsonaro a outros veículos de comunicação, como a Folha de S. Paulo. Em entrevista a José Luiz Datena, na Rádio Bandeirantes, ele disse que a imprensa é mentirosa e parte dos jornalistas não é imparcial.

“Bom dia, Datena, eu deixo bem claro que aceito conversar contigo porque acredito na sua isenção. Diferentemente de uma parte considerável de jornalistas que não pensam dessa maneira. [...] O que tá em jogo? É uma disputa política por parte dos caras, eu tô sozinho num canto, apanhando de todo mundo. Grande parte da mídia, não são todos, muitos governadores, o chefe do poder Legislativo, a Câmara, o Senado, batendo o tempo todo. É uma disputa de poder! [...] Imprensa mentirosa, calhorda! Eu nunca falei que o Paulo Guedes tem prazo de validade, tem que resolver até tal data, tal hora essa ou aquela questão. Imprensa mentirosa. Em especial Folha de S. Paulo, um lixo de imprensa, um lixo de imprensa! Tem dia que tem 20 matérias contra mim ali. Nenhuma falando a verdade. É o tempo todo em cima dessa desinformação. E daí o jornal Folha publica, todo mundo replica, todo mundo replica. [...] Então, mentira, duma imprensa sem moral, já desacreditada perante a opinião pública, fazendo fake news o tempo todo. [...] Não ataco a imprensa, eu sou atacado por essa banda da imprensa, não é todo mundo, 24 horas por dia, o tempo todo fake news [...] quando eu falo que não z isso, a própria imprensa diz que eu voltei atrás, que não tô assumindo, que tô sendo inconsequente, é a luta de poder! (...) Eu respeito a imprensa, agora a imprensa que age dessa maneira, eu dou o troco neles, sou obrigado a dar o troco neles, sou obrigado a dizer que tá mentindo (Rádio Bandeirantes, (16/03/2020).

No relatório, encontramos 7 casos de agressões a jornalistas envolvendo o SBT. No entanto, somente três interessam à nossa pesquisa, em que a emissora foi palco para críticas do presidente Bolsonaro aos jornalistas de outros veículos. As violências foram verbais, um caso de descrédibilização e um caso de censura. No dia 20 de março de 2020, Bolsonaro atacou a jornalista Vera Magalhães, colunista do jornal O Estado de S. Paulo, em entrevista do Programa do Ratinho. Ele diz:

[...] “Uma jornalista aí, até falei o nome dela na Uma jornalista aí, até falei o nome dela na coletiva, inventou que eu tô preparando um movimento pra 31 de março na porta de quartéis. É o tempo todo mentira em cima de mentira. [...] A partir do momento que uma pessoa, nominada como é essa jornalista, faz isso, não é apenas fake news, é um crime que ela tá cometendo. Ela diz,

ah, apenas repliquei, que negócio é esse? Se chega eu pego na internet algo desabonador pra essa jornalista, é justo botar nas redes sociais? Não posso fazer isso. Falta responsabilidade pra muita gente nessa imprensa (Programa do Ratinho, 20/03/2020).

O caso de censura aconteceu no dia 23 de maio, quando o empresário Silvio Santos impediu a exibição do SBT Brasil, principal telejornal da emissora. Em substituição ao noticiário, foi exibido uma reprise do programa de variedades Triturando. Segundo o relatório da FENAJ, a censura do dono aconteceu após o governo federal reclamar da cobertura que a emissora estava fazendo da repercussão do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril²⁹. Na reunião, o presidente falava da intervenção em órgãos de segurança, como a Polícia Federal (PF). O Supremo Tribunal Federal havia autorizado a divulgação do vídeo, já que esclarecia as acusações feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro³⁰.

Matéria divulgada no Observatório da TV, do portal UOL, no entanto, explica como no dia posterior ao caso de censura, a emissora tentou disfarçar o cancelamento da edição do SBT Brasil, já que havia especulações, na opinião pública, de motivações políticas, contribuindo com a ideia da autoridade do público sobre o jornalismo. A reportagem diz que o SBT fez uma "transmissão-surpresa" por volta das 19h20, entre o fim do programa Eliana e o início do Roda a Roda Jequití, quando dedicou sete minutos para exibir trechos da reunião em que Bolsonaro falava palavrões, que foram ao ar sem nenhum tipo de censura sonora.

2.5.3 Os ataques à imprensa em 2021 e no 7 de setembro

Entre 2020 e 2021, a diferença no número de ataques aos jornalistas e veículos de comunicação foi pouco significativa, mas revela uma continuidade de um processo de deslegitimação da (ou de ataques à) imprensa no Brasil. Ainda com base nos registros feitos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), nesse ano foram identificados 430 casos, apenas dois a mais que os 428 registrados em 2020, porém caracterizando-se, segundo o órgão, como um novo recorde. O relatório é direto ao dizer que a continuidade das violações está associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. O presidente

²⁹ Disponível em:

<<https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/sbt-exibe-reuniao-ministerial-de-jair-bolsonaro-com-direito-a-palavras>> (Último acesso: 24/02/2023)

³⁰ Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>> (Último acesso: 24/02/2023)

Bolsonaro foi responsável pela maior parte das agressões, contabilizadas em 147 casos, sendo 129 episódios de descrédibilização da imprensa e 19 de agressões verbais a jornalistas.

Neste tópico, iremos focar nas agressões cometidas nas manifestações de 7 de setembro de 2021, que é o nosso único objeto de análise neste ano. Em comparação a 2020, os ataques verbais praticamente não tiveram alterações, com repetições de expressões como "imprensa lixo", "canalhas", "a mídia é fábrica de fakenews", ecoadas nos discursos dos seus apoiadores. Apesar de não fazer parte do nosso objeto de estudo, importante registrar que os casos de Censuras ultrapassaram os casos de Descrédibilização da imprensa, em 2021. A maior parte desses casos de censura foram cometidos por dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que foi aparelhada no governo Bolsonaro, deixando de atender aos critérios da comunicação pública.

Tipo de violência	Quantidade de casos
Censuras	140
Descrédibilização da imprensa	131
Agressões verbais/ataques virtuais	58
Ameaças	33
Agressões físicas	26
Cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais	15
Violência sindical	8
Impedimento ao exercício profissional	7
Atentados	4
Prisões	2
Assassinatos	1
Injúria racial/racismo	1
Sequestro/cárcere privado	0
Total de casos	430

Quadro 3 - Violência cometida contra jornalistas em 2021 por tipo e quantidade

Tanto o desmonte da comunicação pública brasileira quanto os ataques aos jornalistas fazem parte de um cenário de enfraquecimento da democracia vivido nos anos do governo Bolsonaro, mas especificamente em 2020 e 2021, auge da pandemia da covid-19. O enfraquecimento da democracia se dá através do enfraquecimento do jornalismo, sua deslegitimação e incentivo às *fake news* como sendo mais críveis que o próprio jornalismo profissional. É oportuno, diante dos dados expostos, seguir para o terceiro capítulo deste trabalho, que tem por objetivo mostrar a importância de valorizar o jornalismo profissional, por sua capacidade mediadora na sociedade democrática. Faremos, brevemente, uma reflexão sobre o conceito de intersubjetividade e de que forma o jornalismo é a instância intersubjetiva, na qual os consensos sociais são estabelecidos. O jornalista possui, portanto, a obrigação ética e moral de salvaguardar a democracia, tanto por essa potencialidade comunicativa de grande alcance quanto por sua trajetória libertária que já tratamos nos primeiros capítulos.

4. JORNALISMO, INTERSUBJETIVIDADE E DEFESA DA DEMOCRACIA

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES: INTERSUBJETIVIDADE E CONSENSOS POLÍTICOS

Até o momento neste trabalho, já abordamos o papel do jornalismo numa sociedade democrática e os dilemas que a profissão encontra no que diz respeito ao ideal de serviço público *versus* sua apropriação privada pelos meios de comunicação. Procuramos discutir também a questão da objetividade jornalística e o seu significado idealizado, assim como também como mecanismo real de opressão da mediação cognitiva do jornalista e desempoderamento da cidadania, além de refletir sobre a necessidade do jornalista se posicionar em situações que requerem uma tomada de posição diante de situações cruciais no contexto democrático, já que o jornalismo é uma instituição pilar da democracia. Também abordamos a problemática do sistema midiático brasileiro, que devido às suas propriedades e configurações levou o jornalismo brasileiro a interferir em diversos episódios da política nacional, servindo não aos interesses democráticos, mas a interesses particulares.

Assim, Herbert Gans (2003, p. 100) lamenta que a opinião jornalística seja reprimida, pois os jornalistas

(...) geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante.

Queremos agora, antes de partir para nossa análise, fazer uma reflexão sobre como o jornalismo é uma instância essencial das trocas intersubjetivas e utilizaremos o termo cunhado por Flávia Biroli (2017) para denominá-lo um *gestor de consensos*. Assim, enquanto gestor de consensos, o jornalismo é um instrumento de estabilização das expectativas no campo da política e mantenedor da ordem vigente e daquilo que é intersubjetivamente aceito. No caso da nossa pesquisa, nos concentramos principalmente no papel que a atividade jornalística desempenha na defesa da democracia em um contexto de ameaça às instituições democráticas. As manifestações consideradas antidemocráticas e ilegais fazem parte de um

contexto de anormalidade e polarização radical que ameaça a estabilidade da democracia e incita o autoritarismo.

Mas como funciona a gestão de consenso pelo jornalismo na política? No jornalismo político, explica Biroli (2017), existe uma acomodação entre as configurações do campo político e a organização do noticiário, levando à reprodução natural das hierarquias próprias dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, concentrando as notícias políticas em disputas partidárias, comportamentos, acordos e desacordos no âmbito da política institucional. A política nos noticiários é retratada como o território dos políticos profissionais, constituindo uma “política codificada”, circunscrita aos espaços hierarquicamente superiores de poder.

Portanto, para a autora, o jornalismo político tende a seguir padrões elencados pela autora como:

1) *a sustentação recíproca das hierarquias entre um campo e outro*: que significa o reconhecimento das ações dos atores político, a escolha de fontes “certas” e “competentes” - como as fontes oficiais - e uma lealdade recíproca entre jornalistas e fontes políticas;

2) *a sobreposição entre as hierarquias na política e no jornalismo*: que inclui a naturalização das posições de poder, o destaque concedido a temas, enredos e interpretações de algumas fontes com “capacidade atestada” para comentar determinados assuntos, além da marginalização da posição de alguns atores sociais;

3) *o compartilhamento de visões sobre aspectos estruturantes da política democrática*: a divisão entre “políticos” e “cidadãos comuns”, e, conseqüentemente, entre “fontes sabidas” e “eleitores indignados”, a reafirmação dos lugares “certos” do fazer político - levando a uma distinção entre o local da “política codificada” (e racional) e o local das manifestações de rua (tomadas pela emoção);

4) *o compartilhamento de referências*: os jornalistas convivem diretamente com os atores políticos, dentro de contextos que os levam a reproduzir as visões desses atores (BIROLI, 2017).

O jornalismo é, nesse contexto de disputa, um “regulador da pluralidade política e social” (BIROLI, 2017, p. 111) e atua definindo, reforçando ou redesenhando os consensos políticos aceitáveis. Assim:

[...] é possível afirmar que o jornalismo exerce um papel de gestor de consensos. Sua centralidade na reprodução e difusão de representações da política advém do fato conhecido de que a maior parte da população tem acesso à política institucional, sobretudo em nível nacional, pelos meios de comunicação. Mas seu lugar é especial em relação aos agentes políticos. E isso não se deve apenas à capacidade de difusão ampla dessas

representações - possível para os agentes políticos de diferentes maneiras, que vão da militância convencional a seu alargamento pelo recurso à internet e a outras formas de comunicação com potencialidade de atingir um público amplo e diferenciado. Seu diferencial se deve, também e sobretudo, à sua condição de suposta transcendência em relação às partes em disputa na política (BIROLI, 2017, p. 111)

O caráter transcendente do jornalismo na disputa política ao qual se refere a autora nada mais é, como já tivemos oportunidade de discutir, que a falácia da objetividade. O jornalista, a quem a ideologia positivista da objetividade pretende desautorizar qualquer responsabilidade na disputa política, na verdade, é um personagem central na mediação do jogo retórico para definição da interpretação “verdadeira” da realidade. Luiz Gonzaga Motta (2017) contribui com a reflexão, observando que, nos meios de comunicação, a política é retratada a partir da lógica do conflito e da “intriga”, como uma disputa ou até como uma guerra pelo poder, em que se torna imprescindível a mediação do consenso majoritário para definição da correlação de forças na arena simbólica do jornalismo.

O conflito, para além de um valor-notícia, é considerado, em Motta (2017), uma metacategoria dramática estruturante da narrativa, com a qual o jornalista enquadra a realidade de maneira bipolar (bem ou mal, pró ou contra, certo ou errado). Na política, o conflito funciona como um enquadramento cognitivo que organiza as atividades dos atores políticos e classifica os acontecimentos. Motta (2017) explica:

O conflito como metacategoria jornalística está particularmente presente no noticiário político porque a política é, por natureza, uma atividade centrada nas disputas simbólicas. Os enfrentamentos políticos se assemelham aos jogos. A política é uma atividade competitiva onde indivíduos, grupos e partidos estão envolvidos em tensas disputas verbais, parlamentares ou eleitorais. Por isso a metacategoria do conflito é útil para os jornalistas enquadrarem a complexidade da política (MOTTA, 2017, p. 136)

O jornalismo político, segundo o autor, sobrevive do confronto entre partes e partidos, o que o torna atraente para a audiência, que compartilha do consenso da política como disputa pelo poder. No entanto, o jornalismo não apenas representa os conflitos de forma imparcial e distante, porém amplifica esse conflito e toma partido nas disputas através da narrativa jornalística; “na medida em que amplifica, coloca as partes em situações antagônicas, atiza tensões, gera novos enfrentamentos” (MOTTA, 2017, p. 136). A mídia é, portanto, um “agente acirrador de conflitos”, apesar de, como já vimos, funcionar também como um “agente conciliador e regulador de tensões”, nas palavras do autor. Sendo assim, reforçamos a

ideia do jornalismo como instituição central e estratégica na construção social da realidade, que rejeita a objetividade e valoriza a intersubjetividade como pilar das trocas comunicativas.

As trocas intersubjetivas que se dão dentro da comunidade de comunicação estabelecem os consensos morais e políticos da sociedade. A perspectiva construtivista ajuda a compreender a verdade como um acordo entre as partes. Jürgen Habermas (2002), em *A Inclusão do Outro*, explica como as normas sociais que coordenam a ação dos indivíduos numa sociedade são fundamentadas racionalmente a fim de que sejam aceitas consensualmente pela maioria. Aquilo que se considera bom ou ruim, justo ou injusto, certo ou errado, em suma, os acordos morais são resultado de uma disputa no campo simbólico, da comunicação, passível sempre de atualização e revisão. Habermas (2002) parte da percepção cognitivista, segundo a qual a validade das manifestações morais tem respaldo na sua aceitação racional. Assim, conforme explica o filósofo alemão Ernst Tugendhat citado por Habermas, as comunidades morais são constituídas pelas consciências de indivíduos que se sentem vinculados a regras morais.

Apesar dos sujeitos possuírem certa autonomia de fazer parte dessa comunidade, busca-se sempre um consenso, o que não significa que as bases de validação desse consenso não sejam questionadas. Existe um processo de questionamento das normas estabelecidas e isso faz parte do jogo comunicativo. Habermas (2002) afirma que ninguém tem mais autoridade do que o outro no jogo de linguagem moral, e, portanto, as práticas comunicativas servem para reafirmar as expectativas sociais ou mesmo romper com elas. A intersubjetividade passa a ocupar o lugar da prescrição transcendente - em substituição à ideia de que “É assim porque é!”, passa a valer a ideia de que “É assim porque todos concordam que seja!”. As afirmativas morais possuem, portanto, pretensões de validade e verdade.

O conceito de verdade que Habermas propõe é contrário à concepção da teoria da verdade como correspondência. A verdade se refere, aqui, ao jogo de linguagem da justificação e fundamentação, ou seja, das reivindicações de validação. Contudo, uma proposição pode estar bem fundamentada e depois vir a ser percebida como não sendo verdadeira. Portanto, existe diferença entre “verdade” como uma qualidade inalienável das asserções (que não depende de contexto) e uma aceitação racional das qualidades da declaração (que depende do contexto do sujeito) (HABERMAS, 2002).

O queremos concluir, com essa reflexão, é mostrar como o jornalismo é peça fundamental nessa disputa pela verdade consensual e negociada na comunidade de comunicação. Sendo assim, ele funciona muitas vezes como um “gestor de consensos”, como diz Miguel (2017), ao intermediar as visões de mundo compartilhadas, a sustentação de

hierarquias no campo da política ou mesmo sua contestação e ao estruturar a política democrática, determinando quem são os atores autorizados a falar sobre determinados assuntos. Esse encontro entre a concepção habermasiana e as ideias iniciais de Luís Felipe Miguel (2017) nos leva ao próximo tópico, que discute o papel que a mídia tem no contexto de ataques às instituições democráticas ocorridos em 2020 e 2021.

4.2 OS ATAQUES AO STF E AO CONGRESSO NACIONAL E O PAPEL DA MÍDIA

De acordo com Vieira, Glezer e Barbosa (2022), a relação conturbada entre o Supremo Tribunal Federal e o presidente Jair Bolsonaro começou durante o primeiro ano de governo, quando a corte ainda não havia interferido de forma significativa nos seus atos, o que passa a acontecer fortemente a partir de dezembro de 2019. Durante o governo, os ataques e ameaças do presidente e seus apoiadores - através principalmente das redes sociais e das manifestações de rua - começam a se intensificar, levando à instauração de inquéritos para investigar denúncias envolvendo o ex-ministro Sérgio Moro e também as atitudes negacionistas que Bolsonaro tomava e incentivava durante o período mais crítico da pandemia.

Conforme avaliam os autores, no primeiro ano de governo as decisões que exerciam controle sobre as ações do governo não estavam fortemente atreladas à defesa da democracia e ao repúdio às ameaças feitas pelo presidente, uma postura que avaliam inicialmente como "amistosa" entre o STF e o governo Bolsonaro ainda no ano de 2019, embora essa relação não tenha impedido que o tribunal tomasse diversas decisões que contrariavam os interesses do governo³¹. Os autores observam como as reações do STF às investidas do presidente Jair Bolsonaro sobre outros poderes e sobre o próprio sistema democrático mudaram durante o governo.

Entre as ações do órgão no início do governo, está a imposição de limites às tentativas de controle dos colegiados e conselhos da administração pública federal, que tinham por objetivo diminuir a participação da sociedade civil e de especialistas na elaboração das políticas públicas. O STF também reagiu às tentativas de Bolsonaro de descaracterização

³¹ Os autores citam por exemplo, as ações ajuizadas em 2019, como o decreto que retirou a remuneração de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, outro que retirou a proibição de publicação do balanço financeiro de empresas na imprensa, e outro que retirou a proibição de visita social em estabelecimentos de segurança máxima, além de ações contra o decreto de armas e a liberação de agrotóxicos, e também a decisão que proibiu a extinção de conselhos federais da administração criados por lei (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2022)

dessas políticas públicas, através de decretos que interferiam no campo da política de armas - flexibilizando e facilitando o porte; na política educacional - sugerindo discriminação de alunos com necessidades especiais; trabalhista - alterando pontos da legislação trabalhista em benefício dos empregadores; e ambiental - facilitando o uso de agrotóxicos, fertilizantes e outros produtos químicos, além da tentativa de liberação de exploração dos recursos naturais (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2022)

Os ataques à democracia, além de acontecerem no âmbito da atuação política do governo, estavam presentes em discursos agravantes frequentemente publicados nas redes sociais do próprio presidente e dos seus filhos, como ilustra o caso da declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro, em 2019, que chegou a sugerir a reinstauração do Ato Institucional nº 5³² caso a esquerda avançasse no Brasil. Uma matéria publicada no G1³³ mostra como a declaração do filho do presidente repercutiu na imprensa internacional. Os jornais norte-americanos *New York Times* e *Washington Post* enfatizaram as críticas à fala do deputado, que sugeriu adotar o AI5 caso protestos de oposição ao governo se espalhassem. O jornal inglês *Independent* também condenou as declarações autoritárias. Outros veículos, como o *Público*, de Portugal, somaram-se nas críticas às manifestações autoritárias do deputado federal, enquanto o espanhol *El Mundo* foi mais incisivo ao afirmar que o filho do presidente ameaçou instaurar de novo a ditadura no Brasil. A mídia argentina também noticiou a declaração através dos jornais *La Nación* e *Clarín*.

³² O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964 no Brasil, enrijecendo as regras e a violação de direitos do regime e suprimindo a liberdade de imprensa.

³³Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/01/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-o-ai-5-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml> <Último acesso: 18/01/2023>

Bolsonaro's son criticised for suggesting Brazil's government adopt dictatorship-era tactics

Decree stripped opposition lawmakers of political rights and suspended some constitutional guarantees

Henry Austin | 8 minutes ago



Imagem 1 - Reportagem no “Independent” criticando a fala de Eduardo Bolsonaro

Em 2020, durante a pandemia, as tentativas de desestabilização do sistema e interferência em outros poderes se refletiram na consolidação de uma postura negacionista e omissa do governo em relação às políticas públicas de enfrentamento à Covid-19. As reações do STF resultaram em diversas determinações, a exemplo da que estabeleceu que o poder administrativo público não poderia ser exercido em desacordo aos critérios racionais e científicos e que estados e municípios teriam autonomia para legislar sobre o tema da pandemia, impedindo ações autocráticas por parte do governo federal. Além disso, o órgão determinou que o governo não poderia divulgar campanhas publicitárias contrárias às medidas sanitárias e restritivas de combate à pandemia, e que o governo deveria continuar divulgando dados oficiais relacionados à Covid-19, impondo critérios de transparência e publicidade (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2022).

A suprema corte também tomou medidas contra o negacionismo de Bolsonaro, ao tornar obrigatória a vacinação dos filhos, independente das crenças ou convicções pessoais dos pais, além de permitir que estados e municípios importassem e distribuíssem as vacinas por conta própria, de acordo com o plano federal de vacinação. Além de ter sido responsável por decisões que frustraram tentativas de controle e vigilância sobre instituições, a exemplo da Polícia Federal. Em abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes impediu a nomeação do novo diretor da PF, Alexandre Ramagem, alegando desvio de finalidade, já que o objetivo da troca do comandante seria beneficiar a própria família do presidente em relação às investigações em curso. Vieira, Glezer e Barbosa (2022, p. 602) concluem:

Identificamos que o STF assumiu uma posição de proeminência na defesa da Constituição, reagindo de maneira progressiva à escalada anticonstitucional de Bolsonaro e transformando-se no principal obstáculo ao seu projeto autoritário. Conforme os ataques à Constituição e à democracia aumentavam, o STF reagia de maneira mais contundente, com o objetivo de conter as tentativas de Bolsonaro e dos seus apoiadores de fragilizar o Estado democrático de direito. É verdade que, nesse percurso, o tribunal adotou algumas posições polêmicas e pouco ortodoxas. O maior exemplo disso é a inédita abertura de inquéritos de ofício, conduzidos por um ministro do tribunal que passou a ser estigmatizado como inimigo do presidente [Alexandre de Moraes].

A pesquisadora Marina Falcão Lisboa Brito, na dissertação *Recessão democrática e anti-institucionalidade: como o populismo no Brasil tem fragilizado o Supremo Tribunal Federal*, defende a ideia de retrocesso constitucional para caracterizar a atuação do presidente Bolsonaro que, por vias legais, tentava um acelerado processo de corrosão da democracia, o que pode ser definido como *constitucionalismo abusivo* (LANDAU, 2018, p. 22 apud BRITO, 2022, p. 50). Com isso, foram utilizados meios legais e formalmente constitucionais para atacar as bases da democracia liberal. Nesse contexto de posturas autoritárias identificadas em governos populistas, a autora cita que um dos elementos que compõem a democracia passa a sofrer ameaça: a independência das instituições. A partir disso, torna-se comum ataques aos outros poderes, incluindo o Poder Judiciário, estimulando práticas e discursos ameaçadores que deslegitimam e negam sua exigência.

Um dos maiores focos do governo populista é minar a independência e o funcionamento do Poder Judiciário, cujo motivo está principalmente na necessidade de corroer a democracia. A pesquisadora observou que entre 2010 e 2021, no Brasil, houve um aumento de ataques direcionados às instituições do Poder Judiciário. Entre 2010 e 2012, não houve ataques à integridade do Judiciário. A partir de 2013, começaram a acontecer ataques, mas ainda eram eventos raros, que foram se tornando mais frequentes, e passaram a ser comuns em 2019, quando os ataques foram realizados em quase todos os meses do ano. Em 2020, os ataques passaram a ser realizados semanalmente ou diariamente³⁴. A autora conclui que:

Nesse momento, no contexto brasileiro, chama a atenção o papel de proteção da Constituição pelo STF, que, por meio do controle de

³⁴ Ver gráfico criado pela autora na página 50, em BRITO, Marina Falcão Lisboa. **Recessão democrática e anti-institucionalidade: como o populismo no Brasil tem fragilizado o Supremo Tribunal Federal**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, p. 111, 2022.

constitucionalidade, possui legitimidade democrática para rever – e até anular – atos que violem o texto constitucional. A existência dessa função – de maneira simples, num primeiro momento – tem a finalidade de se opor aos avanços de uma onda populista, que, por essência, coloca em risco não só a existência de instituições como o STF, mas também de todas as garantias e direitos fundamentais constitucionais e a própria democracia em si (BRITO, 2022, p. 55-56).

Brito (2022) compreende que, quando o Poder Legislativo e o Poder Judiciário se opõem às decisões do Poder Executivo, são vistos como "inimigos" pela maioria dos apoiadores do presidente, "que se entende no direito de governar apenas para si" (BRITO, 2022, p. 60). O problema, continua a autora, não são as críticas em si - aceitáveis dentro de uma democracia liberal - mas a tentativa de disfarçar ataques que visam enfraquecer a independência e a atuação do STF, quando as decisões afetam interesses particulares do presidente. Neste sentido, a autora vê as manifestações conhecidas como "Marcha ao STF", que aconteceram em maio de 2020, além dos posicionamentos públicos na imprensa em forma de ataque pessoal aos ministros e ameaças às suas famílias, como uma forma de retrocesso constitucional.

A "Marcha ao STF" se refere ao episódio, registrado em matéria publicada no G1³⁵, em que o presidente Bolsonaro atravessou a Praça dos Três Poderes, em Brasília e foi até o Supremo Tribunal Federal acompanhado de ministros e empresários, para se reunir com o então presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli. Em pauta, estava o apelo para que as medidas restritivas nos estados, motivadas pela pandemia, fossem amenizadas. O evento, segundo a reportagem, não estava previsto na agenda oficial, e podemos enxergá-lo como mais um ato do presidente que estimulou as manifestações antidemocráticas naquele ano.

Os ataques não se restringiam ao Poder Judiciário, mas também ao Legislativo. Uma reportagem publicada na Revista Veja³⁶ enfatiza o repúdio de diversos políticos à convocação de atos contra o Congresso pelo presidente. Políticos como o então governador de São Paulo João Dória (PSDB) afirmou: "Devemos repudiar com veemência qualquer ato que desrespeite as instituições e os pilares democráticos do país", enquanto o então ex-presidente Lula classificou a atitude como "mais um gesto autoritário de quem agride a liberdade e os direitos todos os dias". O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso havia declarado: "Estamos com uma crise institucional de consequências gravíssimas. Calar seria concordar". Além do

³⁵ Disponível em

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/bolsonaro-atraversa-praca-dos-tres-poderes-a-pe-e-vai-ao-stf-acompanhado-de-ministros.ghtml>> Último acesso: 31/01/2023.

³⁶ Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/politica/politicos-repudiam-convocacao-de-bolsonaro-a-atos-contra-o-congresso/>> Último acesso: 01/02/2023

ex-ministro Ciro Gomes que conclamou: "Se o próprio presidente da República convoca manifestações contra o Congresso e o STF, não resta dúvida de que todos aqueles que prezam pela democracia devem reagir".

A série de ataques às instituições que estimularam os atos antidemocráticos resultou, no dia 21 de abril de 2020, na abertura do inquérito 4828, após o ministro Alexandre de Moraes acolher ao pedido do Procurador-Geral da República, Augusto Aras. O inquérito incluiu a determinação de diligências para colher depoimento de testemunhas e realizar quebra de sigilos bancários e telefônicos de suspeitos de estarem estimulando tais manifestações. O objetivo era saber quem havia participado da organização e se houve financiamento de empresários, além de envolvimento de deputados federais. Apesar de participar das manifestações, o presidente não era alvo do inquérito.³⁷

Conforme trecho de matéria publicada pelo Globo, "Moraes considerou os fatos "gravíssimos", pois atentam contra o Estado Democrático de Direito e suas instituições. Segundo o ministro, a Constituição Federal não permite o financiamento e a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático, nem a realização de manifestações visando o rompimento do Estado de Direito e a instalação do arbítrio" (O GLOBO, 21/04/2020). O ministro também citou na decisão as questões da liberdade de expressão e do pluralismo de ideias, que são valores estruturantes do sistema democrático e que, no entanto, tais manifestações inconstitucionais não podem ser consideradas um exercício desses direitos constitucionais, já que pregam a violência, o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais. Mesmo após o inquérito ser arquivado, no dia 1 de julho de 2021, um novo inquérito foi aberto pelo ministro para investigar a existência de uma organização criminosa cujo objetivo seria atentar contra a democracia e o Estado de Direito, inclusive com atuação digital.³⁸ Neste inquérito, um dos alvos era o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, ao lado de outros parlamentares, suspeitos de integrarem o "gabinete do ódio", responsável pelo financiamento, produção e publicação de discursos que atentam contra a Democracia e o Estado de Direito.

No caso do fenômeno que analisamos nesta pesquisa, os ataques ao Supremo Tribunal Federal constituem elemento chave para compreender o posicionamento discursivo que o *Jornal Nacional* assume e, entretanto, sobre o qual o *Jornal da Record* se isenta. O discurso

³⁷ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/politica/alexandre-de-moraes-abre-inquerito-no-stf-para-apurar-atos-antidemocraticos-1-24385677>> Último acesso: 01/02/2023

³⁸ Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468612&ori=1>> Último acesso: 01/02/2023

em resposta a esses ataques e em defesa do Estado Democrático de Direito se manifesta, como veremos no próximo capítulo, tanto por meio da retórica dos membros da suprema corte e do Poder Legislativo, que são as principais fontes utilizadas - e atuam como definidores primários, conceito que já discutimos, quanto por meio das estratégias discursivas dos próprios jornalistas.

José Claudio Cavalcanti Silva (2022), na sua dissertação *Populismo no Governo Bolsonaro e os ataques ao Supremo Tribunal Federal: respostas institucionais à erosão democrática*, explica que em governos populistas, como o de Jair Bolsonaro, o desequilíbrio entre os poderes ocorre quando o Poder Executivo tenta interferir nas decisões judiciais, enfraquecendo o sistema constitucional de controle e a própria democracia.

As cortes constitucionais têm a missão de serem guardiãs da democracia, revertendo decisões que atinjam direitos de minorias, por exemplo. O Supremo Tribunal Federal, neste sentido, é o órgão que realiza o controle da constitucionalidade inserido num sistema de justiça constitucional forte, com o objetivo de proteger direitos fundamentais, direitos humanos e o sistema democrático que beneficia toda a coletividade. No governo de Jair Bolsonaro, o STF tem buscado manter sua independência, sendo alvo de constantes ataques por parte do ex-presidente e seus apoiadores (SILVA, 2022). Desta maneira, os membros dos poderes Judiciário e Legislativo têm se posicionado, através da mídia, contra ataques que ameaçam a democracia, mesmo que a emissão de juízos de valor não seja “bem vista” no universo jurídico.

Os membros do Poder Judiciário devem evitar a emissão de juízos de valor acerca de fatos e temas, para não demonstrar e configurar um juízo antecipado acerca de alguma matéria onde possam no futuro exercer sua atribuição jurisdicional do plano concreto. Entretanto, há situações excepcionais, em que os órgãos de Poder e todas as instituições democráticas precisam se manifestar para demonstrarem que são instituições fortes e estão comprometidas com a Democracia, os direitos fundamentais e a construção de uma sociedade plural, livre, justa e solidária, objetivos fundamentais da República Federativa no Brasil expressamente previstos no art. 3º, inciso I da CF (SILVA, 2022, p. 151).

A colocação de Silva (2022) nos faz perceber que, em situações de crise democrática, a defesa de uma postura imparcial e neutra diante de ameaças significa se isentar de responsabilidade quanto à defesa da democracia. Enquanto uma instituição pilar para a perpetuação e estabilidade democrática, os meios de comunicação devem, assim como o fazem o Poder Judiciário, se posicionar e demonstrar compromisso com o Estado Democrático de Direito. Seguindo esse raciocínio, o jornalismo deve, enquanto forma social

de conhecimento, adotar uma postura crítica diante de manifestações de caráter antidemocrático e isso não significa, contudo, deslegitimar seu compromisso com a verdade. Assumir um posicionamento, neste sentido, é inevitável, mesmo quando se pretende agir em nome de uma pretensa objetividade.

4.3 CONHECIMENTO, ETHOS E CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA À FAVOR DA DEMOCRACIA

Após reconhecermos o jornalismo como uma instância essencial para as trocas intersubjetivas na sociedade, gostaríamos de endossar, neste tópico, a teoria do *jornalismo como forma de conhecimento*. Elevar o jornalismo ao *status* de um tipo de conhecimento envolve reconhecer um *ethos* de credibilidade que permeia a profissão. Para que o jornalismo funcione de fato como um gestor de consensos, defendendo valores e princípios coletivos, toda a comunidade de comunicação deve confiar no compromisso moral e ético do jornalismo. O jornalista tem a obrigação de informar e, por isso, deve garantir a crença nos seus relatos. Partimos das reflexões de Lisboa e Benetti (2015) para aprofundarmos a contribuição de Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1992).

Para corroborar a afirmação de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, Adelmo Genro Filho (1987) utiliza as categorias hegelianas do singular, particular e universal com o intuito de explicar a característica que diferencia o jornalismo de outros tipos de conhecimento do mundo. O jornalismo parte dos fatos cotidianos, imediatos, únicos e irrepetíveis, tendo por objeto de notícia aquilo que acontece no dia a dia, aparentemente banal. Para depois relacioná-los com outros fatos, identificando coisas em comum e contextualizá-los numa perspectiva universal. Simplificando, o jornalismo se apropria de casos isolados para trazer discussões que dizem respeito a toda uma sociedade.

Meditsch (1992) explica que é como se o jornalismo cumprisse a função da percepção individual da singularidade dos fenômenos, mas expande essa imediatividade para além da aldeia, colocando os acontecimentos em pauta na aldeia global, na totalidade do universo. Portanto, é como se a atividade jornalística fosse essencial para unir as pessoas em torno de um objetivo em comum, que é o de conhecer o mundo no qual se vive e decidir coletivamente sobre questões que dizem respeito a todos, como, por exemplo, as questões do mundo político.

Enquanto conhecimento, o jornalismo reconstrói o mundo a partir de uma determinada concepção e ponto-de-vista sobre a sociedade. Não existe, para Genro Filho (1987), um jornalismo puramente objetivo e neutro, já que toda forma de conhecimento pressupõe um posicionamento do sujeito diante do objeto.

Subjacente à questão epistemológica da referência jornalística para conhecimento da realidade – nas perspectivas positivista da teoria da verdade como correspondência, pressuposta no conceito de objetividade, e da teoria consensual da verdade, fundada no conceito construtivista de intersubjetividade - e do adequado, ética e ideologicamente, relato a ser construído pela notícia, figura como desafio para o aprofundamento da teoria do jornalismo uma compreensão consistentemente justificada dos papéis a serem desempenhados pelo jornalista, com sua aspiração de autonomia e responsabilidade social, pela organização empresarial e sua política editorial, com as motivações do lucro e influência política, e pelo público cuja autoridade constitui a base da concepção republicana de democracia e seus princípios de soberania popular e auto-organização da sociedade. (ROCHA, 2021, p. 14)

O jornalismo se constitui, portanto, como conhecimento enquanto *crença verdadeira justificada*, nas palavras de Lisboa e Benetti (2015). O sujeito, portanto, deve crer que o jornalismo diz a verdade e que a verdade está justificada em seu próprio discurso. Não se trata, portanto, da verdade absoluta, mas de verdade intersubjetivamente reconhecida como um consenso majoritário que lhe confere credibilidade. O consenso não é unanimidade, mas possui credibilidade devido a sua natureza intersubjetiva e, assim, não pode ser uma qualidade auto-atribuída. Ela se forma no contexto de uma relação e depende da perspectiva de outro sujeito. Ela só ganha sentido dentro de uma relação consensual (LISBOA; BENETTI, 2015). As autoras explicam:

Como tal, a fiabilidade aos fatos se dá em níveis ou graus de certeza, e a verdade é sempre uma aproximação. Não está em questão, portanto, a subjetividade inevitável do relato jornalístico, já que a subjetividade está necessariamente subordinada à busca pela verdade. O que está em questão não é a interpretação em si, mas a justificação deste relato, sua plausibilidade, seu poder explicativo – o que nos leva a abordar a segunda condição do jornalismo como crença verdadeira justificada: o pilar da justificação (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 16).

Portanto, o jornalismo se torna crença verdadeira e justificada devido aos processos e métodos confiáveis através dos quais constrói sua narrativa. O leitor, ao perceber esses elementos, possui evidências e razões para crer no testemunho jornalístico. Essas evidências constituem a *justificação*, a segunda condição que torna uma crença verdadeira

conhecimento. A justificação é capaz de gerar argumentos em defesa de uma crença no jornalismo, pois supõe-se que o leitor/telespectador reconhece o papel do jornalismo, a que ideal ele deve servir, sua competência enquanto instituição democrática, gerando, portanto, uma confiança no seu discurso. Isso tem relação com um *ethos* que constitui a natureza jornalística e que é anterior ao ato de enunciação (LISBOA; BENETTI, 2015).

Na explicação de Dominique Maingueneau (2004), qualquer enunciado parte de um "enunciador encarnado", um sujeito que está além do texto. O texto incorpora as propriedades do sujeito do discurso, revelando suas qualidades e provocando uma reação por parte dos leitores em relação ao que se diz. Por meio de uma enunciação, se apresenta um mundo representado, que constitui a essência daquilo que se diz. Aquilo que é dito e a maneira de dizer, por sua vez, atesta a legitimidade do discurso e confere autoridade a quem fala e ao que se fala.

O *ethos*, na definição de Roland Barthes, são traços que caracterizam o orador e importam, às vezes, mais do que o enunciado, já que convence o público a acreditar na capacidade e na veracidade da informação veiculada no discurso do enunciador.

Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por sua ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não (DUCROT, 1984, p. 201 apud MAINGUENEAU, 2004, p. 98)

É assim que o jornalismo reafirma, através da própria autoridade e da autoridade de fontes confiáveis que ocupam altos cargos no poder público, sua legitimidade para dizer o que é verdadeiro ou não, o que é certo e errado, bom ou ruim. Com frequência, o jornalista recorre a representações da realidade compartilhadas por outras instituições sociais e a incorporação da visão dessas instituições - que acreditamos estar se referindo às fontes primárias definidoras da realidade - para investir o jornalismo de visão “mais científica” e “menos ideológica” (MEDITSCH, 1992).

Como já vimos, a utilização de definidores primários nada mais é do que a adoção de um determinado enquadramento para interpretar a realidade, mesmo que se insista em qualificar isso como um padrão de objetividade jornalística que corresponde aos fatos, na qual a realidade poderia ser apresentada sem interferência do jornalista. Na verdade, a escolha das fontes é uma interferência do jornalista na interpretação adotada, mesmo que de

forma indireta. Essa negação da perspectiva política do jornalismo, conforme aponta Meditsch (1992), não é fenômeno restrito ao jornalismo, mas se insere no contexto do capitalismo, que valoriza a "técnica" em detrimento da atividade política.

Para os jornalistas, no entanto, a função política inerente à atividade não pode simplesmente desaparecer por decreto, porque se manifesta no cotidiano de maneira explícita. Seja na relação com suas fontes, no interesse que evidenciam em "plantar", distorcer e sonegar informações, seja na relação com o poder, nas suas seduções e ameaças, seja na repressão a que está submetido na empresa, ou ainda no resultado social que eventualmente o seu trabalho provoca. O jornalista aprende que participa da sociedade numa função mediadora, e que é instrumento de opressão e oprimido nesse papel. Esse aprendizado é tanto maior quanto maior a ausência de consenso na sociedade em que está inserido (MEDITSCH, 1992, p. 41).

Dentro do discurso midiático, diversos outros tipos de discurso estão em disputa pelo estabelecimento da verdade consensual. A utilização da terceira pessoa parece garantir ao discurso midiático uma universalidade referencial e certa credibilidade de narração dos fatos, como se o lugar de fala do enunciador não tivesse relação com todo o resto. Adriano Duarte Rodrigues (2002) explica que o discurso midiático possui uma natureza heterogênea e multifacetada, que dificulta a tarefa de delimitação daquilo que pertence ao seu campo discursivo, já que ele se deixa contaminar frequentemente por outras modalidades de discurso.

Isso é explicado pela característica exotérica do discurso da instituição do jornalismo, diferente da natureza esotérica dos discursos das demais instituições, que tendem a utilizar vocabulários e regras sintáticas de uma linguagem especializada para se tornar de difícil acesso pela maior parte da população, gerando uma opacidade para quem não possui as ferramentas hermenêuticas para sua compreensão. O discurso midiático tenta, ao contrário, ser esclarecedor, universalmente compreensível e "transparente". Como consequência, ele permite a "permeabilidade dos discursos das outras instituições" (RODRIGUES, 2002, p. 221). Por isso, a mídia cumpre a função de mediação da dimensão discursiva e pragmática das outras instituições, que possuem competência e legitimidade para intervir na experiência, tomar decisões, para opinar ou estabelecer o que é certo e errado. No entanto, o discurso midiático tem acesso somente a uma parte da dimensão expressiva das outras instituições, enquanto outra parte permanece esotérica - intacta.

Cada uma das instituições mantém normalmente intacta e ao abrigo da interferência da instituição midiática uma parte da sua dimensão expressiva, a componente a que demos o nome de esotérica, a que é reservada aos seus membros, aos legítimos detentores do seu poder simbólico. É apenas da

componente destinada a um público indiferenciado, da componente a que demos o nome de exotérica, que o discurso midiático se apropria. O fato de o discurso midiático se apropriar exclusivamente da componente exotérica do discurso das outras instituições tem como consequência uma **reelaboração dessacralizante** dos diferentes discursos institucionais (RODRIGUES, 2002, p. 223, grifo nosso)

O que se pode chamar de *função especular* da mídia desempenha, portanto, o papel de legitimar as diferentes instituições da sociedade, criando uma certa homogeneidade, um objetivo e um sentido comum à comunidade. Desta maneira, a apropriação do discurso de outras instituições “tende a naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos autorizados dessas instituições” (RODRIGUES, 2002, p. 225). Nesse sentido, são utilizadas estratégias de *reforço* que ajudam a manter o domínio dessas instituições no imaginário social. No entanto, esse processo está envolto em conflitos, que se dão entre as diferentes posições em confronto na sociedade e, se muitas vezes a mídia funciona como uma instância conciliadora, nem sempre ela desempenha um papel harmonizador, podendo exacerbar as diferenças discursivas existentes numa sociedade.

Rodrigues (2002) reforça também que o discurso da mídia influencia o funcionamento das instituições, seja acelerando ou desacelerando o ritmo de seu funcionamento. No domínio político, por exemplo, os meios de comunicação podem normalizar as funções de outros poderes ou mesmo revolucionar e aquecer a luta pela detenção do exercício do poder. Essa relação de forças que se dá entre mídia e outras instâncias (poder executivo, legislativo e judiciário) pode ser explicada, também, pelo conceito de hegemonia. O conceito de hegemonia do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci nos leva a refletir sobre esses consensos e dissensos que atravessam a disputa simbólica nos meios de comunicação, interferindo naquilo que é estabelecido intersubjetivamente no imaginário social como sendo a verdade. Na perspectiva de Gramsci, a hegemonia pressupõe essa conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de ter relações com as bases econômicas, a hegemonia tem a ver também com os choques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política (GRUPPI, 1978).

A consolidação de uma hegemonia é um processo historicamente constante, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. Na visão gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser construída por uma classe que comanda a constituição de um bloco histórico, articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva. No entanto, para consolidar sua influência ideológica, o bloco hegemônico

precisa conservar os apoios às suas orientações. A direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder econômico e do aparelho de estado confere, mas deve ser alcançada e mantida, por meio de estratégias de argumentação e persuasão, interpretações convincentes sobre a realidade social (GRUPPI, 1978)

A transformação dessa realidade social, por outro lado, pressupõe uma modificação de mentalidades e valores, abrindo caminho a novos pontos de vista éticos, capazes de angariar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade. A formação desse consenso para transformar a ordem vigente depende, pois, da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva e isso se realiza no plano das ideias, mas precisa se configurar como poder comunicativo com natureza material no quadro político-cultural da sociedade.

5. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 ACD DE NORMAN FAIRCLOUGH E O PAPEL DO ANALISTA

Tendo em vista que o principal objetivo do trabalho é identificar de que forma os dois telejornais se posicionam discursivamente e constroem a realidade social a partir do simbólico, a Análise do Discurso (AD) foi escolhida como a ferramenta metodológica da pesquisa. Autores como Dominique Maingueneau (2007) salientam como o campo da AD é amplo e permite intercruzamentos entre disciplinas (linguística, psicologia, sociologia e antropologia, por exemplo), além de englobar diversas correntes oriundas de lugares diversos. Para a escolha de qual corrente é mais adequada para os fins da pesquisa, levamos em consideração a noção de intersubjetividade e estabelecimento de consensos morais e políticos através do jornalismo, sobre a qual discorreremos no tópico anterior.

Escolhemos trabalhar com a Análise Crítica do Discurso ou Teoria Social do Discurso, através do britânico Norman Fairclough, cuja perspectiva crítica destoa em certos aspectos da linha marxista althusseriana de Michel Pêcheux. De acordo com Orlandi (2020), a perspectiva pêcheuxtiana toma o discurso como uma forma de materialização ideológica, sendo apenas depósito da ideologia, sem qualquer autonomia. Os processos de construção do sujeito discursivo, argumentação e construção da realidade entendidos na perspectiva de Pêcheux estão relacionados à noção de ideologia em Louis Althusser, cuja obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1987) destaca que os indivíduos são atravessados, ou interpelados, pela ideologia e, para tal, existem instâncias superestruturais na sociedade que contribuem com o reforço das ideias dominantes. O *interpelamento* ou *assujeitamento* significa que nós, os sujeitos, não possuímos autonomia diante da realidade. Portanto, para Pêcheux (2008), é necessário compreender que:

Se é verdade que a ideologia "recruta" sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ele os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os "voluntários" são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto "sujeitos-falantes" (PÊCHEUX, 2008, p. 160)

Apesar de concordarmos que existe o processo de assujeitamento, a noção de intersubjetividade permite compreendermos que as mudanças sociais também ocorrem por meio do processo discursivo e que nenhum consenso social é permanente, sendo ele passível

de riscos de desestabilização. Uma referência à terceira premissa do interacionismo simbólico de Herbert Blumer é pertinente (MORTENSEN, 1980). De acordo com essa premissa, o significado dos elementos passa por um processo de interpretação dos indivíduos que os assemelham no contexto da interação social. O pensamento de que os homens não apenas aplicam significados já existentes mas também os reelaboram se relaciona com uma crítica à perspectiva althusseriana, segundo a qual o sujeito não apenas repete significados ideológicos que lhes são transmitidos.

A perspectiva de Fairclough sobre o discurso nos ajuda na reflexão sobre esse ponto de vista, ao identificar o discurso como uma prática social. Se por um lado ela é reprodutora das ordens sociais, por outro lado é transformadora dessas mesmas ordens. Se o sujeito está propenso ao *moldamento ideológico*, também tem a capacidade de resistir e ressignificar a realidade social, o que explica a disputa simbólica pelo estabelecimento da verdade consensual que se dá constantemente nos meios de comunicação social.

Vamos, primeiramente, nos deter sobre o que é a Análise do Discurso para Orlandi (2020), que a define como o estudo da palavra em movimento, dos sentidos e das significações e, portanto, da forma como o homem, enquanto sujeito social e cultural, se expressa e dá sentido ao mundo. A linguagem é entendida como uma mediação imprescindível entre o homem e a realidade natural e social, fazendo do trabalho simbólico a condição básica de transformação do homem e da realidade à sua volta. O que importa para a Análise do Discurso não é apenas a língua enquanto sistema regido por regras e formalidades, mas enquanto um instrumento de significação com a produção de sentido, utilizada por sujeitos que fazem parte de um determinado contexto social.

Tendo isso em conta, ele [o analista] constrói finalmente seu dispositivo analítico, que ele particulariza, a partir da questão que ele coloca face aos materiais de análise que constituem seu corpus e que ele visa compreender, em função do domínio científico a que ele vincula seu trabalho. Com esse dispositivo, ele está em medida de praticar sua análise, e é a partir desse dispositivo que ele interpretará os resultados a que ele chegar pela análise do discurso que ele empreendeu (ORLANDI, 2020, p. 62)

A origem da Análise do Discurso, enquanto estudo que toma o discurso como objeto, tem início nos anos 60 do século XX, nascendo da intersecção de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Da linguística, herda a assertiva de que a linguagem não é transparente e não está em relação direta com o pensamento e com o mundo. Portanto, a linguagem não é um instrumento neutro à disposição do homem. Ao mesmo tempo, ela herda também o legado do materialismo histórico que postula a historicidade do

homem, que está sempre produzindo história de forma não transparente, interrogando a linguística que deixa de lado esse aspecto. Da psicanálise, a AD se apropria da noção de sujeito, já que o homem do discurso na verdade é um sujeito que produz significados no mundo. Portanto:

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco elas atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso (ORLANDI, 2020, p. 21).

Embora possamos traçar esses conceitos gerais sobre a AD, a *Análise Crítica do Discurso* possui particularidades que retomam a discussão sobre a perspectiva ideológica que tratamos mais acima. Na ACD, a ideologia não interpela o sujeito sem que esse possa resistir ou reagir a esse entorpecimento e, por isso, leva-se em conta as continuidades e descontinuidades das ordens de discurso: não só a permanência, mas a desestabilização de suas bases. A *ordem do discurso* é a forma como os gêneros e discursos estão interrelacionados numa determinada estrutura social, onde algumas construções de sentido são dominantes e estão em voga e outras são marginais ou subversivas. Um dos pontos elencados da estrutura analítica na ACD é considerar se a ordem social vigente (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não (FAIRCLOUGH, 2001) e tal aspecto é particularmente importante para nosso objeto de pesquisa, tendo em vista que assumimos a posição de que a defesa das instituições democráticas e as críticas às reivindicações da extrema direita que pretendem desestabilizar as bases da democracia no Brasil devem ser assumida pelo jornalismo.

Com isso, vamos a outro ponto importante: a ACD permite um posicionamento crítico do analista, que não deve se abster de reflexões pessoais e pretender uma objetividade positivista que não é possível na ciência (não se justifica cientificamente de modo consistente). Teun Van Dijk (2010), ao explicar o papel dos analistas críticos do discurso, reforça que o mesmo deve ter consciência do seu papel social e rejeitar a perspectiva de uma ciência "não valorativa", na qual a subjetividade do pesquisador é negada. Portanto:

Em vez de negar ou ignorar essa relação entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, os analistas críticos do discurso defendem que tais relações sejam estudadas e explicadas por si mesmas e que as práticas acadêmicas sejam fundamentadas a partir desse entendimento. A formação, a descrição e a explanação de teorias, também na análise do discurso, são sociopoliticamente "situadas", quer gostemos disso ou não (DIJK, 2010, p. 114).

Portanto, a ACD também se diferencia das demais análises de discurso pelo papel que o analista desempenha. O analista tem a intenção de expandir a consciência crítica dos falantes para discursos próprios e alheios. Sendo assim, os analistas tornam suas posições políticas e sociais explícitas, tomam partido, participam ativamente de modo a desafiar a ordem dominante, focam em problemas sociais relevantes para esse desafio. A ACD procura investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). A partir dessa característica de engajamento social, podemos notar que a ACD possui fundamentos epistemológicos que se aproximam do modelo emergente de “ciência pós-moderna” e que a faz se diferenciar do modelo dominante (a ciência moderna) por propor uma série de rupturas em relação a essa última, tais como: a importância do compromisso - engajamento - social com o fazer científico, abandonando a neutralidade exigida pelo paradigma tradicional positivista; a importância dada ao saber comum, que não se desarticula da produção acadêmica; a negação de dicotomias como natural/social, teoria/prática, sujeito/objeto; o questionamento de toda forma de redução da realidade, como as leis e a causalidade, por exemplo. A ACD é, dessa forma, uma perspectiva comprometida com causas sociais. Van Dijk (2010) afirma que a ACD está centrada nos problemas sociais, e em especial no papel do discurso na produção e na reprodução do abuso de poder ou da dominação.

A ACD proposta por Fairclough (2001), por sua vez, possui uma concepção do discurso considerando-o ao mesmo tempo 1) texto, 2) prática discursiva e 3) prática social. A análise textual foca os aspectos linguísticos organizados em categorias como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Por meio dessa análise, os sentidos das palavras são explorados, assim como o emprego de tempos verbais, moderadores, conectivos, dentre outros recursos linguísticos. Assim, a construção e consolidação dos significados, a forma como a linguagem é utilizada, as pausas, as prioridades de fala dizem muito sobre as estruturas estabelecidas e sobre os eventos estudados (FAIRCLOUGH, 2001). A Análise Crítica do Discurso, enquanto prática discursiva, dá prioridade a categorias como o contexto de produção, distribuição e consumo do discurso. Fairclough (2001) propõe alguns itens para

essa análise: força dos enunciados, isto é, os atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.), coerência dos textos, ou seja, como os consumidores compreendem o discurso; e a intertextualidade dos textos, que diz respeito aos vários discursos que compõem o mesmo texto de forma manifesta, ou constitutiva (interdiscursividade).

Podemos dizer que o discurso tomado como prática social é influenciado por ideologias existentes no contexto, sendo capaz de representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas etc. Ideologia para Norman Fairclough (2001) são construções da realidade, significados próprios do mundo físico, das relações sociais, das identidades sociais, que guiam as práticas discursivas e contribuem para a produção, reposição e/ou transformação das relações de dominação. Ainda segundo o autor, não é possível ler as ideologias nos textos, já que a ideologia está localizada na ordem do discurso, nas estruturas, que constituem o resultado de eventos passados, como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras.

As ideologias que constituem os discursos não podem ser pensadas de maneira estática. Elas lutam continuamente pela hegemonia nos discursos. Fairclough (2008, p. 122) considera hegemonia tanto uma liderança quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Para ele, hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é, assim, a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Por isso, hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma rede ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Em resumo, podemos dizer que a ACD concentra-se nos problemas sociais e nas questões políticas, além de se preocupar em identificar paradigmas vigentes numa sociedade e "modismos", cujo trabalho não é meramente descrever, mas explicar as estruturas discursivas e relacioná-las à estrutura social e a outras práticas de interação social. O enfoque é dado aos modos como as práticas discursivas são capazes de produzir, confirmar, legitimar, reproduzir ou até mesmo desafiar as relações de poder. Na abordagem do britânico Fairclough, a ACD deve possuir uma postura desmistificadora dos textos, colocando-a como

uma explicação (análise crítica e científica) daquilo que de fato constitui determinado discurso. Ele ressalta, nesse processo, a importância do papel que o pesquisador deve cumprir diante dos fenômenos sobre os quais trabalha. Os sentidos de um texto são identificados a partir de um processo de interpretação do pesquisador e isso não desqualifica a Teoria Social do Discurso como uma ferramenta metodológica, já que se baseia numa perspectiva construtivista dos processos cognitivos e linguísticos. Sendo assim, aquilo que um analista consegue apreender de um texto depende da perspectiva da qual ele parte (FAIRCLOUGH, 2003). Essa posição se relaciona com a perspectiva do jornalismo construtivista, que liberta também o jornalista - assim como o cientista - da opressão que a ideologia epistêmica positivista da objetividade exerce ao distinguir fato e opinião, pretendendo anular a interpretação do profissional e desempoderar a sua mediação cognitiva e, consequentemente, o público que, assim, fica privado de informações jornalísticas qualificadas.

5.2 SOBRE O CONCEITO DE INTERTEXTUALIDADE

5.2.1 A influência de Mikhail Bakhtin

Um primeiro conceito útil à nossa análise crítica é o de *intertextualidade*. Esse conceito carrega a ideia de que todo texto está em diálogo com outros textos (ou é composto por textos diversos, oriundos de enunciadores diversos). Segundo Robert Stam (2000), a autora Júlia Kristeva concebeu o termo intertextualidade, na década de 60, com base no conceito de dialogismo em Bakhtin (2006). O dialogismo pressupõe que é permitido observar em qualquer texto ou discurso um diálogo com outros textos e também com o público ao qual se dirige. O diálogo se estabelece com outros discursos e seus receptores, como uma relação intertextual entre um discurso, outros discursos anteriores e com os espectadores que, assim, já tenham uma noção antecipada de como se realiza uma relação citacional, sendo então determinado um diálogo de gêneros ou de vozes.

Importante reforçar que a intertextualidade foi, inicialmente, um foco de estudo no campo da literatura - por meio de citações textuais - como sendo a inclusão de um texto a outro, para efeitos de reprodução ou transformação. No entanto, o conceito pode ser empregado para análise de outros tipos de produções textuais - como jornalísticas, imagéticas e midiáticas que construam sua narrativa discursiva com este artifício. A intertextualidade se dá por meio de três processos: 1) citação; 2) alusão e 3) estilização.

A citação reafirma ou transforma o sentido do discurso mencionado, sendo todo discurso citado um elemento dentro de outro existente. Já a alusão não se faz como uma citação explícita, mas como uma construção discursiva que reproduz a ideia central de algo já discursado e que, como o próprio termo deixa transparecer, remete a um discurso já conhecido pelo público - que já faz parte do imaginário social. Por último, a estilização é uma maneira de reproduzir os elementos de um discurso que já existe, sendo uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de reestilizá-lo. O dialogismo em Mikhail Bakhtin, portanto, é estabelecido através do cruzamento de vozes e/ou discursos diversificados e, embora Bakhtin tenha se baseado na literatura, o dialogismo está presente também no cruzamento de meios de comunicação e discursos enunciativos distintos. O termo “dialogismo” pode ser denominado também “polifonia” - um outro termo para conceituar um significado assemelhado e/ou próximo e/ou o mesmo -, sendo caracterizado por um diálogo em que muitas vozes adquirem visibilidade no dialogismo. Esta intertextualidade explícita existe e confere uma identidade específica ao discurso (BAKHTIN, 2006).

Polifonia é, portanto, um diálogo entre diversas vozes, não apenas enquanto um elemento de citação estático, mas no sentido de um discurso constituído por duas ou mais vozes que se mostram e interagem em um diálogo intertextual. Um discurso nunca é isolado, nunca é falado por uma única voz. O discurso é discursado por muitas vozes que produzem textos e discursos que existem no tempo e no espaço. Um discurso pode se valer de outro discurso ou de outros discursos para sugerir novas orientações e/ou novos sentidos à uma obra. Um mesmo discurso pode ter duas orientações de interpretações, duas ou mais vozes distintas, criando assim uma pluralidade textual ou discursiva de vozes diferenciadas.

O dialogismo decorre, portanto e conforme explica Barros (1994), da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário no espaço do texto, firmando uma relação eu-tu que remete à subjetividade. O sujeito, nesse processo, deixa de ser central e passa a ser constituído por vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Esses processos são importantes objetos de análise. Portanto,

A relação dialógica entre o eu e o tu, no texto, tem sido examinada, entre outras disciplinas, pela análise da conversação, pela semiótica narrativa e discursiva, pela análise do discurso, pelas pragmáticas e teorias da argumentação e da enunciação. Seu estudo compreende tanto o da interação verbal entre sujeitos, propriamente dito, quanto o das relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto. [...] As relações de persuasão e de interpretação na interlocução são estudadas pelas teorias semióticas e pragmáticas em geral e pela análise do discurso (BARROS, 1994, p. 3)

Essas análises procuram identificar os dispositivos que o enunciador estabelece no texto e que o enunciatário interpreta, relacionando procedimentos discursivos e efeitos de sentido gerados a partir disso. A interpretação e persuasão estão relacionadas a sistemas de valores, tanto do enunciador quanto do enunciatário, que participam da construção dialógica do sentido. Duas perspectivas teóricas da enunciação derivam, pois, da concepção bakhtiniana: 1) a da enunciação não-subjetivista e 2) a de uma enunciação dialógica. A análise de discurso francesa se desenvolve em torno da teoria não-subjetivista, já que não concebe o sujeito como centro do discurso e não acredita que ele possui uma liberdade discursiva individual. O sujeito não possui autonomia fora das condições de classe e ideologia na qual está inserido. Alguns autores trabalham nessa direção, como aqueles da filosofia da linguagem e a própria Jacqueline Authier-Revuz, que também é influenciada pela noção de sujeito da psicanálise freudiana dividido entre consciente e inconsciente (BARROS, 1994).

As afirmações a respeito do caráter dialógico e consequentemente ideológico do discurso, entendido como lugar de elaboração e de difusão de ideologia, fazem muitas vezes acreditar, por oposição, no caráter neutro da língua. Não é essa a posição de Bakhtin. Para o autor soviético, no sistema da língua se imprimem historicamente as marcas ideológicas do discurso. Sabe-se que uma única língua produz discursos ideologicamente opostos, pois classes sociais diferentes utilizam um mesmo sistema linguístico. Nesse caso, deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior choques e contradições que fazem Bakhtin afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditório e que, em suma, "o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes". Caracterizada dessa forma, a língua não é neutra e sim complexa, pois tem o poder de instalar uma dialética interna, em que se atraem e, ao mesmo tempo, se rejeitam elementos julgados inconciliáveis (BARROS, 1994, p. 8)

5.2.2 A intertextualidade em Norman Fairclough

Antes de entrar na específica temática da intertextualidade, faz-se necessário abordar o conceito de discurso em Fairclough (2001). Ele propõe usar o termo de forma a considerar o uso da linguagem como uma forma de prática social e não como atividade puramente individual - como pretendia a tradição iniciada por Ferdinand Saussure. Sendo assim, o autor afirma que o discurso é um modo de ação, uma maneira através da qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, sendo um modo de representação. Essa é uma visão do uso de linguagem que se tornou bastante familiar pela pragmática linguística e pela filosofia

linguística. O discurso implica, também, uma dialética entre discurso e estrutura social, existindo uma relação entre prática social e estrutura social. O discurso também é moldado e restringido pela estrutura social em sentido amplo: pela classe social e outras relações sociais, além de relações específicas em instituições particulares, como o direito. Portanto, os eventos discursivos variam em sua determinação estrutural, segundo o quadro institucional em que são gerados e sobre os quais também incidem e influenciam. Assim, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, de forma direta ou indireta, moldam e restringem o próprio discurso: suas normas, convenções, relações, identidades e instituições que são subjacentes. São três os aspectos dos efeitos construtivos do discurso: 1) ele contribui, em primeiro lugar, para a construção do que é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito'; 2) o discurso contribui para construir relações sociais entre as pessoas; 3) o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Ao explicar a intertextualidade, Norman Fairclough (2001) afirma que, enquanto ferramenta teórica aplicada às análises linguísticas, ela permite identificar as diferentes vozes presentes num discurso. Essas vozes podem ser percebidas na própria superficialidade linguística, em que algumas marcas são deixadas, evidenciando uma mudança de falante. No texto jornalístico, essa mudança acontece quando são utilizadas enunciações de fontes diversas para interpretar determinados temas. Isso resulta na percepção de que todo enunciado está dentro de um contexto discursivo, uma cadeia de comunicação, e podem ser analisados sob a luz da sua inserção na história. A intertextualidade pode ser identificada na superfície do texto, que manifesta sua *heterogeneidade*. Assim explica Fairclough (2001, p. 137):

A intertextualidade implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto. Tendo dito isso, os textos variam muito em seus níveis de heterogeneidade, dependendo se suas relações intertextuais são complexas ou simples. Os textos também diferem na medida em que seus elementos heterogêneos são integrados, e também na medida em que sua heterogeneidade é evidente na superfície do texto. Por exemplo, o texto de um outro pode estar claramente separado do resto do texto por aspas e verbo dicendi, ou pode não estar marcado e estar integrado estrutural e estilisticamente, talvez por meio de nova formulação do original, no texto em sua volta.

A intertextualidade, portanto, é a propriedade do texto que o faz ser composto por fragmentos de outros textos. Fairclough (2001) explica que os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes para a produção de novos textos. A intertextualidade é uma categoria seletiva, no que diz respeito à escolha das vozes que serão

incluídas e também como essas vozes vão ser representadas. Essas escolhas, como já pudemos dissertar, são ideológicas e partem de sujeitos posicionados na esfera social (FAIRCLOUGH, 2003). Neste sentido, análises que buscam identificar a articulação de vozes num determinado discurso podem contribuir com investigações sobre práticas discursivas ligadas às lutas hegemônicas na sociedade. Segundo Fairclough (2001), existe uma estreita relação entre a intertextualidade e a hegemonia, já que os textos podem transformar anteriores, estabelecendo novas relações hegemônicas, ou mesmo reafirmar essas relações.

Fairclough explica como a intertextualidade pode ser identificada nos trabalhos de análise de discurso: através de relato direto, marcas de citação, palavras utilizadas por outros, além do relato indireto (que não apresenta marcas de citação iguais ao texto anterior, mas sim uma transcrição em outras palavras), e também o relato indireto livre (que é um intermédio entre discurso direto e indireto). Sendo assim, conforme Fairclough (2001, p. 133), a intertextualidade pode ser entendida como “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros”, podendo reestruturar convenções existentes para a produção de novos textos - ou manter essas convenções. Segundo a Análise Crítica do Discurso, essa categoria de análise permite trabalhar com diversos gêneros textuais, principalmente o jornalismo. No jornalismo, a intertextualidade constitui o gênero, já que o que constrói o texto jornalístico é o discurso do outro - as fontes. São os depoimentos de fontes que constituem o relato jornalístico, sendo ele por excelência um gênero intertextual.

5.2.3 A contribuição de Jacqueline Authier-Revuz

Jacqueline Authier-Revuz é uma linguista, professora emérita da Universidade Paris III - Sorbonne Nouvelle e professora visitante na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Seus trabalhos abordam o campo do *heterogêneo* na enunciação, a partir da perspectiva de que, na língua, há o encontro de fala, discurso e sujeito. Esse encontro – fala, discurso e sujeito – é lugar de abordagens teóricas, que se relacionam ao conceito de língua e à concepção de sujeito e de sua relação com a linguagem e com o sentido. A autora é influenciada por Bakhtin e seu conceito de dialogismo e polifonia. Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006), Bakhtin trabalha a noção de "outro" quando ele traz o conceito de linguagem ancorado no dialogismo. No capítulo em que ele fala das relações entre infraestrutura e superestrutura, ele cita a alteridade constitutiva do signo. Todo signo é ideológico e são absorvidos pela consciência individual como sendo "índices individuais de valor". No entanto, Bakhtin explica que eles são “interindividuais” e “ideológicos”.

Na terceira parte da obra bakhtiniana, especificamente no capítulo “Teoria da enunciação e problemas sintáticos”, o autor aborda a questão do discurso citado - direto, indireto e indireto-livre, que servem, nas palavras de Bakhtin, para a “transmissão das enunciações de outrem e para integrar essas enunciações num contexto coerente” (BAKHTIN, 2006, p. 143). Para o russo, o discurso citado é uma enunciação na enunciação, a palavra na palavra, o discurso no discurso, uma recepção ativa do “discurso do outro”. Com isso, podemos questionar de que forma o sujeito absorve a enunciação do outro no seu próprio discurso. Bakhtin reflete sobre como o discurso do outro é absorvido pela consciência do sujeito e qual influência o outro vai ter na orientação das palavras do discurso relatado.

Com isso, Authier-Revuz (2008) explica em que consiste sua noção de heterogeneidade, a partir de quatro níveis: 1) o nível da metadiscursividade (o discurso que cita se refere a outro discurso; 2) o nível das formas que constituem o discurso do outro e que não possuem a coerência de um subsistema gramatical; 3) o nível da articulação entre valores em língua e efeitos em discurso; 4) o nível da relação entre a heterogeneidade representada (a partir das formas que representam o discurso outro no decorrer do discurso) e a heterogeneidade constitutiva (a presença, em todo discurso, de uma exterioridade discursiva que o constitui). Jacqueline Authier-Revuz (1998) explica a complexidade da heterogeneidade representada através das seguintes marcas: distanciamentos, polifonia, utilização de discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), aspas, citações, alusões, ironia, estereótipo, pressuposição, palavras “argumentativas”, entre outras noções que constituem quadros teóricos úteis às análises. Essas marcas linguísticas constituem a *intertextualidade mostrada*, podemos perceber a presença do *outro* nas frases - ou no discurso.

Para explicar a diferença entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada, a autora recorre à problemática do dialogismo bakhtiniano. Para Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada se dá através de formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso. Segundo a autora, toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito, é nessa exterioridade que o sujeito busca o sentido do seu discurso. Sobre o dialogismo bakhtiniano, a autora reflete:

O “dialogismo” do círculo de Bakhtin, como se sabe, não tem como preocupação central o diálogo face a face, mas constitui, através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária, uma teoria de dialogização interna do discurso. As palavras são, sempre e inevitavelmente, “as palavras dos outros”: esta intuição atravessa as análises do plurilinguismo e dos jogos de fronteiras constitutivas dos “falares sociais”, das formas linguísticas e discursivas do hibridismo, da bivocalidade que permitem a representação no

discurso do discurso do outro, gêneros literários manifestando uma "consciência galileana da linguagem", um rir carnavalesco, um romance polifônico (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26/27)

Sendo assim, ela faz uma analogia: somente o adão mítico, na sua primeira palavra no mundo ainda não posto em questão, poderia ser o próprio produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Sendo assim, ela reforça as asserções de Bakhtin ao afirmar que nenhuma palavra é neutra, mas "carregada", "ocupada", "habitada", "atravessada" por discursos nos quais já viveu uma existência sustentada. Portanto, Authier-Revuz se opõe à perspectiva subjetivista, explicando que esses processos reais - externos - que determinam o sentido e o discurso são indissociáveis de uma teoria da ilusão subjetiva da fala e pressupõe um questionamento de teorias linguísticas da enunciação, já que elas acreditam num sujeito enunciador capaz de escolhas, intenções e decisões autônomas no campo do discurso. A autora parte de uma outra perspectiva - a da teoria de seu objeto próprio, o inconsciente da leitura lacaniana de Freud, que desemboca no sujeito dividido. Segundo Authier-Revuz, sob as palavras "outras palavras" são ditas, existe uma polifonia não intencional em todo o discurso.

Interessa-nos aqui identificar essa polifonia através da utilização do discurso relatado. A introdução da fala do *outro* num determinado discurso se dá através de uma ruptura sintática, que pode ser feita através das aspas ou através de verbos que demarcam a passagem de um enunciador para outro numa determinada frase. No entanto, em algumas formas textuais essa ruptura não é evidenciada, dando a sensação de continuidade sintática. Authier-Revuz (1999) nos ajuda a classificar as diferentes formas de discurso relatado da seguinte forma:

- 1) Discurso Direto: A transcrição exata das palavras do outro. Nesse caso, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo - e espaço - numa determinada frase, fazendo com que o locutor se apresenta como simples "porta-voz". O discurso do outro está claramente "isolado, compacto e inerte", gerando um distanciamento do locutor principal.
- 2) Discurso Indireto: O locutor se comporta como tradutor, fazendo uso das suas próprias palavras, remetendo a um outro como fonte do "sentido" daquilo que ele mesmo fala. O DI possui uma característica analítica flexível, segundo Bakhtin.

- 3) Discurso Indireto Livre: O discurso indireto livre se caracteriza por ser um discurso indireto suavizado por uma supressão do termo subordinante - em outras palavras, uma mistura do discurso indireto com o discurso direto.
- 4) Ilhota textual: O fenômeno é uma forma híbrida ou mista que associa discurso indireto e direto. Através do discurso indireto, existe uma integração e homogeneização do discurso direto dentro desse discurso. A utilização de aspas ou de algumas palavras, com *entonação diferente*, que indicam as palavras exatas que outro locutor disse, é a característica dessa forma textual. No nosso caso, a entonação e palavras auxiliares serão importantes para percebermos esse fenômeno, já que estamos analisando reportagens televisivas, em que aspas não podem ser visualizadas.

5.4 CORPUS DA PESQUISA

Para compor o *corpus* da pesquisa, foram selecionadas reportagens veiculadas entre os dias 15 de março de 2020 - data que marca a evidência dessas manifestações a nível nacional - até o dia 7 de setembro de 2021 - único registro que encontramos dessas manifestações neste ano. O material que compõe o corpus foi encontrado no site Globo Play, onde a TV Globo arquiva todas as reportagens veiculadas nos programas da emissora, e também no canal de YouTube da TV Record. Compõem o corpus os seguintes formatos do telejornalismo.

- 1) Chamada: Informações narradas pelo apresentador, que introduz as principais notícias da edição do telejornal. Podem acontecer durante e após o *break*, ou mesmo no início do programa.
- 2) Cabeça: Texto lido pelo âncora para introduzir o assunto da próxima reportagem, “chamando” o VT³⁹.
- 3) VT: Abreviação de “videotape” ou simplesmente reportagem, contendo *off*⁴⁰ e podendo conter também entrevistas e passagem.
- 4) Nota-coberta: Notícia lida pelo apresentador com imagens de ilustração.
- 5) Nota seca: Notícia lida pelo apresentador sem imagens de ilustração.
- 6) Sonoras: Termo técnico que significa “entrevistas” utilizadas na reportagem. Aqui, iremos considerar sonoras também os vídeos gravados por celular, oriundos de

³⁹ Videotape, termo em inglês que significa reportagem editada

⁴⁰ Texto da notícia lido pelo repórter

terceiros, que são utilizados nas matérias para apresentar alguma declaração de um personagem.

- 7) Nota-pé: Informações lidas pelo apresentador no final do VT.
- 8) Comentários: Opiniões de um especialista dada no final de uma reportagem e chamada pelo âncora.

Edição/Data	Jornal Nacional	Jornal da Record
16/03/2020	‘Bolsonaro descumpre orientação mundial sobre prevenção do coronavírus e provoca críticas’	Não houve notícia
20/04/2020	‘Bolsonaro nega conspiração contra Supremo e Congresso e diz que defende a democracia’	'O presidente Jair Bolsonaro disse hoje que é a favor da democracia e de instituições como o Congresso e o STF'
21/04/2020	‘STF autoriza investigação sobre protestos contra a democracia’	'O presidente Jair Bolsonaro não cumpriu a agenda oficial neste sábado, mas saiu nas ruas de Brasília hoje cedo'
04/05/2020	‘Defesa reafirma compromisso das Forças Armadas com lei, ordem, democracia e liberdade’	'O presidente Bolsonaro deu posse hoje em cerimônia fechada ao novo diretor geral da Polícia Federal'
01/06/2020	‘Entidades criticam participação de Bolsonaro em mais um ato contra a democracia’	'Bolsonaro nomeou hoje mais um integrante do centrão para o governo’
15/06/2020	‘Governo do DF multa Weintraub por participar sem máscara de ato antidemocrático’	'O presidente Jair Bolsonaro decidiu manter no cargo o ministro da educação'
16/06/2020	‘Ministros do STF e presidente da Câmara defendem democracia e respeito às instituições’	‘Ministro do STF quebra sigilo de 11 parlamentares em inquérito de manifestações antidemocráticas’
22/06/2020	'Moraes determina que posts de parlamentares sobre atos	Não houve notícia

	antidemocráticos não sejam apagados'	
07/09/2021	‘Bolsonaro volta a atacar o STF e o sistema eleitoral em atos com pautas antidemocráticas’	‘O feriado de 7 de setembro foi marcado por manifestações em todo o Brasil’
08/09/2021	‘Desprezar decisões judiciais configura crime de responsabilidade, diz Fux após ameaças de Bolsonaro’	'A retomada dos mercados depois do 7 de setembro foi de dólar em alta e bolsa em queda'

Quadro 4 - Lista de reportagens analisadas

6. DIFERENÇAS NA COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES NO JN E NO JR

6.1 REPRESENTAÇÕES DAS MANIFESTAÇÕES E DO PRESIDENTE NO JN

6.1.1 Discurso indireto e intertextualidade

Neste tópico, foram analisados somente enunciados de âncoras e repórteres - cabeças e *offs* - que revelam a predominância de um discurso indireto carregado de interpretações. Devemos ressaltar que não houve, em nenhuma reportagem analisada, a introdução de sonoras gravadas com apoiadores do presidente, nem mesmo sonoras com o próprio presidente. Os manifestantes e Bolsonaro aparecem frequentemente nas matérias através de vídeos filmados por celular, seja nas manifestações, em discursos públicos ou em entrevistas coletivas, enquanto as fontes oficiais críticas às manifestações aparecem através de extensas notas lidas pelos repórteres e âncoras, ou mesmo em sonoras extraídas de discursos oficiais ou exclusivamente concedidas à emissora.

Fiorin e Savioli (2007) explicam que, ao escolher o Discurso Indireto (DI), podem-se criar diferentes efeitos de sentido. O primeiro tipo de discurso indireto tem por função analisar o conteúdo daquilo que se diz, eliminando elementos emocionais e afetivos presentes no discurso direto, bem como interrogações, exclamações ou formas interpretativas, criando, assim, um efeito de sentido de objetividade analítica. O narrador apreende somente o conteúdo daquele discurso e não a forma como ele o diz, mostrando uma certa distância entre sua posição e a posição do personagem e abrindo caminho para a réplica e o comentário. É a forma preferida nos textos de natureza política, quando se expõem as opiniões dos outros com a finalidade de criticá-las, rejeitá-las ou incorporá-las. O segundo tipo serve para analisar as palavras e o modo de dizer dos outros e não somente o conteúdo de sua comunicação. Neste caso, algumas palavras ou expressões são realçadas (FIORIN; SAVIOLI, 2007).

Conforme aponta Fairclough (2001), com base nos trabalhos de Voloshinov (Bakhtin), quando se relata o discurso, se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro, se representa não apenas a fala, mas as circunstâncias e o tom no qual as coisas foram ditas. Um dos aspectos que deve ser levado em conta é se o discurso representado engloba estilo e contexto dos enunciados representados. Com isso, existem graus de marcação explícita entre o discurso que representa e o discurso representado e diferentes formas do discurso representado ser traduzido na voz do discurso representador. Bakhtin (2011) afirma que o

discurso indireto integra o discurso do outro de forma ativa, sendo sua essência o caráter analítico.

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. Por isso, a transposição literal, palavra por palavra, da enunciação construída segundo um outro esquema só é possível nos casos em que a enunciação direta já se apresenta na origem como uma forma algo analítica – isso, naturalmente, dentro dos limites das possibilidades analíticas do discurso direto. A análise é a alma do discurso indireto (BAKHTIN, 2011, p. 163)

Uma das características que estrutura o DI é a exigência do *verbo dicendi* que mantém uma oração subordinada à oração principal e introduz o conteúdo da fala citada. A escolha desse verbo também impacta na interpretação que o leitor vai ter da citação que vem a seguir.

Trecho 1: [Chamada] [Âncoras] [Cabeça] “O desrespeito à democracia com as cores da nossa bandeira. Em diversas cidades brasileiras, bolsonaristas insuflados pelo presidente da República **usam o verde amarelo, mas** atacam pilares da constituição. Faixas pedem intervenção militar. A destituição de ministros do Supremo. Em tom golpista, o presidente discursa diante dos manifestantes em Brasília e em São Paulo. **Diz que** respeita a constituição, **mas** na mesma frase volta a ameaçar o STF. [Sonora] Ou o chefe desse poder enquadra o seu ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos [Fim de sonora] [Âncoras] Bolsonaro anuncia uma reunião do Conselho da República, que tem por atribuição se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. **Mas** os chefes dos poderes legislativo e judiciário **dizem que** não têm conhecimento da reunião. **Bolsonaro afirma ainda que** não vai mais cumprir decisões do ministro Alexandre de Moraes. **E juristas vêem crime de responsabilidade do presidente.** [Sonora] **O atentado à independência e à harmonia entre os poderes, e o descumprimento de decisões judiciais configuram, em tese, a prática de um crime de responsabilidade pelo presidente da República.** [fim de sonora] [Âncoras] O presidente da Câmara Arthur Lira não se pronuncia. O presidente do Senado Rodrigo Pacheco **diz que** o que deve unir os brasileiros é a defesa do estado democrático de direito. E manifestantes contrários ao governo saem às ruas em defesa da constituição, e pedem vacina, alimentos e emprego” (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Começamos trazendo o trecho 1 para exemplificar, extraído da edição do 7 de setembro de 2021. Nessa data, feriado nacional, marcada por manifestações bolsonaristas em todo o país, o *Jornal Nacional* dedicou mais da metade do tempo para abordar o tema.

Trecho 2: [Cabeça do âncora] O Brasil assistiu hoje a **uma demonstração de desprezo pela constituição** promovida e **insuflada pelo Presidente da República**. Em diversas cidades, milhares de bolsonaristas participaram de **atos com pautas que afrontam a democracia**, como a intervenção militar

e a destituição do ministro do STF. Em Brasília e em São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro discursou, **voltou a atacar** governadores e prefeitos que tomaram medidas de combate à disseminação do coronavírus, **voltou a atacar** integrantes do STF e voltou **a atacar** o sistema eleitoral brasileiro. E, no dia da independência, Bolsonaro elevou a temperatura da **crise institucional que ele mesmo criou e tem alimentado** (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Trecho 3: [Cabeça do âncora] Ao longo do discurso, Bolsonaro **disse que** não quer ruptura nem brigas, **mas, em tom golpista, disse que** amanhã vai convocar o Conselho da República. **Segundo a constituição**, o colegiado é um órgão de aconselhamento do presidente para momentos de crise e pode ser convocado em casos de intervenção federal, estado de defesa e de sítio. (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Trecho 4: [Cabeça do âncora] O conselho tem 14 integrantes, a última convocação dele foi em 2018, para discutir a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. **Segundo a constituição**, o conselho é formado pelo vice-presidente da república, o presidente da câmara e do senado, os líderes da maioria e da minoria na câmara e no senado, o ministro da justiça e outros seis integrantes nomeados pelo executivo e pelo legislativo. (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Trecho 5: [Cabeça do âncora] Depois da declaração de Bolsonaro, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco e o presidente da Câmara Arthur Lira **disseram que não tinham conhecimento** da reunião do conselho. **A constituição não prevê** que o presidente do STF integre o conselho da República, mas como foi citado por Bolsonaro o ministro Luiz Fux **também informou que** não foi convidado. (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Vamos observar os exemplos acima. Primeiro, o âncora adjetiva os acontecimentos como uma “demonstração de desprezo pela constituição”, indicando que as manifestações são inconstitucionais. Ao falar sobre o discurso do presidente, o âncora utiliza o verbo “atacar” três vezes, reforçando a disputa entre os poderes e um clima hostil entre Bolsonaro e as instituições democráticas. No fim, ele diz que o presidente é o responsável pela crise institucional do país, após citar todos os ataques que Bolsonaro fez aos governadores, prefeitos, ministros e ao sistema eleitoral brasileiro. A última frase, portanto, descredibiliza as críticas que o presidente faz às instituições, já que elas criam uma instabilidade política no país. Posteriormente, o âncora usa o *verbo dicendi* “disse que” para introduzir a fala do presidente em que ele afirma não querer rupturas entre os poderes e, logo em seguida, o

advérbio “mas” + a expressão “em tom golpista” aponta a contradição no discurso do presidente.



Imagem 2: Print de reportagem do 7 de setembro de 2021 do Jornal Nacional

A contradição também é indicada na frase seguinte. Observe como a intertextualidade se manifesta: o âncora recorre à constituição, em “Segundo a constituição”, para mostrar que, quando o presidente fala que vai convocar o Conselho da República, ele quer apenas criar um clima de “agitação”. Depois o âncora traz as declarações do presidente do senado Rodrigo Pacheco e do presidente da Câmara Arthur Lira, através do *verbo dicendi* “disseram que”, falando que ambos não sabiam da reunião do conselho. Novamente, o âncora recorre à constituição para dizer que ela não prevê que o presidente do STF integre o conselho (como foi citado pelo presidente Bolsonaro). As fontes e a Constituição são utilizadas intertextualmente para refutar Bolsonaro e expor as falácias do seu discurso. Tudo isso é dito apenas na chamada das reportagens, mostrando a dimensão que é dada ao assunto.

No dia 8 de setembro, o telejornal continuou abordando o tema, trazendo as reações negativas que as manifestações e o discurso do presidente provocaram na opinião pública e no mercado financeiro. Observe abaixo.

Trecho 6: [Âncora 1] O presidente do STF Luiz Fux **reage aos ataques** e ameaças do presidente Jair Bolsonaro. [Âncora 2] **Diz que não se pode** tolerar a propagação de discurso de ódio contra o Supremo e o incentivo de descumprimento de decisões da justiça. [Âncora 1] O procurador geral da república Augusto Aras **ressalta** a importância da separação de Poderes e citando Ulysses Guimarães diz que a constituição não pode ser afrontada. [Âncora 2] O presidente da Câmara Arthur Lira **critica** o radicalismo. [Âncora 1] O presidente do senado Rodrigo Pacheco **diz que** a solução para a crise no país não está no autoritarismo. [Âncora 2] E as declarações de

Bolsonaro nas manifestações **provocam reações negativas** no mercado financeiro. (Edição do 8 de setembro de 2021, grifos nossos)

Vamos para exemplos da reportagem de 20 de abril de 2020. Já na chamada, o âncora traz uma nota do Ministro da Defesa sobre a afirmação do presidente de que as forças armadas estariam do seu lado. O âncora usa a junção de substantivo+adjetivo “reações indignadas”, que traz uma carga negativa para o presidente na matéria. Também na chamada o âncora fala da abertura de inquérito solicitada pelo Procurador Geral da República, evidenciando a criminalização das manifestações.

Trecho 7: [Cabeça do âncora] Depois de provocar indignação e receber críticas contundentes por participar de uma manifestação que pedia intervenção militar, o presidente Jair Bolsonaro **negou hoje que esteja conspirando** contra os outros poderes da república e **disse que** defende a democracia e respeita a constituição. (Edição de 20 de abril de 2020, grifos nossos)

Trecho 8: [Off do repórter] Ontem, em frente ao quartel general do exército, uma manifestação pediu intervenção militar, o fechamento do congresso e do Supremo Tribunal Federal e a volta do AI5. Havia faixas e gritos com esses **pedidos que afrontam a constituição e a democracia**. O presidente **Bolsonaro esteve presente, não os recriminou** e ao discursar **disse que** acreditava nos manifestantes. **Apesar de tudo isso**, hoje, ao sair do Palácio da Alvorada, o presidente **disse que** a pauta do ato era o povo na rua e volta ao trabalho, referindo-se às medidas de isolamento social em função da pandemia. (Edição de 20 de abril de 2020, grifos nossos)

A reportagem já começa com uma carga negativa sendo atribuída ao presidente, registrando a reação e as críticas à participação de Bolsonaro nas manifestações. O âncora começa então trazendo a voz do presidente negando que esteja conspirando contra outros poderes e dizendo que respeita a constituição e a democracia. É utilizado o *verbo dicendi* “disse que”. Nesse trecho, temos diversas outras vozes dialogando intrinsecamente com a do presidente: a da constituição, a qual foi possivelmente desrespeitada, e a qual ele afirma respeitar, e as vozes daqueles que criticam a atitude do chefe do Executivo. A matéria, de maneira geral, dá a entender que o presidente cria tensão entre os Poderes e instabilidade política no país.

Isso é reforçado em seguida no off do repórter, como percebemos no trecho acima. Primeiro, a repórter traz todas as evidências de que a manifestação é antidemocrática: através de faixas e gritos com pedidos que afrontam a constituição e a democracia. Para trazer essa interpretação, a repórter recorreu àquilo que, na constituição, é ilegal, trazendo mais

elementos intertextuais para o trecho. Observe também a utilização do verbo “afrontam”, com carga negativa. Depois, a repórter indica uma contradição na fala do presidente ao utilizar a locução prepositiva “apesar de”. Ela primeiro traz evidências de que o foco das manifestações eram as pautas antidemocráticas e depois traz a fala do presidente, que contraria tudo que foi mostrado, apontando uma falácia e, portanto, indicando que o presidente não fala a verdade. Vejamos outro exemplo dessa mesma reportagem.

Trecho 9: [Off do repórter] Antes da entrevista, numa conversa com apoiadores, Jair Bolsonaro **voltou a minimizar** as mortes causadas pelo coronavírus. [Sonora] Lamentamos as mortes, lamentamos certo? E enfim... é a vida, né? Tem gente que vai morrer. [Off do repórter] Em seguida, aos jornalistas, Bolsonaro **afirmou que** já é esperado que boa parte da população terá a doença. [Sonora] Aproximadamente 70% da população vai ser infectada. Não adianta correr disso, é uma verdade. Estão querendo correr da verdade. [Off do repórter] Hoje o presidente **negou que** esteja conspirando contra os outros Poderes, **mas ignorou que** os pedidos ontem eram por uma intervenção militar com ele próprio no poder. [Sonora] O pessoal geralmente conspira pra chegar no poder. Eu já ‘tô’ no poder. Eu já sou o presidente da República. Então eu to conspirando contra quem, meu deus do céu? Falta um pouco de inteligência pra aqueles que me acusam de ser ditatorial. O que eu tomei de providência contra a imprensa e contra a liberdade de expressão? Eu sou realmente a constituição. [Off do repórter] Enquanto Bolsonaro dava entrevista, **um apoiador sugeriu fechar outros poderes, mas o presidente rechaçou.** [Sonora] Sem essa conversa de fechar. Aqui não tem fechar nada. Aqui é democracia. Aqui é respeito à constituição brasileira. E aqui é minha casa e tua casa. Então peço por favor que não se fale isso aqui. Supremo aberto e transparente. Congresso aberto e transparente. Nós o povo estamos no governo. [Off do repórter] Hoje, Bolsonaro atribuiu a infiltrados a defesa da intervenção militar durante a manifestação e **disse que** esses pedidos estão acolhidos pela liberdade de expressão. (Edição de 20 de abril de 2020, grifos nossos).

Neste trecho, as sonoras do presidente são intercaladas com o *off* do repórter. São extraídos trechos polêmicos da fala de Bolsonaro e podemos perceber algumas “glosas” feitas pelo repórter. Observe quando ela diz “voltou a minimizar”, se referindo à sonora que vem a seguir, em que o presidente diz que, inevitavelmente, tem gente que vai morrer com o vírus da Covid-19. A escolha dos termos traz uma carga negativa ao colocar o presidente numa postura de desdém em relação aos mortos. A fala, em discurso direto (sonora), logo a seguir, corrobora isso. Em seguida, ela usa o *verbo dicendi* “afirmou que” para introduzir a parte em que o presidente diz que boa parte da população terá a doença.

Depois, o assunto passa a ser a tensão entre os poderes. Nessa parte, a repórter aponta novamente a contradição na fala do presidente: ele negou estar conspirando contra os poderes, mas estava numa manifestação com pedidos antidemocráticos. Portanto, ela diz que, ao negar a conspiração, Bolsonaro ignora os pedidos dos atos. No outro trecho, a repórter traz o presidente rechaçando um apoiador que pede para fechar o Supremo, mas logo em seguida utiliza o *verbo dicendi* “disse que”, quando Bolsonaro afirma que os pedidos estão acolhidos pela liberdade de expressão, apontando também uma contradição.

No dia 4 de maio, as forças armadas também são citadas na declaração de Bolsonaro na manifestação, sendo esse o fio condutor da reportagem. Observe.

Trecho 10: [Cabeça do âncora] **O Ministério da Defesa divulgou uma nota** sobre as declarações de ontem do presidente Jair Bolsonaro. Ao participar da manifestação antidemocrática e inconstitucional contra o STF e o Congresso, Bolsonaro **disse ter as forças armadas ao lado dele**, e que ele **chegou ao limite, sem explicitar o que isso significa**. Na nota, o Ministério da Defesa **condenou** a agressão de apoiadores do presidente a jornalistas e **ênfatisou** que Marinha, Exército e Força Aérea consideram imprescindíveis a independência e a harmonia entre os poderes. (Edição do 4 de maio de 2021, grifos nossos)

Trecho 11: [Off do repórter] O Ministro da Cidadania Onyx Lorenzoni também participou do protesto, como mostra o vídeo divulgado pelo jornalista da Revista Época Guilherme Amado. Depois de carreato na Esplanada dos Ministérios, os manifestantes se aglomeraram na praça dos três poderes, em frente ao Palácio do Planalto. E o presidente Jair Bolsonaro foi ao encontro deles. Tudo transmitido ao vivo numa rede social do presidente. **Bolsonaro disse que as forças armadas estão com ele, e que chegou ao limite, que não tem mais conversa**, sem explicitar o que isso significa e o que pretende fazer caso haja novas decisões judiciais sobre atos seus considerados ilegais. (Edição do 4 de maio de 2021, grifos nossos)

No primeiro trecho, a intertextualidade pode ser percebida já na nota do Ministério da Defesa que é lida pelo âncora na cabeça da reportagem. O âncora utiliza o *verbo dicendi* “disse” para introduzir o discurso indireto sobre a fala do presidente. A frase “sem explicitar o que isso significa” parece apontar uma inconsistência no discurso do presidente, que não é claro e explicativo, mas obscuro. O discurso relatado parece trazer dúvidas quanto ao que foi dito. Posteriormente, é usado o verbo “condenar” e “ênfatisar” para trazer a declaração do Ministério da Defesa. O primeiro possui uma forte carga negativa e o segundo indica o destaque de algo muito importante a ser dito. No segundo trecho, a repórter descreve o encontro do ministro e de Bolsonaro com os manifestantes e enfatiza que houve uma aglomeração, atitude que vai de encontro às normas sanitárias. Ela reforça o que foi dito na

cabeça do âncora, também em discurso indireto, utilizando o mesmo *verbo dicendi* “disse”. Observe que ela também aponta a falta de clareza no discurso do presidente e, no final da frase, ela traz um conhecimento externo para afirmar que os atos de Bolsonaro são considerados ilegais, marcando a intertextualidade do discurso.

Trecho 12: [Off do repórter] **O ministro da defesa Fernando Azevedo**, que comanda as Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, reafirmou o compromisso com o Estado. O ministro disse em nota: "As **Forças Armadas cumprem** a sua missão constitucional. Marinha, Exército e Força Aérea são organismos de estado, que **consideram** a independência e a harmonia entre os poderes **imprescindíveis** para a governabilidade do país. A liberdade de expressão é requisito fundamental de um país democrático. No entanto, **qualquer agressão** a profissionais de imprensa é **inaceitável**. O Brasil **precisa avançar**. Enfrentamos uma pandemia de consequências sanitárias e sociais ainda imprevisíveis, que **requer esforço** e entendimento de todos. As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. **Este é o nosso** compromisso". (Reportagem 4 de maio de 2020, grifos nossos)

Observe como este outro trecho acima é construído. A nota do Ministro da Defesa é trazida em discurso direto lido na voz da repórter, como se houvesse aspas separando os dois discursos. Nesse trecho destacado, percebemos também uma modalização discursiva que reforça consensos estabelecidos: que é imprescindível a harmonia entre os poderes, que agressões a jornalistas são inaceitáveis, que o Brasil precisa avançar (indicando que atos antidemocráticos são um retrocesso), que a pandemia requer o esforço coletivo. Trouxemos essas fontes do governo para exemplificar como essa reportagem põe em questão a instabilidade dentro do próprio governo, trazendo um cenário de contradição interna.

Outra forma de manifestação do discurso indireto é o discurso indireto livre (DIL), que é tido como um indireto suavizado por uma supressão do termo subordinante - em outras palavras, uma mistura do discurso indireto com o discurso direto. Muito presente no discurso oral cotidiano e na imprensa, conforme enfatiza Authier-Revuz (1998), quando as aspas não ficam perceptíveis, exceto por demarcações claras na superfície textual (como um *itálico* que pode indicar que aquele discurso representa o que foi dito *ipsis litteris* por outra pessoa) ou através de recursos visuais - como no caso do telejornalismo em que notas, declarações e excertos extraídos de documentos oficiais aparecem para atestar a veracidade e dar credibilidade àquilo que é dito. Vamos a um exemplo desse uso:

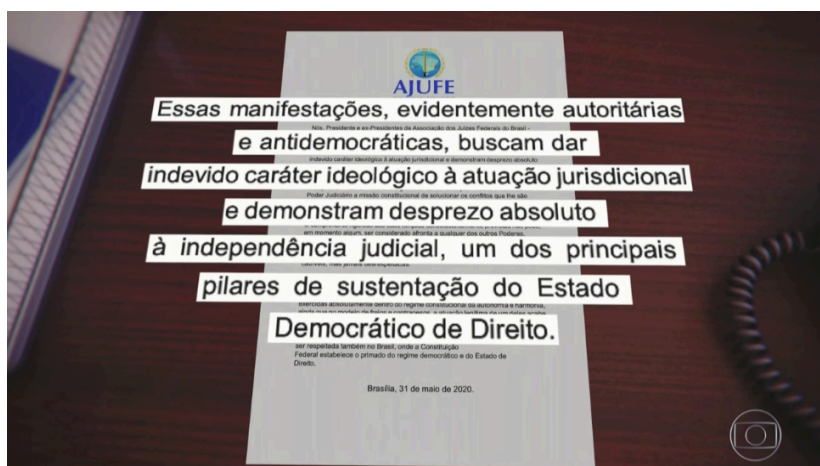


Imagem 3: Print de reportagem contendo nota no JN

Trecho 13: A Associação dos Juizes Federais **disse em nota que** “essas manifestações, evidentemente autoritárias e antidemocráticas, buscam dar indevido caráter ideológico à atuação jurisdicional e demonstram desprezo absoluto à independência judicial, um dos principais pilares de sustentação do estado democrático de direito”. **E que** “o Supremo como guardião da constituição não pode, em momento algum, ser considerado afronta a qualquer dos outros poderes”. (Nota lida em off pelo repórter) (Reportagem 1 de junho de 2020, grifos nossos)

Vejam os que o trecho acima se caracteriza pelo uso do discurso indireto livre. Por se tratar de uma declaração dada por uma entidade de forma escrita através de um documento oficial, a repórter recorreu ao uso do *verbo dicendi* “disse que”, demarcando visualmente a transição de enunciador. No entanto, para quem ouve a reportagem é gerada uma ambiguidade oral, fazendo com que o discurso da entidade seja tomado como o discurso da própria jornalista. Trazer um documento oficial para atestar um posicionamento também traz credibilidade ao que está sendo dito. Também é perceptível que a repórter traz um recorte específico do que foi dito em toda a nota da entidade, o que fica marcado através do uso do “e que”, dando continuidade àquilo que ela achou importante destacar. No dia 1 de junho de 2020, a reportagem, intitulada no Globoplay como “Entidades criticam participação de Bolsonaro em mais um ato contra a democracia”, aborda as manifestações antidemocráticas a partir do repúdio de diversas fontes à atitude do presidente.

Em toda a reportagem, que totaliza 6 minutos e 22 segundos, somente uma fonte em defesa do presidente é utilizada (Victor Hugo, deputado do PSL-GO, e líder do governo na Câmara). As demais endossam que a participação do presidente nas manifestações não é uma atitude louvável a um chefe do executivo, já que se tratam de manifestações

antidemocráticas, com pedidos que afrontam os outros poderes e criam instabilidade no país. O telejornal mostra, portanto, um alinhamento aos Poderes Legislativo e Judiciário, como é possível notar já na cabeça da âncora:

Trecho 14: [Âncora] [Cabeça] Neste fim de semana, o presidente Jair Bolsonaro **voltou a** participar de um ato público em Brasília que defendia ilegalidades e afrontava a democracia brasileira. **E mais uma vez** a atitude do chefe do poder executivo provocou críticas de integrantes do Legislativo e Judiciário. (Edição do 1 de junho de 2020, grifos nossos)

Trecho 15: Hoje o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, do PSB, **comentou nas redes sociais que** “é preciso reagir duramente contra esses atos para que haja respeito às instituições. A democracia é um caminho difícil, mas é o único”. (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos)

6.1.2 O fenômeno da ilhota textual

O fenômeno *ilhota textual* acontece quando o locutor realça algumas expressões e palavras dos locutores de origem, como se houvesse aspas destacando-as. Segundo Authier-Revuz (1998), as *aspas* são a marca de uma operação metalinguística local de *distanciamento*: uma suspensão de responsabilidade, que determina uma espécie de “vazio a preencher”, através de uma interpretação, uma glosa que às vezes se explicita, mas permanece frequentemente implícita. O comentário implícito que o distanciamento das aspas requer supõe uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor, que se torna juiz e dono das palavras, capaz de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza.

As aspas estão presentes em uma fala sob vigilância, sob controle, uma fala mantida, em um terceiro sentido, como explica Authier-Revuz (1998), “digo essa palavra, mas não como digo as demais, porque a digo como X diz”. As aspas podem indicar uma polêmica, uma ênfase e reafirmação da maneira como se diz, ou uma hesitação que indica “uma maneira como se pode dizer”. Em todos os casos, à suspensão de responsabilidade corresponde uma glosa *implícita*, remetendo a um discurso-outro. Os discursos diretos e indiretos pressupõem dois modos de apreensão e de representação da palavra do outro: por um lado, a reificação do enunciado (as palavras do outro tomam o espaço do enunciado), distanciado (não há comprometimento do locutor principal com aquilo que um terceiro diz),

“claramente isolado, compacto e inerte” pelo discurso direto; por outro lado, a apropriação analítica flexível (o discurso do outro é traduzido e interpretado pelo locutor), efetuada pelo discurso indireto (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Devemos ter em mente que, por se tratar de matérias televisivas, os discursos analisados se manifestam de forma oral e as “aspas” do discurso direto não serão vistas em sua forma textual escrita. A linguagem televisiva é composta pela combinação de três códigos: a imagem, a palavra e o som. Esses três elementos se caracterizam como linguagens interdependentes que juntas consolidam a mensagem televisiva. Enquanto a palavra traz informações concretas sobre o contexto apresentado, dados precisos sobre os acontecimentos, a imagem funciona como uma reprodução do mundo concreto. Já a linguagem sonora refere-se à música, aos efeitos sonoros e ao som ambiente que cooperam com a composição do ritmo do texto e com o grau de realismo das informações. Apesar das suas características e funções individuais, é preciso que haja um “casamento” entre as linguagens.

Só se faz TV com imagem, mas a palavra tem lugar garantido. Em telejornalismo, a preocupação é fazer com que texto e imagem caminhem juntos, sem um competir com o outro: ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função (PATERNOSTRO, 1999, p. 72)

Os textos variam, assim, conforme seus níveis de heterogeneidade, dependendo se as relações intertextuais neles são complexas ou simples. Também se diferenciam de acordo com o fato de a heterogeneidade ser evidente ou não na superfície do texto. Um texto de um outro pode estar separado do resto do texto por aspas (sonora, mudança de entonação, transcrição fiel das palavras do outro) e *verbos dicendi*, ou pode não estar marcado linguisticamente, sendo apenas uma reformulação do original. Os textos do outro *podem ou não ser acentuados*, e também podem ou não recorrer ao estilo predominante do texto ao qual se refere.

Vamos analisar um trecho da reportagem do dia 15 de junho. No trecho abaixo, a escolha dos verbos reforça o caráter negativo das manifestações, associadas à violência. “Ofender” pressupõe que os manifestantes estão ali para desmoralizar e fazer ataques pessoais, invalidando o caráter democrático do ato. “Pregar” também carrega uma conotação pejorativa, indicando um teor panfletário às reivindicações, reforçando seu caráter partidário

Observe:

Trecho 16: “[Repórter] Grades em volta de todo o prédio do STF. Só passa pela barreira quem é funcionário ou tem hora marcada. Medida de segurança para evitar ataques à corte, como o que ocorreu na noite de sábado, quando um grupo de cerca de 30 apoiadores de Bolsonaro lançou fogos de artifício contra o prédio do STF. A ação durou pelo menos 5 minutos. O grupo ofendeu de forma pesada alguns ministros, inclusive o presidente da Corte, Dias Toffoli. **Em tom de ameaça**, perguntavam se os ministros “**entenderam o recado**” e **mandaram que eles “se preparassem”**. **Esses apoiadores do presidente Jair Bolsonaro pregam o fechamento do STF e do Congresso, o que é inconstitucional**. (Reportagem 15 de junho, grifos nossos)

A matéria do dia 15 de junho aborda duas manifestações que aconteceram no fim de semana. A primeira, no dia 13 de junho em Brasília, marcada pelo arremesso de fogos de artifício ao Supremo Tribunal Federal pelo grupo de manifestantes. E a segunda, no dia 14 de junho, marcada pela participação do então Ministro da Educação Abraham Weintraub. Já no *lead* da reportagem, a enunciativa descreve o cenário que caracteriza o prédio da Suprema Corte após o lançamento dos fogos de artifício pelos participantes, que levou à colocação de grades e restrição de circulação no prédio como medida de segurança.

Essa descrição revela as medidas que foram tomadas para proteger o local de possíveis novos ataques, como o que ela passa a descrever em seguida, e reforça principalmente o sentimento de insegurança no prédio, que reflete a insegurança da própria instituição - STF - diante das ameaças. O primeiro parágrafo da reportagem destaca, portanto, um cenário de instabilidade democrática, causada pelas vozes dos manifestantes.

É o caso de “entenderam o recado” e “se preparassem”, que se misturam ao discurso da locutora, mas são, na verdade, as palavras exatas que os manifestantes falaram, destacadas pela entonação. Observemos, também, a última frase “Esses apoiadores do presidente Jair Bolsonaro”. Ela marca uma distância do sujeito enunciativo - a jornalista - e o sujeito discursivo ao qual ela vinha se referindo - os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, ao dizer “o que é inconstitucional”, no final da frase, ela marca uma posição distinta e contrária àquelas dos manifestantes, como se indicasse - por meio de um conhecimento exterior - o que é legal e o que é ilegal, separando, portanto, o que é aceitável do que não é.

Vejamos outro exemplo da reportagem de 4 de maio de 2020:

Trecho 17: [Repórter] Apoiadores de Bolsonaro agrediram jornalistas que cobriam a manifestação, fizeram ameaças, xingaram, deram chutes. A polícia teve de socorrer os profissionais de imprensa. **“Inconstitucional, antidemocrático e intolerável”**, assim reagiram imediatamente representantes do Judiciário, do Legislativo, da sociedade civil, e até de dentro do próprio governo. (4 de maio de 2020, grifos nossos)

Na edição do 7 de setembro de 2021, o discurso de Bolsonaro é intercalado com comentários dos âncoras que utilizam o discurso indireto para interpretar e analisar o discurso direto do presidente, fazendo “glosas”, conforme já explicamos através Authier-Revuz (1998), e trazendo outros discursos que dialogam e refutam as falas do presidente.

Trecho 18: “[Âncora] Em cima de um trio elétrico, **Bolsonaro fez um discurso inflamado**, repleto de declarações antidemocráticas e, apesar de dizer que respeita a Constituição, **fez ameaças ao Supremo**. Ele **não citou nomes, mas disse que o país não pode aceitar o que chamou de “prisões políticas”**. O ministro do STF Alexandre de Moraes é o responsável pelos inquéritos sobre fake news e atos antidemocráticos que investigam o próprio presidente. No discurso, Bolsonaro também disse que haverá **consequências**, mas não disse quais seriam. **[Sonora]** “Ou o chefe desse poder enquadra o seu ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos. Porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada poder da República. Nós todos aqui, na Praça dos Três Poderes, juramos respeitar a nossa Constituição” **[Fim da sonora]**. Ao longo do discurso, **Bolsonaro disse que não quer ruptura, nem brigas, mas em tom golpista, disse que amanhã vai convocar o Conselho da República**. (Reportagem do dia 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

No trecho acima, o âncora William Bonner utiliza a palavra “inflamado” para classificar o tom da fala do presidente. Neste caso, a metáfora serve para reforçar o caráter extremado, “apaixonado” e “irracional” daquilo que foi dito, levando ao entendimento de que o presidente não fala coisas verdadeiras, mas aquilo que agrada aos eleitores ali presentes. Outras metáforas do mesmo tipo foram utilizadas no decorrer da edição. As metáforas estão em todos os tipos de linguagem e discurso e não são apenas adornos estilísticos superficiais, mas contribuem com a construção da realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam, portanto, o modo como pensamento e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001).

O uso do discurso indireto pelo âncora revela, ainda, a utilização de ilhotas textuais. Quando ele fala, por exemplo, “Ele não citou nomes, mas disse que o país não pode aceitar o que chamou de ‘prisões políticas’”. A expressão *o que chamou de*, que antecede o substantivo+adjetivo ‘prisões políticas’, indica que a última expressão está em suspenso, como se separasse as palavras originais do discurso do locutor, que parece afirmar “ele utilizou estas palavras exatamente”. Depois, fica claro que as ‘prisões políticas’ são uma referência às prisões realizadas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, um grande adversário do presidente.

Neste caso, a utilização da ilhota se dá em um contexto de *questionamento ofensivo* do caráter apropriado da palavra utilizada. Authier-Revuz (1998) explica que é como se o locutor fosse obrigado a falar com as palavras que são impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras. ‘*O que chamou de*’ indica que o locutor não compactua com a opinião de que são de fato prisões políticas. As "aspas" dizem, portanto, que "X" é apenas um "pseudo-X", ou que "X" é inapropriado. Ao continuar dizendo que Alexandre de Moraes é o responsável por inquéritos que investigam o próprio presidente, o locutor parece enfatizar que, ao utilizar o termo “prisões políticas”, o presidente está fazendo uma acusação pessoal, se defendendo de algo que o atinge. Suas colocações, portanto, não são verídicas, mas politicamente falsas.

Segundo Jacqueline Authier-Revuz (1998), existe uma diversidade de formas de explicitação reflexiva de um dizer X, que podem ser classificadas em dois tipos: 1) a que fixa um único sentido para X e 2) a que desdobra X em uma pluralidade de sentidos.

Vamos ver um exemplo, na reportagem de 15 de junho, de como se dá a construção de sentido de violência a partir do discurso relatado do ministro da educação Abraham Weintraub. O locutor diz, no trecho, que os manifestantes reclamam de pagar impostos para funcionários corruptos - uma provável referência aos políticos de oposição ao governo e aos próprios ministros do STF (cujos salários são pagos com dinheiro público), e em seguida é utilizada uma sonora em que o ministro chama esses políticos de “vagabundos”:

Trecho 19: [Repórter] Ontem, outro protesto de um pequeno grupo de apoiadores de Bolsonaro também fez ataques ao Supremo e teve a participação do ministro da educação Abraham Weintraub. Ele estava sem máscara, provocou aglomeração, cumprimentou, tirou fotos e abraçou as pessoas. Quando os manifestantes reclamaram de pagar impostos para funcionários corruptos, Weintraub respondeu: [Sonora] “Eu já falei qual minha opinião, o que eu faria com **vagabundo**” [Fim de sonora] (Reportagem 15 de junho, grifos nossos)

A utilização do discurso direto nesse excerto é feita através de sonora do próprio Weintraub extraída de um vídeo gravado por apoiadores com o celular. A introdução da sonora marca um distanciamento do locutor em relação ao dizer do *outro* e, também, uma intenção de destacar e mostrar - sem interferência - a maneira como o ministro falou. A palavra “vagabundo”, ofensiva, não é adequada no linguajar de um ocupante de alto cargo do governo e representa uma quebra de expectativas em relação à postura que se espera de um ministro.

Para indicar que essa ofensa se dirige aos membros do Supremo, a repórter traz em seguida uma fala direta de Weintraub na reunião ministerial do dia 22 de abril⁴¹. No entanto, o locutor narra em sua própria voz as palavras do ministro.

Trecho 20: [Repórter] Na reunião ministerial do dia 22 de abril, **Weintraub disse: 'Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF'**. Por causa disso, está sendo investigado e foi convocado para depor no inquérito das *fakes news*. Weintraub ficou em silêncio no depoimento. Hoje o governo do Distrito Federal multou Weintraub em 2 mil reais. O ministro foi notificado no fim da manhã, como mostra o carimbo do protocolo do MEC. No auto de infração, consta que o ministro foi flagrado em espaço público, sem máscara de proteção facial, que é obrigatória nas áreas públicas da capital, de acordo com um decreto do governo local. À tarde numa rede social o ministro disse que ainda não foi notificado. (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Para marcar a transição de enunciadores, o locutor utiliza o verbo *dicendi* ‘dizer’ para trazer a fala do ministro “Weintraub disse ‘Eu, por mim’, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”. O verbo é a única evidência da transição entre os enunciadores que, no entanto, fica pouco perceptível quando assistimos à reportagem.

Através do discurso do locutor, o ministro é também colocado em posição de contradição, como se estivesse mentindo sobre não ter sido notificado pelo MEC. Primeiro, ela traz a informação de que “O ministro foi notificado no fim da manhã, como mostra o carimbo do protocolo do MEC”, e traz imagens do protocolo, como se mostrasse provas do que está dizendo. No fim do parágrafo, ele diz “À tarde numa rede social o ministro disse que ainda não foi notificado”, trazendo a evidência de uma mentira no discurso de Weintraub.

Vamos a um outro exemplo, da reportagem do dia 22 de junho de 2020, em que as aspas são utilizadas através de recursos visuais, e introduzidas pela repórter, marcando um distanciamento entre a locutora e o discurso-outro. Nesse dia, a matéria aborda o inquérito que investiga as manifestações antidemocráticas, detalhando a decisão do ministro Alexandre de Moraes de não apagar postagens feitas por parlamentares referentes aos atos antidemocráticos. A repórter traz em detalhes essas publicações, buscando apontar a forma como foi dito, evidenciando quais parlamentares apoiam esses tipos de manifestações que ela chama de “inconstitucionais”. Observe.

Trecho 21: [Off da repórter] O ministro Alexandre de Moraes determinou, na operação que autorizou no último dia 27, que postagens de parlamentares

⁴¹ Essa reunião criou um clima de instabilidade no governo após o ministro da Justiça Sérgio Moro denunciar a tentativa do presidente Jair Bolsonaro de interferir na Polícia Federal. O vídeo completo da reunião foi divulgado no dia 22 de maio, após autorização do ministro Celso de Mello (STF). Participaram dela o presidente Bolsonaro, além do vice Hamilton Mourão, o próprio Moro e outros ministros (25 autoridades no total)

sobre os atos antidemocráticos não sejam apagadas. A PGR listou algumas delas. O deputado Júnior Amaral participou de manifestação no dia 19 de abril e escreveu que nunca ouviu tanto **"vagabundo falando de constituição"** como naquela data. Concluiu dizendo que **"para eles só não vale a parte em que todo o poder emana do povo"**. O deputado Otoni de Paula utilizou a expressão **"vagabundo"** para comemorar os atos inconstitucionais. A expressão consta numa foto que traz uma faixa escrita **"contra o vírus do STF e do Congresso"**. E o parlamentar escreveu: **"Disso, político vagabundo tem medo. Ninguém mexe com o PR Jair Bolsonaro"**. Em seguida diz **"O chega de Jair Bolsonaro está abalando a República. Talvez seja porque agora ele não fará mais nenhum esforço para que haja harmonia entre os poderes. Se o poder Judiciário não respeitar a separação entre os poderes, o poder Executivo não respeitará as decisões do STF"**. (Edição do dia 22 de junho de 2020, grifos nossos).

As expressões em negrito que estão em aspas se referem ao discurso desses parlamentares nas redes sociais e evidenciam seus posicionamentos de conflito com a ordem democrática estabelecida. Expressões destacadas como “vagabundo” distanciam a repórter do discurso-outro, caracteristicamente violento e sem decoro parlamentar. As falas em destaque possuem um tom de ameaça e ódio, além de mostrar claramente uma afronta ao STF.

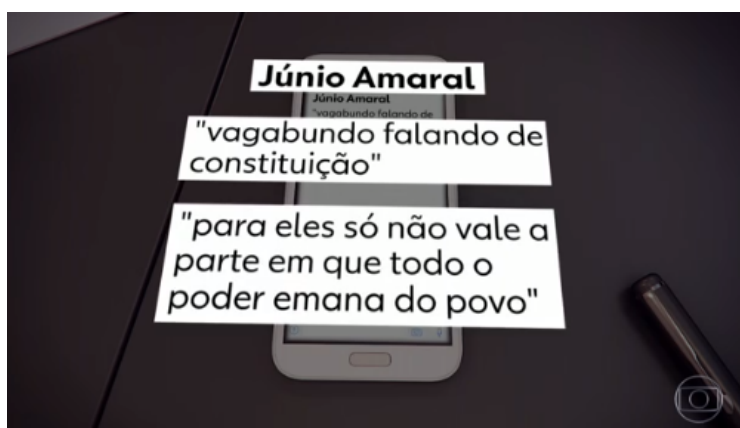


Imagem 4 - Print de reportagem contendo “ilha textual”

Trecho 22: [Off da repórter] Carla Zambeli fez uso do bordão da manifestação. A deputada publicou no Twitter, juntamente com um curtíssimo vídeo que mostra o presidente Jair Bolsonaro participando do ato do dia 3 de maio, a conclamação **"Bora subir, robozada"**. A mensagem seria reforçada mais tarde em uma postagem em tom dramático, na qual afirma que a lei maior **"será cumprida a qualquer preço"**. Alê Silva, valendo-se da mesma forma, escreveu **"AI-5 e intervenção militar é grito de desespero de um povo que quer ver o seu presidente, eleito democraticamente, governar sem as amarras de dois Congressistas"**. O senador Arolde de Oliveira afirmou em redes sociais no dia 26 de março **"Os governadores do RJ e de SP se elegeram nas costas de Jair Bolsonaro e**

agora são seus maiores detratores e inimigos do Brasil. Querem o caos, mas antes que isso ocorra as FFAA entrarão em cena para Garantia da Lei e da Ordem, segundo a Constituição Federal". (Edição do dia 22 de junho de 2020, grifos nossos)

Nesse trecho, a repórter evidencia, através do uso das aspas, que a deputada Carla Zambeli incentivou a utilização de robôs para disseminação de informações falsas e antidemocráticas. Ela ainda caracteriza a postagem como sendo de “tom dramático” para realçar o vigor com o qual a parlamentar exige que a lei maior seja cumprida “a qualquer preço”, uma forma de colocação bastante autoritária. Do mesmo jeito, a repórter caracteriza a mensagem de Alê Silva, ao defender o AI-5 e a intervenção militar. Depois, a fala do senador Arolde de Oliveira culpa os governadores do RJ e de SP por tentar manchar o governo Bolsonaro, além de fazer ameaças de intervenção das Forças Armadas. Essas aspas, além de marcar um distanciamento entre o discurso indireto da repórter e o discurso-outro das fontes, também funcionam como provas de que o inquérito tem justificativa plausível para existir. São uma maneira de mostrar as evidências, sem interferir nela. No entanto, sabemos que a seleção desses trechos aponta para a insistência do telejornal na criminalização desses atos e, portanto, está longe de indicar uma falta de interferência. Posteriormente, isso é reforçado quando a matéria traz informações sobre a apreensão realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal numa chácara, que guardava equipamentos utilizados em protestos anti-democráticos em Brasília, entre eles facões e fogos de artifício.

6.2 DD E O EFEITO DA MODALIZAÇÃO DISCURSIVA

De acordo com Fiorin e Saviolli (2007), a utilização de aspas, em discurso direto, seja em sua forma escrita ou oral, cria um efeito de verdade e autenticidade, dando a impressão de que foi preservada a integridade do discurso citado. Mantendo a mesma entonação, pode significar que o locutor pretende conservar a mesma carga subjetiva do personagem (FIORIN e SAVIOLI, 2007). Algumas palavras também criam esse efeito no discurso, e podemos percebê-las num fenômeno chamado modalização discursiva, cujo aporte teórico também nos é oferecido por Fairclough (2003).

O autor explica, a partir de estudos de Hodge e Kress (1988), que a modalidade está relacionada à afinidade do produtor de um enunciado com o próprio enunciado, gerando graus de comprometimento através da utilização de certas expressões em algumas

proposições. As modalizações podem ser divididas em três tipos: 1) *modalização atlética* - relacionada à verdade ou à falsidade do enunciado e de um estado de coisas; 2) *modalização epistêmica* - relacionada ao saber, às crenças, expressando um julgamento pessoal (uma certeza, uma dúvida, uma possibilidade ou probabilidade); 3) *modalização deôntica* - relacionada às condutas, valores e obrigações morais (necessidade, obrigatoriedade, permissão).

Aqui nos interessa particularmente as duas últimas, a modalização epistêmica e a deôntica, que em Fairclough (2003) aparece como modalidade subjetiva e objetiva. Na modalidade subjetiva, o sujeito faz aparecer sua posição pessoal, enquanto na objetiva a proposição na terceira pessoa gera um efeito de universalização da proposição. No primeiro caso, é claro o grau de afinidade do falante com a proposição, e no segundo caso não é apresentado claramente qual ponto de vista está sendo representado, dando uma sensação de universalidade, ou levando o sujeito a ser veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo. O uso da modalidade objetiva implica frequentemente, portanto, alguma forma de poder.

No caso das *modalizações deônticas*, podem ser utilizadas expressões lexicalizadas do tipo *é* mais *algum adjetivo* (é ou não necessário, é ou não obrigatório, é ou não permitido ou é ou não desejável), *verbos auxiliares modais* (que indicam desejo, dever, obrigação moral, permissão e possibilidade - *querer, dever, poder, conseguir, pretender, ter de, haver de*); e construções com infinitivo (*ter de, necessitar* mais *infinitivo, dever* mais *infinitivo, poder* mais *infinitivo, precisar* mais *infinitivo*). Além disso, Fairclough (2003) explica que existem outras formas de manifestação dos graus de afinidade, como expressões que indicam indeterminações (*uma espécie de, um pouco, uma coisa assim*, e também padrões de entonação, por exemplo).

A modalidade é, portanto, um ponto de intersecção no discurso entre a significação da realidade e a representação das relações sociais. Importante frisar que, partindo da perspectiva crítica da análise discursiva, a modalidade das proposições pode ser contestada e está aberta à luta e à transformação, principalmente no campo midiático. Fairclough (2003) ressalta como esse tipo de estratégia enunciativa é bastante difundido nos discursos midiáticos, que geralmente tratam de “fatos”, de “verdades” e questões de conhecimento. Sendo assim, é comum o discurso jornalístico apresentar como “fatos” o que são interpretações de eventos complexos e confusos. Dito isto, pode-se afirmar que:

Em termos de modalidade, isso envolve uma predileção por modalidades categóricas, asserções positivas e negativas, como ilustra o exemplo no último parágrafo, e, portanto, pouco uso de elementos modalizantes (verbos modais, advérbios, adjetivos, indeterminações, e assim por diante). Trata-se também de uma predileção por modalidades objetivas que permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 201/202)

Tendo em vista essa “limitação” própria do discurso jornalístico, a escolha das fontes numa reportagem é estratégica, já que a relevância que a mídia dá à interpretação de alguns atores sociais pode refletir sua própria posição ideológica. No JN, o discurso político de autoridades públicas, principalmente pertencentes a instituições e setores que se colocam como oposição ao governo, reforça a posição da emissora contrária ao governo Bolsonaro. Percebemos que esses fragmentos de fala são representados no texto principalmente pelo uso discurso direto. A introdução da fala direta pode ter funções específicas, como estabelecer uma distância entre a própria voz do enunciador e as vozes externas, ou usar a autoridade do outro para sustentar a própria posição. A contextualização do discurso-representado pode tomar várias formas, seja para reforçar o tom do discurso representado ou ressaltar a importância dele e o prestígio daquele discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

Em *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research* (2003), Fairclough explica também a relação identitária que está implicada na modalização. Identidades pessoais ou mesmo sociais podem ser reveladas pela maneira como um enunciador se compromete com o enunciado. Ele dá o exemplo de um especialista em determinado assunto que fala uma determinada frase, utilizando determinado modo verbal e não outro, refletindo o poder que possui para falar daquela forma - e nesse sentido, está implícito o contexto no qual está inserido e a quem esse especialista se dirige. Se a modalidade pode ser vista como relacionada a “atitudes”, “compromissos”, “julgamentos” e “posturas”, está relacionada também à identidade. Tudo que implica um determinado comprometimento com a verdade reflete um grau de modalização. Esse grau pode ser visualizado esquematicamente, como, a partir de Halliday (1994), demonstra Fairclough (2003, p. 94):

Grau de comprometimento	Com a verdade	Com a obrigação
Alto	Certamente; sem dúvida; inquestionavelmente	Requisito
Médio	Provavelmente; é possível	Supostamente

Baixo	Possivelmente; talvez	Permitido
-------	-----------------------	-----------

Quadro 5 - Esquema do grau de modalização por Halliday (1994) apud Fairclough (2003, p. 94)

Todos estes se enquadram na ampla categoria de modalidade. A justificativa para isso é bastante óbvia: em termos de comprometimento com a verdade, 'O conflito pode ser visto como criativo' ou 'O conflito pode ser visto como criativo' são intermediários entre Afirmação e Negação. No caso de Exigências, formas modais (por exemplo, 'você deve abrir a janela') são vistas como intermediárias entre Prescrições (por exemplo, 'Abra a janela!'), que são tipicamente realizadas como cláusulas imperativas positivas, e Proscrições (por exemplo, 'Não abra a janela!') que são tipicamente realizadas como cláusulas imperativas negativas.

1) **Utilização de expressões lexicalizadas** (é - ou não - necessário, permitido, obrigatório, desejável)

A reportagem do dia 20 de abril de 2020 tem como assunto principal a reação de autoridades públicas à participação do presidente Bolsonaro em uma dessas manifestações. A repórter introduz - com uma *passagem*, após mostrar imagens das faixas com pedidos inconstitucionais e do presidente participando do ato, além de sonoras do presidente se defendendo de acusações de conspiração - a reação de políticos, da sociedade civil e do judiciário à atitude do presidente, mas também às manifestações. Nas falas, identificamos o uso de diversas expressões lexicalizadas, como no exemplo a seguir.

Trecho 23: Não é possível admitir qualquer outra solução que não seja dentro da institucionalidade do Estado Democrático de Direito, da democracia e desses objetivos que estão insertos no artigo terceiro da nossa Constituição, expresso por seis entidades que tem no DNA o conhecimento do **quão nefasto** é o autoritarismo, do **quão nefasto** são os fundamentalismos, do **quão nefastos** são os ataques à constituição e a democracia (Sonora Dias Toffoli). (Reportagem 20 de abril de 2020, grifos nossos)

A expressão “não é possível” universaliza uma concepção do que é aceitável dentro de um Estado Democrático de Direito. A expressão se relaciona, portanto, às ideias de *possibilidade* (e não possibilidade) e *permissão* (e não permissão). Portanto, qualquer reivindicação ou solução que não estejam previstas na constituição são inadmissíveis e,

assim, devem ser rechaçadas. Ainda há a utilização do adjetivo *nefasto*, que denota algo trágico ou nocivo, acompanhado do advérbio *quão*, que indica um grau alto de intensidade. Neste trecho, fica claro que as manifestações são taxadas como atos autoritários, fundamentalistas e inconstitucionais.

Existe, portanto, uma recorrência a valores consensualmente compartilhados por uma comunidade, que geram um sentimento de identidade sobre o que é uma sociedade democrática. Retomamos aqui o pensamento de Charaudeau (2011), ao afirmar que no discurso é possível identificar traços discursivos deixados pelos *atos políticos* (atos e decisões de autoridades), pelos *atos sociais* (organização das relações sociais), pelos *atos jurídicos* (organização das leis que regem as condutas dos indivíduos que vivem em sociedade) e pelos *atos morais e psíquicos* (práticas que manifestam sistemas de valores) de uma determinada sociedade. No discurso acima, percebemos como esses fatos se relacionam, ao envolver posicionamentos de autoridades políticas, uma determinada forma de conceber as relações sociais entre os cidadãos, o respaldo em leis que estipulam o que é ou não permitido e um sistema de valores morais compartilhados (neste caso, valores democráticos, que não se confundem com autoritarismo).

Vamos ver outros exemplos:

Trecho 24: Críticas todos nós respeitamos, mas ataques e ameaças **são inaceitáveis**. As instituições precisam ser respeitadas e as suas decisões também. Minha total solidariedade ao Supremo Tribunal Federal, com a certeza que o parlamento brasileiro respeita e sempre respeitará as decisões do supremo tribunal federal (Sonora Rodrigo Maia). (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Na reportagem de 16 de junho de 2020, a repórter utiliza trechos da sessão realizada pela segunda turma do STF, cujo tema era o avanço de pautas antidemocráticas no país. A sessão aconteceu após a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia entrar com uma ação pelo bloqueio de discursos de ódio e declarações antidemocráticas nas redes sociais e pela reivindicação de que as manifestações de rua com esse tipo de declaração fossem consideradas ilegais. O discurso, portanto, foi transportado integralmente de um contexto restrito de veiculação - uma sessão da suprema corte, onde a enunciação é feita de juízes para juízes - para um contexto midiático. No trecho abaixo, o ministro utiliza a expressão “é inconcebível”, semelhante à “é inadmissível” para se referir a um autoritarismo que ainda sobrevive no Estado brasileiro. Apesar de ser um “resíduo”, conforme ele se refere, ainda “é preciso resistir”, dando a entender que existe uma ameaça real com o avanço de movimentos

antidemocráticos. A palavra “resistir” faz referência, também, a um estado de luta ideológica na qual se encontra o país.

Trecho 25: É inconcebível, senhora presidente, senhores ministros, senhores advogados, que ainda sobreviva no íntimo do Aparelho de Estado brasileiro, o resíduo de foz autoritarismo que insiste em proclamar e poderá desrespeitar, segundo sua própria vontade arbitrária, decisões judiciais. Esse discurso, senhora presidente e senhores ministros, não é um discurso próprio de um estadista, comprometido com o respeito à ordem democrática e que se submete ao império da Constituição e das leis da República. É essencial relembrar a cada momento, senhora presidente, as lições da história, cuja advertência é implacável, como assinalava o saudoso ministro Aliomar Baleeiro: “Enquanto houver cidadãos dispostos a submeter-se ao arbítrio sempre haverá vocação de ditadores”. **É preciso resistir**. Mas resistir, senhora presidente e ministros, com as armas legítimas da Constituição e das leis do estado brasileiro. De reconhecer, na independência da Suprema Corte, como salientava também o eminente saudoso ministro Aliomar Baleeiro, a sentinela das liberdades, porque sem juízes independentes jamais haverá cidadãos vivos nesse país (Sonora Celso de Melo, ministro do STF). (Reportagem 16 de junho de 2020, grifos nossos)

Trecho 26: Não é possível que chegando a 30 mil mortes, caminhando pra uma recessão histórica no brasil, a gente passe o domingo, ao invés de estar discutindo como a gente vai salvar as vidas, como a gente vai ao longo dos próximos meses sair do isolamento para que a gente possa retomar a democracia, a gente fique vendo cenas de enfrentamento e de ataques a democracia no Brasil. (Sonora Rodrigo Maia) (Reportagem 1 de junho de 2020, grifos nossos)

Em todos esses excertos acima, extraídos de reportagens veiculadas em dias diferentes, são endossadas ideias semelhantes.

2) **Utilização de verbos deônticos** (*querer, dever, poder, conseguir, pretender, ter de, haver de*)

Trecho 27: Ontem era contra o STF. Muito ruim o que a gente viu ontem com a participação do presidente. **Sem dúvida nenhuma, nós devemos** criticar e condenar uma atitude como essa. Depois vai andar a cavalo. Acho que o Ministro da Defesa, com todo respeito e admiração, andar no helicóptero com o presidente da República para olhar uma manifestação contra o Supremo Tribunal Federal não é uma sinalização positiva [...]. (Sonora Rodrigo Maia) (Reportagem 1 de junho de 2020, grifos nossos)

No primeiro trecho, vemos a posição do então presidente da Câmara Rodrigo Maia, que insufla as pessoas a tecer críticas à atitude do presidente e dos manifestantes. A modalização está no advérbio “sem dúvida nenhuma”, que pressupõe um alto grau de comprometimento da sua afirmação com a verdade consensual, e, posteriormente o verbo na primeira pessoa do plural “nós devemos”, que invoca um dever coletivo de discordar de posturas e posicionamentos contrários à democracia. Nessas ocorrências em que são utilizadas a primeira pessoa do plural, trata-se de uma estratégia que confere ao falante um maior descomprometimento com a qualificação deôntica, na medida em que a ordem ou a obrigação instaurada é dividida entre os interlocutores.

Trecho 28: [Off do repórter] O líder da oposição na câmara **afirmou que** as ameaças têm que ser **combatidas com veemência**: [Sonora André Figueiredo - PDT] “**Não devemos** nunca confundir atos de militância com atos criminosos, portanto, **cabe a cada um de nós** que verdadeiramente defende a democracia, repudiar e combater com toda veemência ataques como esse, porque **o silêncio pode caracterizar conivência**” [fim da sonora]. (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos)

Trecho 29: O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil **repudiou** a agressão sofrida pelo STF: [Sonora Eduardo Brandão] “**Não há democracia sem um judiciário forte e independente. Atitudes como essa** demonstram intolerância com a liberdade judicial. E mesmo vindas de uma minoria inconsequente, **devem ser** apuradas e punidas de uma forma exemplar [fim de sonora]. (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos)

Trecho 30: [Sonora Fábio George Cruz de Nóbrega, presidente da Associação de Procuradores] Há vários crimes envolvidos, crime contra a honra, crimes de ameaça, possivelmente crimes contra a segurança nacional. É importante que a apuração se dê muito rapidamente, com rigor. Isso é **um atentado contra o Estado Democrático de Direito**, contra um dos poderes fundamentais da república, e **deve ser repellido** por todas as entidades e todas as pessoas do nosso país [fim de sonora]. (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Nesses outros trechos acima, vemos como a modalização contribui com a criminalização das manifestações, como vimos acima, quando o repórter escolhe ressaltar, em discurso indireto, as palavras “combatidas” e “veemência”, no trecho 26, que estão diretamente relacionadas à obrigatoriedade da expressão “têm de ser” e aparecem no discurso direto da sonora que vem a seguir. “Não devemos” é uma asserção negativa que introduz a ideia de que existe uma obrigação coletiva, a qual todos devem assumir, de combater um mal

- os “atos criminosos”, expressão utilizada para se referir às manifestações. E uma postura de isenção é caracterizada, nesse enunciado, como uma “conivência”.

Já no trecho 27, tem-se uma asserção negativa utilizando o presente do indicativo em “Não há democracia sem um judiciário forte e independente”, refletindo um alto grau de comprometimento do enunciador com a verdade. O verbo em negativa “não há”, ao invés de “não pode haver” ou “não haveria”, demonstra que não resta dúvidas de que um judiciário forte é pré-requisito em um governo democrático. O uso do presente torna o enunciado mais forte ou, até mesmo, mais categórico, sem nenhum tipo de atenuação da modalidade qualificada. O emprego do futuro do pretérito, ao contrário do presente do indicativo, confere uma maior atenuação da expressão deôntica. Também se utiliza o verbo “dever”, em referência a “atitudes como essa” - como a das manifestações, revelando a criminalização das mesmas, que devem ser “apuradas” e “punidas”. No trecho 28, temos a utilização do “deve ser”, que se refere a um determinado tipo de alvo, que pode ser um participante ou um evento (HENGEVELD, 2004). Os verbos deônticos se caracterizam semanticamente por apresentar uma fonte da obrigação/permissão instaurada e um alvo sobre quem deve incidir a qualificação deôntica. A fonte da obrigação/permissão pode ser um agente humano ou um valor moral. Nesse caso, o evento é “atentado contra o Estado de Direito Democrático”, ao qual é direcionada a necessidade de repulsa por entidades e cidadãos do país.

A modalização discursiva, através do discurso direto, é utilizada no JN como maneira de encarregar as fontes da tarefa de atribuir valor aos acontecimentos. Se tratando de um discurso político, essas expressões ajudam a fixar o imaginário da sociedade, estipulando o que é permitido, o que não é, o que é bom, ruim, aceitável ou não aceitável, o que é justo ou injusto, o que deve ser feito e o que é possível ser feito. Essas sonoras nas reportagens do JN atestam que o posicionamento do telejornal também é reforçado por meio das fontes, algo que não é constatado na abordagem do Jornal da Record que, pelo contrário, utiliza poucas fontes com discursos de caráter moral sobre esses acontecimentos.

6.3 A ABORDAGEM DAS MANIFESTAÇÕES NO JORNAL DA RECORD

6.3.1 Jornalismo objetivista e acrítico: considerações

Vamos analisar como a utilização do discurso direto e indireto no Jornal da Record remete a uma pretensa imparcialidade, que, na verdade, representa um silenciamento de

críticas às manifestações. Em uma discussão de bastante pertinência, Adriana Barsotti (2023) explora as armadilhas do jornalismo objetivista declaratório, formato que contribuiu com a disseminação das mentiras de Bolsonaro na grande imprensa. Kovach e Rosenstiel (2003) refletem que a busca pela objetividade no jornalismo pode levar, inclusive, à distorção, já que a mídia dá espaço para vozes dissonantes, muitas vezes não credíveis e opiniões alarmantes, não baseadas na racionalidade e cientificismo.

O predomínio de títulos declaratórios, com falas do próprio presidente - uma tentativa de simular a objetividade jornalística, dando lugar às afirmações da fonte oficial - ao invés de títulos críticos, que questionam mentiras e falácias acende, na opinião da autora, um "sinal de alerta" para a imprensa. Ao fazer propagação das declarações mentirosas do ex-presidente, os meios de comunicação se abstêm da análise e interpretação de dados, evitando, portanto, julgamentos éticos acerca dos fatos em nome da pretensa "objetividade". O jornalismo deve, ao contrário, ir além da objetividade e assumir o seu lado ativista, assumindo a sua dimensão subjetiva. (BARSOTTI, 2023).

Sylvia Moretzsohn (2000) explica que a defesa da "objetividade" e do "profissionalismo" em contraposição à manipulação é pouco eficaz, já que o profissionalismo beneficia o empresariado que, sob a argumentação de manter uma postura "técnica", encobre relações de poder e, inclusive, justifica manipulações sutis. A autora diz que reduzir o jornalista a um "profissional" que obedece a certos procedimentos, denominados por Tuchman de "rituais estratégicos", é uma maneira de reduzir sua importância e sua capacidade transformadora na sociedade. É também uma forma de esquecer que o campo profissional jornalístico é um campo de luta ideológica, no qual os jornalistas assumem papéis políticos específicos. Heitor Rocha (2011) explica que o papel do jornalismo não é somente o de fortalecer o consenso social vigente, mas também transformar a realidade social, contribuindo para a "evolução" do processo civilizatório. No entanto, problemas relacionados ao seu modelo industrial se apresentam como limitações do conhecimento produzido pelo jornalismo. Assim, Rocha (2011) afirma que a teoria da verdade como correspondência entre enunciado e realidade favorece uma dissimulação dessas limitações, contribuindo com a mitificação da notícia como sendo a própria realidade.

Assim, liberto da exigência do conhecimento perfeito com acesso à verdade absoluta, a verdade passa a ser um conceito para definição da noção de realidade das pessoas elaborado através da discussão pública articulada e mediada pelo jornalismo. Pode-se identificar, inclusive, uma contradição entre a prescrição ética de apresentação pelo jornalismo da diversidade significativa de versões/interpretações existentes na sociedade em relação à

ideia da possibilidade de acesso direto ao fato real, puro e absoluto da realidade, pois nesse caso não há espaço para o pluralismo defendido pela deontologia com a necessidade de atendimento da outra parte (ROCHA, 2021, p. 23)

Assim, o jornalismo não pode ser fundamentado a partir da busca pela verdade absoluta através da objetividade, mas sim a partir do compromisso de se posicionar sempre em função dos interesses coletivos e do bem comum. Por outro lado, a crença na fronteira entre opinião e notícia permitiu o desenvolvimento de técnicas e um determinado estilo redacional tido como "impessoal", caracterizado sobretudo, pela ausência de qualificativos e uma ocultação do jornalista. Às fontes é atribuído o papel de opinar e ao jornalista é atribuída a função de apresentar "dois lados" ou mesmo usar aspas para assegurar sua imparcialidade (ROCHA, 2007). No entanto, o autor salienta que questionar a objetividade como referência no jornalismo não significa abandonar a busca pela imparcialidade e pelo rigor no método jornalístico, já que alguns autores se preocupam com a adesão de novatos à desonestidade profissional.

Com essas considerações, queremos observar que a concepção de uma objetividade mitificadamente idealizada funciona como uma dissimulação para esconde as relações de poder que estão por trás da atividade jornalística. Desta maneira, adotar uma postura “objetiva” pode significar um esvaziamento das discussões, das críticas, dos questionamentos pertinentes às notícias. Por outro lado, essa postura pretensamente “objetiva” leva o jornalismo a evitar transparecer qualquer tipo de manipulação noticiosa, forçando, muitas vezes, à apresentação de acontecimentos que não podem ser omitidos sob risco de perda de credibilidade, diante da inevitabilidade do interdiscurso (conjunto de discursos que pairam sobre os assuntos abordados). É o que veremos no caso do Jornal da Record.

6.3.1 DI e DD: silenciamento das críticas no JR

As citações em discurso direto no telejornalismo estão presentes no elemento estrutural chamado “sonora”, que é obrigatório nas reportagens. Diferente do texto escrito/impresso, que usa aspas para marcar a fala do outro, na televisão a própria fonte reproduz seu discurso na tela. A citação em discurso direto no telejornalismo, portanto, é mais fiel e genuína, já que a citação direta é aquilo que se gravou em áudio e imagem, e o telespectador vê e ouve o entrevistado como se estivesse ao vivo. No entanto, não é possível falar de fidelidade do discurso na citação direta, como se não houvesse interferência humana.

Isso seria negar a natureza heterogênea do discurso, constituído por outros dizeres. O material bruto do telejornalismo passa pelo processo de edição, de escolha do trecho que será veiculado. Sendo assim, a enunciação reproduzida no vídeo não é a mesma que a enunciação no ato, em decorrência da mudança de tempo, espaço e também do critério de escolha utilizado pelo editor de texto.

Conforme aponta Benites (2002), existe um deslocamento contextual que pode alterar o sentido da transcrição mais exata de um determinado discurso. Por outro lado, o discurso indireto citante pode passar a impressão de que o locutor tradutor transmite ideias do outro, sendo um porta-voz neutro de uma mensagem anterior. No entanto, a autora afirma que essa impressão é falsa, já que o locutor seleciona do discurso do outro o trecho que lhe interessa, adaptando-o a seus objetivos.

Vamos aos exemplos. No dia 15 de março de 2020, o Jornal da Record não pautou as manifestações, que ainda não tinham ganhado grande dimensão nacional, por isso começamos nossa análise pelo dia 20 de abril de 2020. Neste dia, fica perceptível que o telejornal assume uma postura a favor dos posicionamentos do presidente, já que começa - ainda na cabeça do âncora - com sua defesa das acusações de golpismo. Tendo em vista que, tradicionalmente, aquilo que é colocado em primeiro plano na notícia é considerado o fator mais importante, percebe-se que o telejornal privilegia a postura defensiva do presidente. Depois, observamos que ela termina sendo uma reportagem direcionada para a pauta econômica - defendida por Bolsonaro como sendo a pauta principal das manifestações, deixando em segundo plano, assim, as reivindicações antidemocráticas.

Trecho 31: [Cabeça do âncora] O presidente Jair Bolsonaro **disse hoje que** é a favor da democracia e de instituições como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro **voltou a falar** sobre o fim do isolamento social e a reabertura ampla da economia. [Off do repórter] O presidente começou a semana conversando com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada. **Bolsonaro recriou a pessoa que falou em fechamento do STF.** [Sonora Bolsonaro] Sem essa conversa de fechar. Aqui não tem fechar nada, *dá* licença aí. Aqui é democracia. Aqui é respeito à Constituição brasileira, e aqui é minha casa e tua casa. Então peço, por favor, que não se fale isso aqui. Supremo aberto, transparente. Congresso aberto, transparente. (Trecho de reportagem de 20 de abril de 2020).

No trecho acima, foi utilizado o verbo dicendi *disse*, conectivo que marca o discurso indireto do âncora, juntamente com o advérbio *hoje*, contextualizando temporalmente o enunciado do presidente, e o verbo no presente do indicativo *é*, que representa uma modalidade categórica que dá força ao enunciado que vem a seguir. No discurso indireto, é

destacada a defesa que o presidente faz ao afirmar que é a favor da democracia e de instituições como o Congresso e o STF. Também é utilizada a expressão “voltou a falar”, que se caracteriza pela junção do verbo *voltou* + o dicendi *falar*, indicando que o fim do isolamento social e a reabertura da economia são pautas já defendidas pelo presidente anteriormente. Em seguida, o *off* do repórter utiliza o verbo *recriminar* para se referir à postura do presidente em contraposição a um apoiador que defendeu fechamento do STF. O discurso direto em forma de sonora logo em seguida atesta o que o repórter diz sobre a postura do presidente, um “defensor da democracia”.

Trecho 32: [Off do repórter] O presidente também aproveitou para conceder uma entrevista aos jornalistas e **negar que apoie quem fale** sobre intervenção militar e fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. A declaração foi dada após Bolsonaro participar de um **protesto ontem que pedia a reabertura do comércio, mas também a volta da ditadura**. [Sonora Bolsonaro] Dia do exército brasileiro. O povo nas ruas, em grande parte pedindo a volta ao trabalho. Desde quando começou esse problema, há mais de um mês, venho falando que devíamos tratar desses dois problemas simultaneamente. O vírus e o desemprego. A situação econômica do Brasil tá se agravando. Tudo que é feito com excesso acaba tendo problema. [fim de sonora] [Off do repórter] **E voltou a fazer outra declaração a favor das instituições**. [sonora Bolsonaro] Respeito o Supremo Tribunal Federal, respeito o Congresso. Mas eu tenho minha opinião. Não pode qualquer palavra minha ser interpretada por alguns como agressão e ofensa. Todo e qualquer movimento tem infiltrado, tem gente que tem sua liberdade de expressão. Respeitem a liberdade de expressão. No que depender do presidente Jair Bolsonaro, democracia e liberdade acima de tudo. [fim de sonora]” (Trecho de reportagem de 20 de abril de 2020)

Nos trechos acima, percebemos que os “*offs*” do repórter servem para introduzir a fala e o conteúdo da sonora, que vem corroborar o que foi dito anteriormente pelo repórter, dando uma sensação de realismo e credibilidade. Realismo que, por um lado, atesta o que diz o repórter, e credibilidade que, por outro lado, tenta dar a impressão de que o repórter foi “objetivo” em seu enunciado. No entanto, Authier-Revuz (1998) afirma que o DD não tem como ser “objetivo”, nem “fiel”, porque sua propriedade característica é a autonomia (autônoma), ou seja, ela está destacada de seu contexto e foi recontextualizada no discurso jornalístico e representa, portanto, a interpretação jornalística sobre ela mesma. Como a autora afirma, “reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134).



Imagem 5 : Edição do dia 20 de abril de 2020 do JR

No trecho acima, por exemplo, vemos que o DD serve para reforçar o que o repórter diz: que os protestos (e note-se que ele não utiliza a expressão manifestação antidemocrática, utilizada de forma recorrente pela TV Globo) eram pela reabertura do comércio, “mas também pela volta da ditadura”, o que demonstra como o jornalista não pode omitir determinadas informações - pelo rigor que o profissionalismo impõe e para não perder credibilidade junto ao público - mas pode atenuá-las, já que sua fala induz a percepção de que o motivo principal das pessoas nas ruas era a pauta econômica e somente de forma secundária a volta do regime ditatorial. Isso fica ainda mais claro quando o repórter diz “E voltou a fazer outra declaração a favor das instituições”. O uso recorrente do verbo “voltou” representa uma persistência na postura defensiva do presidente e os trechos selecionados para DD reforçam isso, ao selecionar os trechos em que Bolsonaro defende as instituições democráticas. Observe que o telejornal também seleciona o trecho em que o presidente atribui a infiltrados as reivindicações de fechamento das instituições, reforçando que ele não apoia nem estimula esses pedidos. A seleção dos discursos diretos, juntamente com os destaques dados pelo discurso indireto, contribui para a construção de uma perspectiva favorável a Bolsonaro.

No dia 21 de abril de 2020, a abertura do inquérito para investigar organizações criminosas que financiam atos antidemocráticos também foi pautada pela Record. As manifestações começam a aparecer no noticiário com um VT sobre a agenda presidencial, mostrando a rotina do presidente ao conversar com apoiadores. A reportagem fala que apoiadores seguravam faixas de apoio ao presidente, ignorando até então os pedidos antidemocráticos recorrentes nessas manifestações. A matéria entra após um VT sobre a testagem em massa contra a Covid-19 para permitir a retomada econômica. Observe como o telejornal traz uma matéria “neutra” sobre a agenda presidencial, logo em seguida:

Trecho 33: [Off do repórter] O presidente manteve a rotina de conversar com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada. Em seguida, foi ao hotel de trânsito no Clube do Exército. Ao deixar o prédio, se encontrou com outros apoiadores e recebeu um abraço de um deles. Na volta pra casa, o comboio passou na praça dos três poderes, onde estavam reunidas algumas pessoas com faixas de apoio ao presidente. Jair Bolsonaro ainda parou mais uma vez na entrada do Palácio da Alvorada para mais um encontro com apoiadores. (Edição de 21 de abril de 2020)

Em seguida, os dois âncoras lêem uma nota pelada sobre a abertura do inquérito para apurar os atos antidemocráticos realizados no último domingo, concedendo um espaço irrisório para o assunto. Observe.

Trecho 34: [Âncora][Nota pelada] O Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de inquérito para apurar **atos** realizados no último domingo **favoráveis à intervenção militar, ao fechamento do Congresso Nacional e também do próprio Supremo.** [Âncora 2] O ministro Alexandre de Moraes mandou verificar a existência de organizações e esquemas de financiamento de manifestações contra a democracia e a divulgação em massa de mensagens contra o regime republicano. O inquérito vai correr em sigilo. [Edição 21 de abril de 2020, grifos nossos]

Neste caso, é inevitável citar que os atos eram favoráveis à intervenção e fechamento de instituições, já que a nota coberta trata da abertura de um inquérito. No entanto, além do espaço mínimo concedido ao tema, em seguida, a âncora chama o comentário do jornalista Augusto Nunes, que trata da retomada econômica do país durante a pandemia. O comentário desloca a atenção do telespectador do tema das manifestações e volta essa atenção para o tema da retomada econômica, gerando um silenciamento em torno das polêmicas envolvendo esses atos (defendidos pelo presidente como sendo atos em defesa da volta ao trabalho). Vejamos como é construída a opinião do jornalista:

Trecho 35: [Comentário Augusto Nunes] O Brasil finalmente começou a render-se aos fatos. É possível e **é preciso conciliar o combate ao coronavírus com a retomada gradual da atividade econômica.** Santa Catarina puxou a fila dos estados que decidiram ressuscitar a vida normal. São Paulo marcou para 10 de maio o fim da quarentena radical. E vários municípios espalhados pelo país nem aguardaram o sinal verde dos governadores para repovoar as ruas e cidades transformadas em desertos urbanos. **A realidade induziu até a Organização Mundial de Saúde a mudar o discurso.** A OMS reconheceu, por exemplo, que em muitos países o fechamento das escolas priva milhões de crianças de sua única refeição diária. A volta à normalidade, não custa insistir, será lenta. Mas o horizonte menos nublado já permite planejar a reconstrução da economia. Enquanto isso, **temos de acelerar a remontagem de um sistema público de atendimento à saúde que já sobrevivia à beira do colapso quando a**

pandemia desembarcou no Brasil. [fim do comentário]. [Edição 21 de abril de 2020, grifos nossos]

Observe como é feita a modalização discursiva no comentário de Augusto Nunes. Ele utiliza expressões como “é preciso” e “temos de”, dando um caráter normativo ao seu discurso, já que ele orienta um tipo de ação coletiva. Ao afirmar que é necessário retomar a atividade econômica com o combate ao coronavírus, ele legitima as manifestações que, entre outras coisas, pediam o fim do isolamento social. Para reforçar essa posição, ele utiliza o verbo “reconhecer” para dizer que a OMS, até então tinha recomendado o isolamento social, admite que estava equivocada, já que “reconheceu” induz a uma mudança de posicionamento. Cabe aqui remontar às consequências do advento do jornalismo de informação, descritas por Rocha (2019) como a crença de que é possível uma separação precisa entre fatos e opiniões, perspectiva positivista que nega o caráter ideológico do próprio mito da objetividade. O mínimo espaço concedido à abertura do inquérito já representa, por si só, o posicionamento ideológico do telejornal. Seguido de um comentário, reforça uma tentativa de mostrar uma postura “objetiva”, apesar do comentário apresentar, claramente, uma posição bolsonarista, que colocou em primeiro plano a economia em contraposição aos cuidados sanitários durante a pandemia. Além disso, o comentário provoca um deslocamento da atenção do telespectador para outro tema, fugindo da discussão sobre o inquérito que coloca em questão a validade das manifestações.

Outro ponto a ser observado é a não utilização, em quase todas as matérias, do termo “manifestações antidemocráticas”, o que nos leva a uma reflexão sobre a escolha das palavras utilizadas para caracterizar as manifestações. Conforme aponta Fairclough (2001), enquanto produtores e analistas do discurso, somos confrontados com aquilo que Raymond Williams (1976) chama de "grupos" de palavras e significados. A relação entre ambos é de muitos para um, de forma recíproca, levando à conclusão de que existem muitos significados possíveis para uma palavra, e muitas palavras possíveis para um significado. Enquanto analistas do discurso, somos levados a interpretar as escolhas que os produtores do discurso fizeram sobre determinadas palavras, e quais valores atribuem a elas. O significado potencial de uma palavra é ideológica e politicamente investido no curso da constituição discursiva de um conceito cultural chave. Isso significa que os significados possuem um contexto social e cultural, sempre relacionados a ideias socialmente compartilhadas. As escolhas das palavras são, portanto, ligadas a esses contextos.

Com frequência, percebe-se o uso de expressões como “atos a favor de”, “manifestações de apoio”, “apoiadores” e “protestos”, levando a um entendimento dessas manifestações como atos que fazem parte do exercício da liberdade de expressão. A utilização do termo “antidemocrática” pela Globo deslegitima essas manifestações, enquanto a Record as autoriza quando decide não utilizar esse termo. Vejamos um exemplo do dia 4 de maio, em que as manifestações são pautadas no JR dentro de uma reportagem sobre a agenda presidencial no palácio, tendo como fio condutor a nomeação do novo superintendente da Polícia Federal.

Trecho 36: [Off do repórter] Logo de manhã, no Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro recebeu o ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo. Na saída, falou com apoiadores sobre os **protestos** de ontem [...] Ontem, durante a **manifestação de apoiadores** em frente à Praça dos Três Poderes, **Bolsonaro falou do apoio que tinha das Forças Armadas, e que não iria admitir interferência.** [Sonora] O que nós queremos é o melhor para o nosso país. Queremos a independência verdadeira dos três poderes, não apenas uma letra da constituição... não queremos isso... chega de interferência... não vamos admitir mais interferência.... deixar bem claro isso aí... acabou a paciência... vamos levar esse Brasil pra frente. Tenho certeza de uma coisa, nós temos o povo ao nosso lado, nós temos as Forças Armadas ao lado do povo, pela lei, pela ordem, pela democracia e pela liberdade. O que é mais importante, temos Deus conosco. O Brasil tem tudo para dar certo. O Brasil vai dar certo. [Off do repórter] Durante a manifestação, **o presidente disse:** [Sonora] Peço a Deus que não tenhamos problema esta semana, porque chegamos no limite, não tem mais conversa, ok? Daqui pra frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição. Ela será cumprida a qualquer preço. E ela tem dupla mão. Não é de uma mão de um lado só não.” (Edição de 4 de maio de 2020, grifos nossos)

O tema das manifestações começa a ganhar espaço na reportagem quando o repórter fala que o presidente comentou sobre os protestos com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada. Diversos trechos de sonora - discurso direto - são utilizados para apontar que Bolsonaro fala do apoio das Forças Armadas. O repórter usa a sonora integral e posteriormente introduz com o discurso indireto um outro trecho, através do *verbo* “disse”. Posteriormente, ele traz uma nota do ministro da defesa sobre a alegação de Bolsonaro. Veja:

Trecho 37: [Off do repórter] O ministro da defesa Fernando Azevedo divulgou uma nota hoje sobre o ato de domingo em Brasília. **O texto diz:** “As Forças Armadas cumprem a sua missão Constitucional. Marinha, Exército e Força Aérea são organismos de Estado, que consideram a independência e a harmonia entre os Poderes imprescindíveis para a governabilidade do País. A liberdade de expressão é requisito fundamental de um país democrático. **No entanto**, qualquer agressão a profissionais de imprensa é inaceitável. O Brasil precisa avançar. Enfrentamos uma pandemia de consequências sanitárias e sociais ainda imprevisíveis, que

requer esforço e entendimento de todos. As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. Este é o nosso compromisso. [Repórter] O presidente da Câmara Rodrigo Maia também comentou o **protesto**. A **manifestação que reuniu milhares de pessoas** em Brasília pediu o fim do isolamento social e o fechamento de instituições, como o Congresso e o Supremo. (Edição de 4 de maio de 2020, grifos nossos)

Nesse trecho, o discurso direto da nota é lido pelo repórter. A nota não deixa clara nenhuma crítica à fala do presidente, falando de forma genérica a missão constitucional das Forças Armadas. Além disso, fala em “liberdade de expressão”, como se estivesse defendendo as manifestações, mas posteriormente a utilização do advérbio “no entanto” para desqualificar as agressões à imprensa. Também é utilizada na reportagem uma sonora de Rodrigo Maia e no texto introdutório do discurso direto o repórter diz que o presidente da Câmara “comentou” os “protestos”, ressaltando ainda que foram protestos de grande dimensão. A sonora de Maia também não é uma crítica à legalidade dos protestos, mas apenas uma fala em defesa da harmonia entre os poderes e em defesa do respeito à decisão dos ministros. Por isso, a utilização da sonora não é um indício de crítica às manifestações.

Trecho 38: [Sonora Rodrigo Maia] A democracia é um sistema onde um poder mostra para outro quais são os seus limites. **Muitas vezes a gente não gosta das decisões do outro poder, todo mundo tem essa liberdade**, mas a gente precisa saber qual o limite da nossa liberdade pra que não pareça um confronto, e **a gente precisa respeitar sempre as decisões do ministro, do Supremo**, qualquer decisão depois tem direito à recurso. Acho que a nossa democracia é forte porque as nossas instituições funcionam bem. (Edição de 4 de maio de 2020, grifos nossos)

Observe que a introdução dessa sonora parece criar uma falsa diversidade de vozes na reportagem, apesar de que vemos como a fala do parlamentar é “conciliadora” e não questionadora. Ele cita, inclusive, a liberdade que todo mundo possui de não gostar das decisões de um determinado poder e, em seguida, parece defender o poder judiciário, mas de forma amena.

Já no dia 1 de junho de 2020, o telejornal traz a notícia da nomeação de um integrante do centrão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, abordando-a como uma estratégia para que o presidente tivesse base no Congresso. As manifestações são incluídas na matéria a partir do momento em que o repórter cita a crise política vivenciada pelo governo devido à operação que investigava *fake news*, comandada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, e que teria motivado a ocorrência dos atos bolsonaristas, além da preocupação de

Bolsonaro com o inquérito que investiga sua interferência na Polícia Federal. Vamos observar como se dá a intertextualidade nos trechos abaixo:

Trecho 39: [Off do repórter] Marcelo Lopes da Pontes será responsável pelo fundo que tem orçamento de mais de 50 milhões de reais para este ano. Ele foi indicado para o cargo pelo PP e já foi chefe de gabinete do senador Ciro Nogueira. O partido faz parte do chamado 'centrão'. A nomeação é uma estratégia para que Jair Bolsonaro tenha uma base no Congresso e possa aprovar projetos e até evitar um processo de impeachment. O governo enfrenta uma crise política agravada na última semana pela operação que investiga fake news, e é comandada pelo ministro do Supremo Alexandre de Moraes, o que gerou **manifestações de apoiadores de Bolsonaro contra o STF**. (Edição de 1 de junho de 2020)

Trecho 40: No fim de semana, o ministro Celso de Mello comparou o Brasil à Alemanha nazista de Hitler, em mensagem enviada a amigos. Ele ainda **falou que** bolsonaristas odeiam a democracia, querem uma ditadura militar no Brasil e que é preciso resistir à destruição da ordem democrática. [Passagem] O conteúdo do texto do ministro mais antigo do Supremo Tribunal Federal **mostra que** a relação entre a corte e o governo continua tensa. Aqui no Palácio do Planalto, a mensagem **foi vista como** um sinal de alerta, já que Celso de Mello é o relator, o responsável por conduzir um processo que investiga a suposta tentativa de interferência de Jair Bolsonaro na Polícia Federal. [Off do repórter] O ministro da Secretaria de Governo Luis Eduardo Ramos **disse que** comparar o Brasil à Alemanha de Hitler é algo, no mínimo, inoportuno e infeliz. **Ele pediu respeito** ao presidente Bolsonaro e que se tenha mais amor à nossa pátria. (Edição de 1 de junho de 2020)

Perceba que a matéria é, na verdade, sobre as movimentações políticas do governo. O telejornal inclui o tema das manifestações de forma secundária. O repórter utiliza uma mensagem do ministro Celso de Mello, que foi enviada a amigos, para trazer a sua declaração que compara o Brasil à Alemanha Nazista devido às manifestações. Depois, o jornalista traz, em discurso indireto, a fala do ministro em que ele diz que “bolsonaristas odeiam a democracia”. Posteriormente, ele faz uma outra referência intertextual ao conteúdo do texto do ministro, em sua passagem, afirmando que o conteúdo evidencia a tensão entre a corte e o governo, como se o ministro estivesse causando essa tensão. A reportagem opta por não trazer integralmente a fala do ministro, narrando-a em discurso indireto. A matéria é finalizada com a declaração do ministro da Secretaria de Governo, em discurso indireto, com o uso do *verbo dicendi* “disse que”. O ministro sai em defesa do presidente e faz uma declaração em tom de patriotismo, ao falar da necessidade de ter mais amor à pátria. Esse trecho finalizando a matéria é um contraponto ao que foi dito anteriormente que ganha força de verdade quando é escolhido para encerrar a reportagem. Percebemos, novamente, que o telejornal não aborda de forma detalhada as manifestações e também não questiona sua

inconstitucionalidade. Além disso, apesar de trazer duas fontes opositoras (ministro Celso de Mello e ministro Eduardo Ramos), o que existe é um silenciamento da problemática envolvendo o presidente Bolsonaro e sua interferência na PF e o próprio teor dos protestos. Após a reportagem, um comentário de Augusto Nunes reforça a tentativa de desvio de atenção, ao voltar o foco para a corrupção no Rio de Janeiro, citando ainda, que o governador Wilson Witzel, que estaria na mira da PF, teria apoiado sua candidatura na de Jair Bolsonaro, um posicionamento claramente bolsonarista, que busca reforçar a corrupção nos governos estaduais, para silenciar a crise na qual estava imersa o governo federal. Observe:

Trecho 41: [Comentário Augusto Nunes] Nos últimos 20 anos, o Rio de Janeiro teve 5 governadores. 4 já foram presos por ladroagem. Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho no momento estão soltos. Sérgio Cabral, condenado a quase trezentos anos e Luiz Fernando Pesão continuam na gaiola. Logo poderão ganhar a companhia do atual governador Wilson Witzel, que entrou na mira da Polícia Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Ele também é acossado por um número crescente de deputados estaduais favoráveis ao impeachment. Witzel estaria metido até o pescoço em contratos sem licitação e desviara milhões de reais do combate ao coronavírus. Ex-juiz federal, o governador foi eleito em 2018 por ter colado sua candidatura na campanha de Jair Bolsonaro. Além disso, muita gente acreditou que o homem da lei jamais se associaria a bandidos. Quem votou no que parecia ser uma excessão, agora desconfia que confirmou a regra. Caso perca o caso e a liberdade, Witzel se transformará na quinta prova ambulante que neste século XXI, o Palácio Guanabara, sede do governo fluminense, virou a última escala do caminho da cadeia. (Edição de 1 de junho de 2020, grifos nossos).

No dia 15 de junho, novamente as manifestações são abordadas numa matéria sobre agenda presidencial e aspectos políticos do governo. A “cabeça” do âncora indica que se trata de uma reportagem sobre a decisão do presidente de não demitir o ministro Abraham Weintraub, mas não uma crítica à participação de Weintraub em atos antidemocráticos (como foi o teor da reportagem no JN). O repórter traz a tensão entre Bolsonaro e o ministro em relação a participação deste último nos atos antidemocráticos, abordando, principalmente, as críticas que o próprio presidente teceu a Weintraub. Na passagem, os verbos “relatou” e “falou” marcam a intertextualidade que compõe o discurso do repórter, que extrai as informações da reunião que aconteceu entre o ministro e o presidente. Os dois, segundo o repórter, estariam buscando uma saída para a crise, que dá a entender se tratar de uma crise institucional. No final da passagem, a última frase indica uma preocupação do presidente com a participação que o ministro fez, sem máscara, nas manifestações. A reportagem traz,

portanto, a imagem de Jair Bolsonaro como um presidente consciente daquilo que é “prudente” ou não e preocupado com o decoro público. O telejornal parece indicar que o presidente se preocupa com a postura do ministro e não compactua com ela. Observe:

Trecho 42: [Passagem] Apesar de definir que Abraham Weintraub continua no cargo pelo menos por enquanto, o presidente **relatou ao ministro** que o momento é delicado e que são fortes as pressões do Supremo e do Congresso para que ocorra uma mudança de comando no Ministério da Educação. Jair Bolsonaro e o ministro buscam uma saída para essa crise. O presidente **já falou** publicamente que Weintraub não foi prudente ao conversar com manifestantes. (Edição de 15 de junho de 2020, grifos nossos)

Trecho 43: [Off do repórter] A situação do ministro da Educação ficou ainda mais delicada ao falar com o grupo suspeito de ser responsável por lançar fogos de artifício ao Supremo no fim de semana. Durante o bate-papo, Weintraub **reafirmou a declaração** da reunião ministerial do dia 22 de abril, quando falou de prisão de integrantes do STF. [Sonora] Eu já falei minha opinião, o que eu faria com vagabundos [fim de sonora]. [Off do repórter] O ministro da Educação ainda foi multado em dois mil reais pelo governo do Distrito Federal por não usar máscaras na Esplanada dos Ministérios. **Ele disse que** não foi notificado e que se recusa a acreditar, já que parece o único multado até hoje. (Edição de 15 de junho de 2020, grifos nossos)

No outro trecho, é possível perceber que a matéria continua falando da situação de descrédito na qual se encontra o ministro. O repórter traz em discurso indireto as falas do ministro no bate-papo com os manifestantes, utilizando primeiro o verbo “reafirmar” para se referir à insistência de Weintraub em relação às declarações da reunião ministerial. Em um trecho, é utilizada a sonora em discurso direto do ministro em que ele fala o que faria com “vagabundos” e, no final, o ministro sai em defesa por ter sido multado por não usar máscaras na esplanada. É usado o *verbo dicendi* “disse que”, que marca a intertextualidade desse discurso indireto. Na reportagem, é perceptível que o telejornal teve acesso ao ministro e que a sua defesa foi uma resposta direta à equipe de reportagem, diferente da Rede Globo que não tinha acesso a entrevistas exclusivas com integrantes do governo.

Por fim, importante acrescentar que a reportagem também traz um comentário do jornalista Augusto Nunes, marcando ainda mais a intertextualidade da matéria. Ele cita, por exemplo, o presidente Jânio Quadros para fazer uma alusão à baixa adesão do público nas duas manifestações que aconteceram no fim de semana: tanto as da esquerda, contra Bolsonaro, e a favor do impeachment, como aquelas que pediam intervenção militar. No comentário, o jornalista afirma que não existe governo fascista, como se fosse uma invenção da esquerda e tratou como “lunáticas” as reivindicações dos manifestantes bolsonaristas.

Observe como o comentário parece uma tentativa de manter a postura de neutralidade do telejornal:

Trecho 44: [Comentário Augusto Nunes] O presidente Jânio Quadros dizia que para reunir 5 mil pessoas bastaria que ele ficasse 5 minutos batendo numa panela no viaduto do Chá, no centro de São Paulo. Neste domingo, não chegaram a 500 os manifestantes que apareceram na Av. Paulista para **berrar contra um governo fascista imaginário e exigir o impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Igualmente anêmica foi a manifestação dos que sonham com a intervenção militar e o fechamento do Supremo e do Congresso.** Os organizadores dos atos antagônicos coincidiram na desculpa esfarrapada “veio pouca gente por causa do frio”. A temperatura oscilou em torno de 15 graus centígrados. Como o outono nem terminou, pode-se deduzir que até o fim de setembro os brasileiros sérios serão poupados de reivindicações lunáticas e faixas com inscrições insensatas. Já que os radicais nativos agora se orientam por termômetros, bem-vindo seja o inverno de 2020. (Edição de 15 de junho de 2020, grifos nossos)

A inserção do comentário de Augusto Nunes após a notícia parece endossar a perspectiva segundo a qual deve-se separar fato de opinião. Chaparro (1994), respaldado na filosofia pragmática da comunicação, exalta a responsabilidade moral do profissional jornalista, que deve possuir o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões. A separação entre fato e opinião, portanto, reduz o papel do jornalista na sociedade. Essa concepção da objetividade positivista é um fator de reificação da realidade. Essa tentativa de não interferência do sujeito na descrição é uma ilusão. É necessário, nesse sentido, uma intersubjetividade que substitua a pretensa objetividade como parâmetro para aferição de verdade (MEDITSCH, 2011). Após uma matéria que defende claramente o presidente de qualquer apoio às falas absurdas do ministro da educação, a introdução de uma opinião reforça a falácia da objetividade na qual estão inseridas as reportagens da Record.

Vamos a um outro exemplo. No dia 16 de junho, o telejornal traz duas matérias. A primeira aborda a autorização do STF para quebra do sigilo bancário de políticos citados no inquérito que investigava o esquema para financiar atos antidemocráticos no país. Dessa vez, o telejornal utiliza o termo “atos antidemocráticos” e detalha o inquérito, trazendo informações precisas sobre a investigação.

Trecho 45: [Off do repórter] O ministro Alexandre de Moraes determinou a quebra de sigilo bancário de 11 parlamentares, entre eles dos deputados Bia Kicis do PSL do Distrito Federal, Carla Zambelli do PSL de São Paulo e Daniel Silveira do PSL do Rio de Janeiro, além do senador Aroldo de Oliveira do PSD do Rio de Janeiro. O deputado Silveira foi um dos alvos da operação de hoje da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão dentro do inquérito que investiga a origem de recursos e o

financiamento de grupos suspeitos de atos antidemocráticos. [Sonora Daniel Silveira] 'Eu me reservei a guarda a peça, o inquérito, porque a gente não sabe na verdade o que tá acontecendo'[Fim de sonora]. [Off] A Polícia Federal também cumpriu mandados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão e Distrito Federal. As buscas e apreensões foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal ao pedido da Procuradoria Geral da República. (Edição de 16 de junho de 2020)

Observe que é utilizada uma sonora em discurso direto do deputado Daniel Silveira, além de informações extraídas de fontes do STF e da Polícia Federal. O texto é construído no formato tradicional do jornalismo, com informações “objetivas” e sem adjetivações. O presidente Jair Bolsonaro não é citado na reportagem. Podemos dizer que a abordagem da reportagem tem relação com a premissa de que a empresa jornalística não deve transparecer estar adotando um posicionamento favorável a determinado lado do acontecimento, já que isso pode levar a uma perda de credibilidade da emissora junto ao público. As manifestações foram abordadas também numa segunda reportagem que falava sobre a reunião de Bolsonaro com o então ministro da Justiça, para tratar do inquérito sobre suposta interferência do presidente na Polícia Federal e dos ataques do ministro da Educação Abraham Weintraub ao Supremo Tribunal Federal.

Trecho 46: [Passagem] O Palácio do Planalto evitou comentar os mandados de busca e apreensão autorizados nesta terça-feira pelo ministro Alexandre de Moraes do Supremo. O silêncio faz parte da estratégia para evitar mais um conflito com o STF. **Mas internamente as ações contra bolsonaristas são vistas como exageradas.** Rodrigo Maia, presidente da Câmara, comentou a operação de hoje e **disse que** o presidente Bolsonaro tem tido cuidado com os ataques de apoiadores às instituições. [Sonora Rodrigo Maia] Não carrega faixa, né? É óbvio. Ele estar perto de manifestantes, que alguns têm faixas contra as instituições, gera um certo constrangimento, mas certamente **o presidente nunca falou a favor daquelas faixas** e em algum momento ele começou a ter o cuidado de não estar participando de manifestações onde essas faixas estavam expostas [Fim de sonora] [Off do repórter] **O governo também tem preocupações políticas em relação ao ministro da Educação.** Já há maioria do STF para que Abraham Weintraub não seja retirado do inquérito que investiga a disseminação de informações falsas e ofensas contra integrantes do Supremo. Weintraub foi convocado a depor após a divulgação do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, mas ficou em silêncio na oportunidade (Edição de 16 de junho de 2020, grifos nossos)

A matéria utiliza apenas uma sonora: a do presidente da Câmara Rodrigo Maia, que defende o presidente Jair Bolsonaro por participar das manifestações que pedem o fechamento de instituições. Maia afirma que o presidente não se coloca a favor daquelas faixas. A voz de Rodrigo Maia é colocada como majoritária, por vir depois da frase “Mas

internamente as ações contra bolsonaristas são vistas como exageradas”. O repórter parece afirmar que existe um consenso sobre esse tema, como se todos os parlamentares achassem exagero essas investigações. A matéria reforça o discurso de defesa do presidente e, ainda, uma preocupação do governo em relação à Abraham Weintraub, como se o governo não compactuasse com o discurso antidemocrático e golpista do ministro da Educação.

Vamos a outro exemplo do uso do discurso direto, por meio de sonoras, e indireto, por meio de passagem e off.

Trecho 47: [Passagem] No meio da manhã, Bolsonaro **discursou** em cima de um carro de som ao lado de alguns ministros. Sem citar o nome do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, Bolsonaro **afirmou que**, se o ministro Luiz Fux, presidente da corte, não tomar providências em relação a Moraes, o Supremo pode sofrer consequências. [Sonora] Não mais aceitaremos qualquer medida, qualquer ação ou qualquer sentença que venha de fora das quatro linhas da constituição. Nós também não podemos continuar aceitando que **uma pessoa específica** da região dos três poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil. Ou o chefe desse poder enquadra o seu, ou esse poder vai sofrer aquilo que nós não queremos. Porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada poder da república. Nós todos aqui na Praça dos três poderes juramos respeitar a nossa constituição. Quem age fora dela, se enquadra ou pede pra sair. [Fim de sonora] [Off] Bolsonaro **disse ainda que** iria convocar o Conselho da República para mostrar ao chefe dos poderes as fotografias das manifestações de hoje. **O conselho é composto pelo presidente da república**, o vice-presidente, os presidentes da Câmara Arthur Lira, Senado Rodrigo Pacheco e seis cidadãos com mais de 35 anos. **A reunião serve para** consultas do governo na hipótese de estado de defesa, intervenção federal ou qualquer outra situação extrema [fim do off] [Nota pé] **As assessorias** dos presidentes da Câmara Arthur Lira e do Senado Rodrigo Pacheco **disseram que** não foram convidados, que eles não foram convidados para uma reunião do Conselho da República. (Edição 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Na edição do dia 7 de setembro de 2021, em nenhum momento a Record teceu críticas ao caráter da manifestação ou mesmo aos pedidos dos manifestantes. Todos os atos, espalhados pelo país, foram abordados em sua dimensão territorial, grandeza e adesão em vários estados. Os atos foram tratados como manifestações de apoio ao governo com grande repercussão pelo Brasil e, portanto, valorizados pela grande quantidade de apoiadores. No trecho acima, a repórter traz, em discurso indireto, na sua passagem, a fala do presidente numa dessas manifestações. Ela ressalta o trecho em que o chefe do executivo se dirige ao ministro Alexandre de Moraes. Diferente do Jornal Nacional, que utilizou verbos como “ataque” e “ameaça” para se referir ao discurso do presidente, percebe-se que a repórter utiliza

verbos mais “neutros”, como “afirmou”, “disse” e “discursou”, que não evidenciam o teor violento e ameaçador do discurso.

Na nota-pé, o mesmo verbo “disse” é utilizado para trazer às declarações das assessorias do presidente da Câmara e do Senado sobre a convocação do Conselho da República. O telejornal dá pouca importância a esse ponto citado pelo presidente, mas ele evidencia uma mentira proferida em discurso por Bolsonaro. Enquanto o Jornal Nacional teceu críticas sobre a convocação do conselho, desmascarando o presidente sobre a possibilidade de fazer essa convocação e trazendo especialistas para desmentir que o presidente teria o poder de convocar o conselho em situações que não seja estado de sítio ou intervenção federal, o Jornal da Record silencia quanto a essa declaração, que indica um discurso golpista do presidente.

A prevalência de verbos *dicendi* “neutros” acontece também na cabeça do âncora no início do telejornal. Observe abaixo.

Trecho 48: [Cabeça do âncora] **O feriado de 7 de setembro foi marcado por manifestações em todo o Brasil.** O presidente Jair Bolsonaro no início da tarde para discursar para apoiadores na Av. Paulista. [Âncora 2] **Ele citou** mais uma vez o Supremo Tribunal Federal e **disse que** não teme ficar inelegível para as próximas eleições. (Edição 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

O verbo “citar” diminui a importância do STF no discurso do presidente, já que uma citação remete a uma breve menção e não a algo essencial no discurso. No entanto, todo o discurso do presidente se referia, direta ou indiretamente, ao Supremo, e com a utilização de termos que indicavam ameaças e ataques, tais quais mencionados pelo Jornal Nacional. A âncora também utiliza o verbo “disse”, mais uma vez minimizando, através da utilização de verbos “neutros”, o teor violento do discurso.

Trecho 49: [Off do repórter] Os manifestantes começaram a chegar à Paulista por volta das 9h da manhã. A avenida símbolo de São Paulo foi interditada nos dois sentidos, em pelo menos 10 bairros. Mais de 3.600 PM's participaram da operação para garantir a segurança. Um helicóptero foi usado. Em alguns pontos de acesso, manifestantes foram revistados. Havia carros de som ao longo da via. A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo estima que 125 mil pessoas circularam pela região da Av Paulista. Entre as reivindicações, o fechamento do Supremo Tribunal Federal, intervenção militar e voto impresso. O avião com Jair Bolsonaro pousou em São Paulo à uma da tarde no aeroporto de Congonhas. Às três e meia ele chegou à Av. Paulista. [Passagem] O presidente Bolsonaro subiu em um dos carros de som pra falar aos manifestantes. Em um discurso que durou 20 minutos, ele **voltou a atacar** o ministro do STF Alexandre de Moraes e subiu o tom. [Sonora] Ou esse ministro enquadra ou ele pede pra sair. Não

se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas, turve a nossa democracia e ameace a nossa liberdade. Dizer a esse ministro que ele tem tempo ainda pra admitir, tem tempo ainda, de arquivar os inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. [Off do repórter] Alexandre de Moraes, que cuida do inquérito das fake news, tem determinado prisões de políticos e de blogueiros aliados de Jair Bolsonaro [Sonora] Qualquer decisão do Sr Alexandre de Moraes esse presidente não mais cumprirá. [Off do repórter] Em referência ao voto impresso, Bolsonaro **disse que** não participa **do que chamou de “farsas”**. [Sonora] Não podemos admitir. O ministro do Tribunal Superior Eleitoral também usando a sua caneta para desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação. [Off do repórter] E **afirmou** também que não teme ficar inelegível para as próximas eleições. [Sonora] E aqueles que pensam que com uma caneta podem me tirar da presidência, digo uma coisa para todos: nós temos 3 alternativas, em especial para mim: preso, morto ou com vitória. Dizer aos canalhas que nunca serei preso. A minha vida pertence a Deus, mas a vitória é de todos nós, muito obrigado a todos. [Off do repórter] Logo após o discurso, o presidente voltou à Brasília. (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

No trecho acima, percebemos, no entanto, que o jornalista utiliza o verbo “atacar” na sua passagem, sendo a maioria dos verbos utilizados os *dicendi* “dizer” e “afirmar”. Nessa reportagem, o objetivo principal é trazer à tona o discurso do presidente, que é evidenciado pelo discurso indireto do repórter entre os recortes de sonoras, e também demonstrar a organização e dimensão das manifestações na Av. Paulista. No início, o repórter traz informações de praxe no jornalismo tradicional, falando da logística do protesto, da estimativa de público, da segurança realizada pela Polícia Militar até a chegada do presidente. Após a passagem, é inserido o discurso do presidente, que vem sendo introduzido pelo repórter nos *offs*. Em um momento, é perceptível o fenômeno da ilhota textual, quando ele afirma “o que chamou de farsas”, para utilizar a mesma palavra que o presidente usou, ao se referir ao sistema eleitoral brasileiro. A aspas, nesse caso, não funciona como distanciamento, nem um comentário, mas apenas como instrumento para evidenciar a maneira como o outro utilizou as palavras. Percebemos, com isso, que existe uma tentativa de aparentar postura de “imparcialidade” na reportagem, o que também parece ser a intenção da reportagem do dia 8 de setembro de 2021, que traz uma reação negativa ao discurso do presidente Bolsonaro.

Trecho 50: [Cabeça do âncora] A retomada dos mercados depois do feriado de 7 de setembro foi de dólar em alta e bolsa em queda. [Off do repórter] **Os investidores reagiram mal à tensão entre os poderes presentes no discurso do presidente Jair Bolsonaro** nas manifestações de ontem e nas reações de congressistas e do presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux hoje. A bolsa de valores de São Paulo fechou em forte queda de 3,78%. Já o dólar está cotado em R\$5,32, alta de 2,93%. [Sonora economista] **Então de um lado temos ali o executivo, de outro lado temos o judiciário, e algumas esferas ali dentro do legislativo,** e a partir do

momento que esses poderes não trabalham de forma coordenada, a gente aumenta o grau de incerteza sobre uma série de reformas estruturais, como a administrativa e a reforma tributária. [Passagem] **A alta do dólar é o que mais preocupa os economistas** porque traz uma pressão inflacionária ainda maior. Commodities como, por exemplo, petróleo e minério de ferro ficam mais caras. Produtos importados também. E o consumidor brasileiro perde poder de compra. [Off do repórter] Diante do cenário instável, **mesmo os especialistas não conseguem determinar se a turbulência é passageira ou se continua nas próximas semanas**. (Edição de 8 de setembro de 2021, grifos nossos)

A matéria fala que a bolsa de valores caiu após o discurso do presidente na manifestação. A intertextualidade começa a se manifestar no momento em que o repórter traz a reação dos investidores, que levou à queda da bolsa. No mesmo momento, ele cita também as reações de congressistas e do presidente do STF Luiz Fux: ambas negativas. A sonora com o economista vem corroborar essa perspectiva de instabilidade econômica. No entanto, o trecho utilizado não fala do discurso do presidente, mas da tensão entre os três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - sem nenhuma nominalização de quem representa esses poderes. A passagem fala da preocupação que afeta os economistas diante do cenário, que pode levar a uma alta da inflação. No entanto, a matéria não aprofunda as críticas ao discurso do presidente, permanecendo uma matéria preocupada com informações “objetivas” sobre economia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no decorrer da dissertação, como o jornalismo é uma ferramenta importante nas disputas simbólicas que se constituem na sociedade. Sendo um importante ator político em sociedades democráticas, nas quais a tensão entre as esferas pública e privada coloca o jornalismo num dilema. A perspectiva construtivista da filosofia pragmática nos ajuda a compreender o jornalismo a partir dessa tensão, negando a pretensa objetividade do paradigma positivista e concluindo que os meios de comunicação de massa, na verdade, participam, de forma central e estratégica, na construção social da realidade, e não a espelham.

O jornalismo vive um dilema sobre sua função pública e a apropriação privada que acomete a profissão. Esse confronto obscurece o papel do jornalismo enquanto ferramenta de emancipação numa sociedade democrática ideal - a sociedade baseada numa democracia deliberativa. A apropriação indevida do jornalismo o leva a perpetuar injustiças e servir de instrumento a favor dos poderosos. Essa lógica privada deturpa a verdadeira essência do jornalismo - grande consequência e causa das transformações ocorridas na modernidade. Na modernidade, a legitimidade do poder político passou a vir da opinião pública, levando os representantes a prestar contas de suas ações. Portanto, o jornalismo moderno vivenciou importantes momentos nas lutas pelo alargamento da participação política.

Essa “função pública” do jornalismo é sua verdadeira essência, de instrumento ativo nas lutas políticas na esfera pública. Enquanto uma ferramenta de luta e transformação, o jornalismo não deve se abster do posicionamento político, contrariando a perspectiva que atribui ao jornalismo a função de “espelho” da realidade, que se constitui numa falácia. O paradigma positivista da objetividade contribui, como vimos, para um enquadramento noticioso monológico, estabelecendo como inquestionável a interpretação de mundo dos grupos dominantes - ao se abster da crítica - como sendo a própria realidade social. Essa perspectiva censura a autonomia dos jornalistas, que deveria contemplar a diversidade de versões existentes para a realidade. Oprime, portanto, o jornalista no seu direito de opinar, de oferecer à avaliação do público determinadas informações. O jornalismo, conforme explica Park (2008), é reprimido no seu papel de apurar, investigar, interpretar, desempoderando o jornalista e também os cidadãos. Como podemos vislumbrar uma democracia de qualidade a partir dessa visão limitada da atividade jornalística? Por isso, a perspectiva construtivista atribui à instituição jornalística um papel fundamental, central e estratégico na construção social da realidade. Ao invés de se submeter à interpretação dos definidores primários das

fontes oficiais da estrutura de poder, o jornalista comprometido com a consolidação democrática não nega a sua subjetividade e se orienta pela intersubjetividade do consenso da comunidade de comunicação para expandir a diversidade dos enquadramentos interpretativos possíveis na sua produção noticiosa.

No caso das manifestações antidemocráticas, vimos como os dois telejornais agiram de acordo com seus alinhamentos políticos. Conforme apontou Mauro Porto (2020), o comportamento da mídia televisiva brasileira nas eleições presidenciais de 2018 foi reflexo da crise de hegemonia vivida pela TV Globo, principalmente com a ascensão da TV Record e com a consolidação de uma aliança entre a classe média urbana, o candidato *outsider* Jair Bolsonaro e a extrema direita, igrejas evangélicas e instituições militares e judiciárias. Se constituiu, a partir desse período, um novo paralelismo político entre Rede Record e esses grupos, que se voltam contra o *establishment*: os partidos de centro-direita, cuja hegemonia tinha sido consolidada com o apoio da Rede Globo.

Portanto, o posicionamento editorial da Rede Globo em relação ao governo Bolsonaro deve ser analisado à luz de fatores contextuais sociais, culturais e políticos mais amplos, como a sua perda de hegemonia estimulada pelo discurso da extrema-direita. O presidente Jair Bolsonaro faz fortes críticas nas suas redes sociais à Rede Globo, além de já ter ameaçado publicamente não renovar a concessão da emissora, diminuiu a verba da emissora, como também vimos, e, além disso, estimulou agressões aos seus jornalistas. Estamos diante, portanto, de um cenário de disputa simbólica entre a extrema direita/bolsonaristas e a TV Globo, que culmina em uma mudança de posicionamento da emissora no seu principal telejornal.

É perceptível que o Jornal Nacional, nos nossos apontamentos através da ACD, no caso das manifestações antidemocráticas, contribuiu discursivamente com a desmoralização do presidente por participar dessas manifestações, além de ter utilizado diversas vozes para endossar o posicionamento de que essas manifestações são antidemocráticas (deslegitimando e criminalizando os atos). O discurso direto foi utilizado, por meio de sonoras, para reforçar o discurso do poder Judiciário e Legislativo contra a postura do presidente ao incentivar os atos antidemocráticos e para defender o Estado Democrático de Direito e a harmonia entre os três poderes. Esses discursos são carregados de verbos modais e expressões lexicalizadas, que indicam obrigatoriedades, deveres, necessidades, permissividades e não permissividades dentro de uma democracia. São discursos que remetem a uma normatividade e, portanto, àqueles valores que são defendidos consensualmente num sistema democrático. O discurso

indireto, por outro lado, foi utilizado cheio de adjetivações e verbos que ressaltam o teor violento das manifestações.

O Jornal Nacional adotou, portanto, uma postura de posicionamento explícito contra essas manifestações e acreditamos que essa é a tarefa do jornalismo: a de defender a democracia, ameaçada por grupos de extrema direita que questionam a legitimidade das instituições. No entanto, devemos enxergar esse posicionamento dentro de um contexto de ameaça à legitimidade da própria TV Globo, estimulada pelo bolsonarismo. A postura da Rede Globo foi um mero exercício do jornalismo democrático e engajado, como uma tomada de consciência por parte da empresa, ou uma defesa da sua própria legitimidade? Acreditamos que um pouco das duas opções. Tendo em vista o histórico de golpismo da emissora, não podemos acreditar que não exista interesses particulares na postura adotada pela empresa. Vimos como o bolsonarismo se constituiu em cima de um discurso anti-Globo e isso levou a perdas expressivas na emissora - tanto de verba, quanto de audiência e credibilidade. Desde então o Jornal Nacional passou a adotar posturas de confronto com as decisões autoritárias e de afronta ao Estado de Direito do governo.

Por outro lado, no Jornal da Record, percebemos um silenciamento das críticas às manifestações, que são referenciadas muitas vezes como “protestos”, remetendo ao exercício da liberdade de expressão. O JR também não utiliza fontes do poder judiciário, como ministros do STF, tal qual faz o JN, silenciando críticas desse poder ao caráter antidemocrático das manifestações. O Judiciário só aparece intertextualmente de forma indireta, quando o JR precisa abordar o inquérito que apura a organização e financiamento dos atos - porque é uma notícia que não pode deixar de ser dada, correndo o risco de perda de credibilidade da emissora se transparecer uma postura manipuladora. As reportagens do JR são rasas em comparação às do JN, além das manifestações serem, muitas vezes, um assunto secundário dessas matérias, que geralmente abordam principalmente movimentações do governo.

A defesa do presidente Jair Bolsonaro também é mais evidente no JR, que utiliza fontes ligadas ao governo para se sobrepor às críticas dirigidas ao chefe do executivo. O telejornal também privilegia verbos neutros para marcar a interdiscursividade, diferente dos verbos que evidenciam violência e ataques no discurso do presidente. Até mesmo na maior manifestação registrada, do dia 7 de setembro de 2021, o telejornal não fez críticas ao caráter dos pedidos dos manifestantes, abordando os atos a partir de sua dimensão territorial, grandeza e adesão em vários estados. Essa abordagem deixa em segundo plano o caráter político das manifestações. Além disso, as manifestações são sempre tratadas como atos de

apoio ao governo, que são apenas exercício da liberdade de expressão numa democracia. Devemos salientar, também, que a pretensa postura de “objetividade” no JR impede que a emissora omita alguns acontecimentos que acontecem no país, como os inquéritos em andamento, as consequências econômicas e políticas da tensão entre os poderes e as acusações contra o presidente, já que uma postura omissa poderia levar a uma perda de credibilidade da emissora perante o público - que a acusaria de “parcialidade”.

Concluimos que os dois telejornais se posicionaram a respeito das manifestações antidemocráticas de acordo com seus próprios posicionamentos em relação ao governo Bolsonaro. A parcialidade não é um mal do jornalismo, como afirmam os que acreditam no jornalismo objetivista. Ao contrário, ela é inevitável dentro da perspectiva construtivista da comunicação. No entanto, o oposto ideal de uma insidiosa objetividade não seria a parcialidade irresponsável e tendenciosa, mas a intersubjetividade comunicativa. Somente por meio de um jornalismo crítico a democracia pode sobreviver e resistir a ataques como os que assistimos no governo Bolsonaro. O jornalista deve ajudar a fortalecer as instituições democráticas, como forma de resguardar sua própria legitimidade enquanto instrumento emancipatório. A isenção no jornalismo pode significar, portanto, conivência com movimentos que querem retroceder com os avanços sociais. Somente com essa percepção, poderemos avançar.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **A representação do discurso outro**: um campo multiplamente heterogêneo. *Calidoscópio*. Vol 6, n. 2, p. 107-119, mai/ago. Vale do Rio dos Sinos: 2008.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Heterogeneidades enunciativas**. *Cad. Est. Ling.*, Campinas: jul/dez, 1990

_____. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BARSOTTI, Adriana. **As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório**: como a imprensa ampliou a desinformação sobre o meio ambiente. *EcoPós*, v. 26, n. 1, p. 79-104, 2023.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. HUCITEC, 2006.

BENETTI, Márcia. **Análise do discurso em jornalismo**: estudo de vozes e sentidos. In: *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Cláudia Lago, Marcia Benetti (orgs). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BORGES, Rogério Pereira. **Jornal Nacional X Bolsonaro no ringue da pandemia: credibilidade, recortes e ênfases na cobertura da Covid-19 associados a críticas ao presidente.** In: Covid-19 e a Comunicação. Rodrigo Cássio Oliveira, Daniel Christino e Eliseu Vieira Machado Júnior (orgs.). Goiás: Cegraf UFG, 2021.

BRITO, Marina Falcão Lisboa. **Recessão democrática e anti-institucionalidade: como o populismo no Brasil tem fragilizado o Supremo Tribunal Federal.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, p. 111, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual Analysis for Social Research.** Londres: Routledge, 2003

_____. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, jul. 2011, p. 41-69

FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso.** Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições. Loyola, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007

FREITAS, D. A. A. R. de. **O conceito de formação discursiva a partir dos estudos de Dominique Maingueneau e Michel Foucault: uma análise comparativa.** Cadernos de Pós-Graduação em Letras, v. 21, n. 1, p. 230-247, jan./abr. 2021. doi: 10.5935/cadernosletras.v21n1p230-247

GANS, Herbert J. **Democracy and the news.** New York: Oxford University Press, 2003. Tradução livre e grifos do prof. Heitor Rocha.

GRADIM, A. **My language is the sum total of myself: universos dialógicos de Peirce.** In: Filosofia da Comunicação. Livros LabCom. UBI, Covilhã, Portugal, 2011. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111220-santos_filosofias_da_comunicacao.pdf

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. Edições Loyola: São Paulo, 2002

_____. **Direito e democracia**: Entre facticidade e validade. 2. tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLIN, D.; MANCINI, P. **Sistemas de mídia**: estudo comparativo (três modelos de comunicação e política). Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

HEIZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. 8ª. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. Cláudia Lago, Marcia Benetti (orgs). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEMOES, Christina & TAVOLARO, Douglas. **O Bispo**: A história revelada de Edir Macedo. Rio de Janeiro: Larousse, 2007

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 10–29, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e eleições**: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, v. 42, n. Dados, 1999 42(2), p. 253–276, 1999.

_____. **Televisão e Construção da Agenda Eleitoral no Brasil**. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 10., p. 140 - 154, Universidade de Aarhus, 2005.

MIORANDO, Guilherme Sfredo. **O sacrifício da democracia**: teoria mimética e o papel da grande imprensa brasileira na emergência do bolsonarismo. *Revista Comunicando*. Vol 12, nº 1, janeiro-junho 2023

MORETZSOHN, Sylvia. **“Profissionalismo” e “objetividade”**: o jornalismo na contramão da política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 9., 2000, Rio de Janeiro. Anais [...]. Campinas: Galoá, 2000

MORTENSEN, CD. **Teoria da comunicação**: textos básicos. São Paulo, Mosaico, 1980.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 (2ª edição).

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Entenda Como e por que Você Foi Enganado. LeYa: 2016, São Paulo.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. **Psicogênese e História das Ciências**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. Conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, José Cláudio Cavalcanti. **Populismo no governo Bolsonaro e os ataques ao Supremo Tribunal Federal**: respostas institucionais à erosão democrática. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco. Caruaru, p. 182, 2022.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo**: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. Estudos em Jornalismo e Mídia - v. 8. n. 1 – Janeiro a Junho de 2011.

_____. **A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade**: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. Âncora Revista Latino-americana de Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB, 2021.

_____. **Habermas e a teoria do jornalismo**: a manipulação ideológica como distorção sistemática da comunicação. Revista Contracampo, Niterói, Universidade Federal Fluminense, n. 23, 2008, p.1-18. Disponível em: Acesso em: 03 Out. 2019

_____. **O Papel do Jornalismo no Processo Democrático**: A ética do discurso como essência da democracia deliberativa. Estudos em Comunicação n. 9, 143-160. Maio de 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. **Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, volume 41, n. 3 , p. 591 - 605, set-dez, 2022

Edições utilizadas no corpus

Jornal Nacional. **Bolsonaro descumpre orientação mundial sobre prevenção do coronavírus e provoca críticas - 16/03/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8404319/>>

Jornal Nacional. **Bolsonaro nega conspiração contra Supremo e Congresso e diz que defende a democracia - 20/04/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8496690/?s=0s>>

Jornal Nacional. **STF autoriza investigação sobre protestos contra a democracia - 21/04/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8499588/?s=0s>>

Jornal Nacional. **Defesa reafirma compromisso das Forças Armadas com lei, ordem, democracia e liberdade - 04/05/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8530835/?s=0s>>

Jornal Nacional. **Entidades criticam participação de Bolsonaro em mais um ato contra a democracia - 01/06/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8595635/>>

Jornal Nacional. **Governo do DF multa Weintraub por participar sem máscara de ato antidemocrático - 15/06/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8628268/>>

Jornal Nacional. **Ministros do STF e presidente da Câmara defendem democracia e respeito às instituições - 16/06/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8631035/?s=0s>>

Jornal Nacional. **Moraes determina que posts de parlamentares sobre atos antidemocráticos não sejam apagados - 22/06/2020**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8644495/?s=0s>>

Jornal Nacional. **Edição do 7 de setembro de 2021**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9838740/>>

Jornal Nacional. **Desprezar decisões judiciais configura crime de responsabilidade, diz Fux após ameaças de Bolsonaro - 08/09/2021**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9842134/?s=0s>>

Jornal da Record. **Edição de 20 de abril de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=BY8sphEO1BI>>

Jornal da Record. **Edição de 21 de abril de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=T88b9qn7yVM>>

Jornal da Record. **Edição de 4 de maio de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=3XVrpAeC9N8>>

Jornal da Record. **Edição de 1 de junho de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=9nOcYL66cQg>>

Jornal da Record. **Edição de 15 de junho de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=U9JEolSEhuU>>

Jornal da Record. **Edição de 16 de junho de 2020.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=z2GJ5vppVHs>>

Jornal da Record. **Edição de 22 de junho de 2020.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=jhiKg_V1bKg>

Jornal da Record. **Edição de 7 de setembro de 2021.** Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=isHiK15QH6k>>

Jornal da Record. **Edição de 8 de setembro de 2021.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=8_QWrP0qpRM>